

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SUSTENTABILIDADE**

**APLICAÇÃO E IMPACTOS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM GRANDES EMPRESAS PRIVADAS DO SETOR
INDUSTRIAL NO BRASIL**

LUIZ HENRIQUE VIEIRA DA SILVA

**Campinas
2021**

LUIZ HENRIQUE VIEIRA DA SILVA

**APLICAÇÃO E IMPACTOS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM GRANDES EMPRESAS PRIVADAS DO SETOR
INDUSTRIAL NO BRASIL**

Campinas
2021

LUIZ HENRIQUE VIEIRA DA SILVA

**APLICAÇÃO E IMPACTOS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM GRANDES EMPRESAS PRIVADAS DO SETOR INDUSTRIAL NO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sustentabilidade (PPGS) do Centro de Economia e Administração (CEA) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade.

Área de Concentração: Sustentabilidade
Linha de Pesquisa: Ciência, Sociedade, Políticas Públicas e Sustentabilidade

Orientador: Prof. Dr. Samuel Carvalho De Benedicto

Campinas
2021

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizziolli Pires CRB 8/6920
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

339.5
S586a

Silva, Luiz Henrique Vieira da

Aplicação e impactos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em grandes empresas privadas do setor industrial no Brasil / Luiz Henrique Vieira da Silva. - Campinas: PUC-Campinas, 2021.

157 f.: il.

Orientador: Samuel Carvalho De Benedicto.

Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Indústrias - Brasil - aspectos ambientais. 3. Responsabilidade social da empresa. I. Benedicto, Samuel Carvalho De. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Economia e Administração. Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade. III. Título.

CDD - 22. ed. 339.5

LUIZ HENRIQUE VIEIRA DA SILVA


**APLICAÇÃO E IMPACTOS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM GRANDES EMPRESAS PRIVADAS DO SETOR
INDUSTRIAL NO BRASIL.**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 26 de Fevereiro de 2021.



Prof. Dr. Samuel Carvalho De Benedicto
(Orientador- PUC-CAMPINAS)



Profa. Dra. Cibele Roberta Sugahara
(PUC-CAMPINAS)



Prof. Dr. Josias Jacintho Bittencourt
(Universidade de Coimbra)

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, minha gratidão por absolutamente tudo. Como São Francisco de Assis, patrono dos pobres e do meio ambiente, louvo e bendigo a meu Senhor, dou-Lhe graças e quero servi-Lo com grande humildade.

Aos meus pais, avós e familiares, pelo amor, incentivo, estrutura, paciência e apoio incondicionais que têm me oferecido desde sempre, capacitando-me e edificando-me para que, hoje, eu pudesse me encontrar onde estou.

À Naiane, por todo o amor, carinho, suporte e confiança generosamente ofertados a mim, sendo uma rocha firme e segura em todos os dias desta jornada que trilhamos lado a lado.

Aos meus amigos que acumulei durante a vida, guardados debaixo de sete chaves, pela força que me transmitem, excelentes ideias e lembranças inesquecíveis.

Ao meu amigo e orientador, Prof. Dr. Samuel Carvalho De Benedicto, que me conduziu com a didática e a sabedoria de um verdadeiro mestre, permitindo que minha passagem pelo curso fosse memorável, produtiva e transformadora.

Desejo igualmente agradecer a todos os colegas que viveram comigo a experiência do Mestrado, pelo companheirismo, por cada momento compartilhado e pelo generoso suporte na elaboração desta Dissertação.

Ao corpo docente e à secretaria do Centro de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, minha gratidão pela partilha do conhecimento científico e pela amizade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, por isso, expresso meu agradecimento à agência de fomento. Fazer ciência no Brasil atual é um ato revolucionário.

*“A terra deve ser tratada com ternura,
para não causar-lhe feridas, para não arruinar a
obra que saiu das mãos do Criador.”*

(Papa Francisco)

RESUMO

A sociedade pós-industrial introduziu ao contexto organizacional demandas como a valorização do ser humano e o respeito ao meio ambiente, a partir do entendimento de que as empresas privadas compartilham, além de espaço físico, interesses em comum com a comunidade, conferindo-lhes uma responsabilidade social. Essa demanda é aumentada em países periféricos e profundamente desiguais como o Brasil, em que há carência de políticas públicas e as Organizações da Sociedade Civil, em suma, necessitam de recursos humanos, financeiros e capacidade técnica. Com a promulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas, no documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, em 2015, a sociedade ganhou mais um instrumento técnico para a promoção de atitudes que visem transformar o mundo em um lugar melhor. No documento, o termo “empresa” aparece diversas vezes, pelo fato de estarem intimamente ligadas ao ambiente, à conjuntura social que as cercam e por serem convidadas a agir efetivamente nesse cenário, complementando a atuação do Estado e das organizações não governamentais. A partir disso, o presente estudo teve como objetivo verificar se as práticas de sustentabilidade apresentadas pelas grandes empresas do setor industrial atuantes no Brasil atendem aos ODS, a fim de disponibilizar um retorno à sociedade sobre a atuação empresarial na pauta do desenvolvimento sustentável. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com finalidade exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa documental. A técnica escolhida para examinar os dados coletados foi a análise de conteúdo. Os resultados apontam para um cumprimento parcial dos ODS pelas 20 maiores empresas do setor industrial que publicaram recentemente relatórios de sustentabilidade. O relatório é uma parte importante da sustentabilidade nas corporações, mas apresentá-lo anualmente não transforma a empresa em uma organização automaticamente sustentável. Portanto, foram sugeridos questionamentos que podem aproximar as ações responsáveis das empresas às dimensões propostas na Agenda 2030. Também, recomenda-se a padronização dos ODS como caminhos para a implementação de ações sustentáveis nas empresas e, por conseguinte, para a construção de relatórios de sustentabilidade cada vez melhores. Isso pode favorecer análises comparativas entre organizações semelhantes e a efetivação de práticas sustentáveis capazes de responder aos desafios do Século XXI.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Indústria, Brasil.

ABSTRACT

The post-industrial society introduced demands such as valuing the human being and respecting the environment into the organizational context, based on the understanding that private companies share, in addition to physical space, common interests with the community, giving them a social responsibility. This demand is increased in peripheral and profoundly unequal countries like Brazil, where there is a lack of public policies and third sector organizations, in short, need human, financial, and technical capacity. With the enactment of the Sustainable Development Goals (SDGs) by the United Nations, in the document “Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development”, in 2015, society gained yet another technical instrument to promote attitudes that aim to transform the world in a better place. In the document, the term “company” appears several times, because they are intricately linked to the environment, to the social situation that surrounds them and for being invited to act effectively in this scenario, complementing the performance of the State and non-governmental organizations. Based on this, the present study aimed to verify whether the sustainability practices presented by the large companies in the industrial sector operating in Brazil meet the SDGs, to provide a return to society on business performance on the agenda of sustainable development. The research is characterized as qualitative, with an exploratory and descriptive purpose. As for the procedures, documentary research was used. The chosen technique to examine the collected data was content analysis. The results point to a partial fulfillment of the SDGs by the 20 largest companies in the industrial sector that recently published sustainability reports. The report is an important part of sustainability in corporations, but presenting it annually does not make the company an automatically sustainable organization. Therefore, questions were suggested that can bring responsible actions by companies closer to the dimensions proposed in 2030 Agenda. Also, it is recommended the standardization of the SDGs as paths for the implementation of sustainable actions in companies and, therefore, for the construction of reports of improving sustainability. This can favor comparative analyzes between similar organizations and the implementation of sustainable practices capable of responding to the challenges of the 21st Century.

Keywords: Sustainable Development, 2030 Agenda, Sustainable Development Goals, Industry, Brazil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2000).....	28
Quadro 2 – Dimensões e linhas estratégias da sustentabilidade na Agenda 21 brasileira	29
Quadro 3 – Países latino-americanos no Índice de Desenvolvimento Humano (2019)	42
Quadro 4 – Conferências e relatórios sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (1968-2018)	45
Quadro 5 – Referências ao âmbito empresarial nos Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável.....	54
Quadro 6 – Dez princípios universais do Pacto Global e suas respectivas categorias	72
Quadro 7 – 40 maiores empresas do Brasil em 2018.....	81
Quadro 8 – Panorama dos relatórios de sustentabilidade das 25 empresas selecionadas na segunda triagem.....	82
Quadro 9 – 20 maiores empresas do setor industrial no Brasil que publicaram relatórios de sustentabilidade nos últimos três anos	84
Quadro 10 – Breve descrição das 20 maiores empresas do setor industrial no Brasil que publicaram relatórios de sustentabilidade nos últimos três anos	85
Quadro 11 – Agrupamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas dimensões da Agenda 2030.....	87
Quadro 12 – Aderência dos relatórios das empresas selecionadas aos ODS	110
Quadro 13 – Menções pontuais das empresas selecionadas aos ODS.....	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo <i>Two Tiered Sustainability Equilibria</i> (TTSE) para compreensão da sustentabilidade.....	28
Figura 2 – Mapa indicando o Coeficiente de Gini mundial (2014)	43
Figura 3 - Limites biofísicos e sociais do Brasil, com o desenvolvimento sustentável na área circular verde	45
Figura 4 – Quadro de ícones oficiais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	47
Figura 5 – Quadro de ícones oficiais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	50
Figura 6 – Dimensões da sustentabilidade utilizadas pela Agenda 2030	51
Figura 7 – Esquemática dos ODS sob a forma de círculos concêntricos	53
Figura 8 – Etapas propostas pelo SDG Compass para implementação dos ODS	55
Figura 9 – Pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa	60
Figura 10 – Produção acadêmica sobre sustentabilidade organizacional na base de dados <i>Web of Science</i> (1995-2019)	61
Figura 11 – Esquema de Hélice Tríplice.....	65
Figura 12 – Economia Donut	66
Figura 13 – Sequência de etapas da pesquisa.	79
Figura 14 – Esquemática para reorientação das dimensões do desenvolvimento sustentável	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de menções a cada ODS nos relatórios analisados	112
Gráfico 2 – Quantidade de menções a cada ODS, por dimensão da sustentabilidade, nos relatórios analisados	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado da incidência de cada dimensão da sustentabilidade após a parametrização por número de ODS	114
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CVC – Criação de Valor Compartilhado

EE – Economia Ecológica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organização da Sociedade Civil

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RS – Relatório de Sustentabilidade

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

TBL – *Triple Bottom Line*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Definição do problema	19
1.2 Objetivos.....	20
1.3 Justificativa e contribuições.....	20
1.4 Estruturação do trabalho	21
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 Sustentabilidade	23
2.2 Desenvolvimento Sustentável.....	33
2.3 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	48
2.4 Sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas organizações	54
2.4.1 Centro de Estudos em Sustentabilidade.....	70
2.4.2 Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.....	70
2.4.3 Instituto Ethos	71
2.4.4 Rede Brasil do Pacto Global	72
2.5 Relatórios de sustentabilidade.....	75
3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	77
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	77
3.2 Procedimentos da Pesquisa.....	78
3.3 Métodos de seleção das empresas	79
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	81
4.1 Seleção das empresas e panorama dos relatórios de sustentabilidade	81
4.2 Panorama das empresas com área de atuação e locais onde estão presentes.....	84
4.3 Categorias de análise	86
4.3.1 Pessoas.....	87
4.3.2 Planeta.....	92
4.3.3 Prosperidade	99
4.3.4 Paz	103
4.3.5 Parcerias	105
4.4 Aderência das empresas à Agenda 2030	109
4.5 Análise do referenciamento aos ODS	111
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
ANEXO A – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM).....	142
ANEXO B – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	144
ANEXO C – RANKING PARA SELECIONAR AS EMPRESAS	157

*“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar,
mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.*
(Santa Teresa de Calcutá)

1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas induzidas pela ação antrópica, a utilização desproporcional e, por vezes, irracional, dos recursos naturais não renováveis e os graves problemas socioeconômicos advindos dessa concepção utilitarista do planeta são inerentes à nova era geológica conhecida como Antropoceno¹.

Essa conjuntura tem impelido a administração pública, as Organizações da Sociedade Civil e a iniciativa privada a repensarem drasticamente sua atuação, tendo em vista que, “atualmente, não há mais dúvidas de que a composição da atmosfera está mudando devido às emissões de gases e aerossóis causadas pelas atividades antrópicas” (ARTAXO, 2014, p. 17), acarretando severos desdobramentos socioeconômicos no mundo todo. E, com a pandemia da COVID-19, enfrentada por todos os povos entre os anos de 2019 e 2020, o referido descompasso socioambiental revelou-se ainda mais explícito.

Dessa forma, ao focar o período compreendido entre o início do Século XX e os últimos anos, observa-se que a Administração de Empresas passou por diversas transformações, agregou práticas e conhecimentos de outras áreas do saber e ampliou seu horizonte de atuação de maneira notável, incluindo, com isso, a sustentabilidade ao contexto organizacional.

Esse processo foi permeado pela ascensão do ambientalismo e da ecologia política, a partir dos anos 1960, cujas discussões foram intensificadas na década de 1970, abarcando temas como o decrescimento e o ecodesenvolvimento, que desaguaram na publicação do

¹ Na perspectiva científica conservadora, a Humanidade atualmente vive na era Cenozoica, período Quaternário, na época do Holoceno. No entanto, Artaxo (2014, p. 15) explica que, “desde os anos 1980, alguns pesquisadores começaram a definir o termo Antropoceno como uma época em que os efeitos das ações humanas estariam afetando globalmente nosso planeta”, a partir da “Grande Aceleração”, definida pela alta influência humana na biosfera a partir da segunda metade do Século XX (MCNEILL; ENGELKE, 2016). Por sua vez, Barcelos (2019) destaca que o Antropoceno se resume a uma nova época geológica (ainda não oficializada) demarcada pela industrialização e pela capacidade humana de intervenção no ciclo natural da Terra. No entanto, ao realizar uma revisão de literatura sobre o tema, o autor apresenta o termo “Capitaloceno” como forma de deslocar o eixo da crise ecológica para compreendê-la como um câmbio no processo histórico em curso do capitalismo, que incorporou as condições da natureza num projeto específico de reorganizar o mundo material. Com isso, contribui para não culpabilizar a espécie humana em si pelos problemas em curso, mas sim, o sistema econômico e social dominante, que pode ser substituído.

Relatório Nosso Futuro Comum, popularmente conhecido como “Relatório Brundtland”, em 1987, que conceituou o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (ONU, 1987). Isso aconteceu em um momento sem precedentes de cuidado com a biosfera e de contestação do modelo capitalista, ainda que a definição presente no documento fosse passível de críticas (QUEIRÓS, 2003).

Contudo, sabe-se que o cuidado com o meio ambiente² e a atenção às pautas sociais, por ultrapassarem os muros das organizações, não constaram nos balancetes das empresas e em suas estratégias de ação por muito tempo. Sem embargo, o escopo do setor privado, até então quase exclusivamente direcionado para a distribuição de lucros entre os acionistas das corporações (FRIEDMAN, 1970), foi dramaticamente questionado, ainda que o setor de negócios, representado por algumas empresas, estivesse na vanguarda da sustentabilidade (ELKINGTON, 2012).

Sabe-se que as empresas contribuem com o desenvolvimento econômico de um país ou de uma região, oferecem oportunidades de trabalho a milhões de pessoas, direta ou indiretamente, e, através de seus produtos, estão presentes nas casas e nas vidas de seus consumidores. A partir do exposto e, admitindo-se que os tópicos recentes acrescentaram noções ligadas à sustentabilidade à vida das empresas, é possível dizer que, atualmente, não relacionar a sustentabilidade ao âmbito organizacional e à atuação empresarial tornou-se inconcebível.

Entretanto, é latente que as empresas também podem ser responsáveis por prejuízos. Em caso de má gestão financeira, são capazes de lançar centenas de pessoas ao desemprego de uma só vez, ao falirem ou necessitarem de um grande programa de demissão voluntária; sem o tratamento adequado de seus resíduos, arriscam-se a poluir o ar, a água e o solo – em alguns casos de maneira irreversível –, minando a possibilidade de uma relação sustentável entre a organização, as comunidades instaladas próximas às suas dependências e as matérias-primas necessárias para a manutenção da produção.

² Almeida e Premebida (2014, p. 15) definem o ambiente, ou meio ambiente, como o “conjunto de meios naturais ou artificializados da ecossfera onde o ser humano se instalou, que ele explora e administra, e o conjunto dos meios não antropizados necessários à sua sobrevivência”. Gudynas (2019, p. 13) menciona o termo “Natureza”, com N maiúsculo, “para se referir a um meio ambiente, como conjunto ou sistema, em que prevalecem paisagens, fauna e flora originais”, resgatando o conceito de outros usos, “como capital natural”.

Diante dessa circunstância, muitas empresas estão cada vez mais cientes de que suas atividades acarretam impactos significativos ao meio ambiente, ao bem-estar das sociedades e à manutenção das condições necessárias para a prosperidade humana e a geração de oportunidades às futuras gerações.

Zanin e Parisotto (2014) explicam que a mudança dessa consciência foi um resultado da sociedade pós-industrial, em que o aumento da qualidade de vida, a valorização do ser humano, o respeito ao meio ambiente, a organização empresarial de múltiplos alvos e a valorização das ações sociais são buscados, em detrimento do período industrial, em que o lucro e o sucesso econômico figuravam como os únicos objetivos a serem alcançados, como historicamente criticado pela economia política de Karl Marx (2013) e, também, por obras da cultura popular, como o emblemático filme “Tempos Modernos”, do cineasta inglês Charlie Chaplin³.

Sobre isso, Dias (2019, p. 83) afirma que as empresas “são responsáveis indiretas pelo crescimento do interesse pelo meio ambiente, pois foram as causadoras dos principais desastres ambientais do Século XX que despertaram, de algum modo, a consciência coletiva para esses problemas”. Dessa forma, ainda que as adaptações no seio das corporações não tenham contestado efetivamente a essência do capitalismo, ficou evidente que o modelo de crescimento baseado na relação de dominação da natureza pela tecnologia, sendo a primeira um mero penduricalho, ou apêndice nas relações econômicas (CAVALCANTI, 2010), passou a ceder espaço para negócios cada vez mais generosos e regenerativos (RAWORTH, 2019).

Regressando ao contexto histórico, destaca-se, perante a emergência climática e descompasso social e econômico visível em todo o planeta, a profusão de tratados científicos e encontros globais que reuniram cientistas, autoridades públicas e representantes da sociedade civil para buscarem soluções para esses problemas. Se na segunda metade do Século XX esse movimento estava borbulhando, após o “Relatório Brundtland” ele definitivamente entrou em ebulição. Destacam-se, ainda, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que deu origem às discussões

³ Posteriormente, a crítica ambiental foi direcionada ao produtivismo, seja ele capitalista ou socialista, ainda que autores como Dupuy (1980, p. 23) afirmem que “muitas das posições teóricas dos ecologistas vão ao encontro das intuições fundamentais filosóficas e econômicas de Marx”.

que resultariam na Agenda 21 e, posteriormente, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em 2000.

A fim de suceder e atualizar esse conjunto de desejos para a construção do desenvolvimento sustentável em escala global para o Século XXI, umas das mais significativas conferências aconteceu entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, na sede da ONU em Nova Iorque: a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. No encontro, todos os países-membros da Organização definiram os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que consistem em 17 objetivos e 169 metas que deverão ser atingidos até o ano de 2030, como parte do documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Nele, a integração entre os governos, as organizações não governamentais, as empresas e a sociedade civil, adquiriu papel crucial para o êxito de todos os pontos que foram propostos. Segue-se, então, uma série de políticas a serem realizadas a fim de atenuar os riscos à vida e ao planeta decorrentes de práticas nocivas e que agridam irreversivelmente o meio ambiente, bem como para a adoção de fontes de energia limpas e renováveis, a preservação dos ecossistemas naturais e, sobremaneira, a frenagem das causas e atenuação das consequências das mudanças climáticas. De fato, o desenvolvimento sustentável tornou-se o “conceito central da atual geração” (SACHS, 2015, p. 1), e, em 2020, o mundo entrou na chamada “Década da Ação”, no intuito de intensificar as ações baseadas nos ODS para que sejam cumpridos no prazo determinado.

Contudo, sabe-se que, por parte dos entes governamentais, as políticas públicas podem não atingir a totalidade da população, dada a inação do Estado em algumas situações (SOUZA, 2006) e questões de cunho político-ideológico. Por outro lado, ainda que as Organizações da Sociedade Civil (OSC) desponham como uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associado à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia muitas vezes inoperante e/ou sujeita a intempéries de ordem político-partidária (COELHO, 2000), este muitas vezes carece de recursos financeiros, colaboradores e capacidade técnica para operacionalizar ações de longo alcance, algo que não diminui seu valor, mas expressa uma lacuna a ser preenchida.

Diante disso, a vocação das empresas para a incorporação de questões socioambientais às suas práticas de gestão – com a prerrogativa de beneficiar não apenas a si mesmas, mas a toda a sociedade – foi reforçada, apoiada por uma reorientação de valores organizacionais, pela relação com variados *stakeholders*, ambiente externo, recursos internos, ideologia da alta administração, expectativas da comunidade e, até mesmo, contexto competitivo (SOUSA FILHO et al., 2010, p. 307), evidenciando que a perenidade dos negócios está diretamente ligada à inserção da sustentabilidade na prática empresarial.

A partir disso, surge a crítica pertinente à chamada *greenwashing*, ou seja, às empresas que “pintam de verde” seus produtos e sua imagem institucional para que se pareçam sustentáveis, tratando-se de uma etiqueta que se procura colar nos produtos e nos processos de sua confecção para agregar-lhes valor, ou seja, remetendo à lógica e, sobretudo, à sociedade de mercado (BOFF, 2012). Contudo, para intimidar essa conduta e combater esse problema, grandes corporações têm optado por comunicar suas práticas responsáveis por meio de relatórios de sustentabilidade (ELKINGTON, 2012), a fim de conferir legitimidade a essas ações perante a sociedade.

Com efeito, as empresas são convidadas a investir em uma genuína cultura sustentável e socialmente responsável, impulsionadas pelo real comprometimento com as pautas sociais e ambientais, indo além da simples publicidade, estritamente superficial (ABRAMOVAY, 2012). Dessa maneira, ao promoverem políticas de inovação, logística reversa, economia circular, combate à mudança global do clima, ações sociais, educacionais e de promoção da saúde, geração de emprego a jovens, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade, com pagamento justo de salários e concessão de benefícios sem distinção de gênero, cor da pele e orientação sexual, elas podem contribuir para uma imprescindível mudança de paradigmas, em resposta aos desafios elencados.

Reitera-se que, neste trabalho, não houve a pretensão de apresentar uma proposta de substituição da ação estatal na preservação ambiental, na redução das desigualdades e na promoção da justiça social, especialmente tratando-se da realidade brasileira, marcada por mazelas históricas que necessitam de políticas públicas para que suas causas e consequências sejam mitigadas ou extinguidas. Também, a atuação do terceiro setor deve ser valorizada, dada sua capilaridade em regiões de difícil acesso para o Poder Público. Não

obstante, em contextos em que o Estado tem baixa penetração e as OSCs não dispõem de recursos suficientes, ações do setor privado podem contribuir para a superação desses problemas e gerar oportunidades para o desenvolvimento sustentável.

Tomando isso como pressuposto, Porter (2013, s. p.) pondera assertivamente:

[...] temos que mudar a maneira como os negócios veem a si mesmos, e felizmente isso está a caminho. As empresas ficaram presas na ideia convencional de que não deveriam se preocupar com problemas sociais, de que isso era algo meio que secundário, que alguém mais estava fazendo. Agora estamos vendo empresas abraçarem essa ideia. Porém, também temos que reconhecer que as empresas não vão fazer isso com tanta efetividade quanto se tivermos ONGs e o governo trabalhando em parceria com as empresas.

Endossando esse raciocínio, o mais recente relatório da CEPAL (2018) apontou a relação direta entre desigualdades sociais e produtividade, cruzando dados como distribuição de renda, o índice de Gini, poder de compra das populações e questões ligadas às naturezas econômica, financeira e trabalhista. O documento salienta que as políticas a favor da igualdade não só produzem efeitos positivos em termos de bem-estar social, como também contribuem para gerar um sistema econômico mais favorável para a aprendizagem, a inovação, o aumento da produtividade e a proteção ambiental.

Sendo assim, depreende-se que há uma relação de interdependência entre a prosperidade das organizações e o bem do planeta e de seus habitantes. Às empresas são necessários energia e matéria-prima, que, para continuarem fartos, disponíveis e acessíveis, precisam ser renováveis e geridos com equilíbrio; Ao ambiente, o desenvolvimento das organizações, baseado em práticas humanas e alinhadas ao cuidado com os ecossistemas naturais, constitui fator primordial para a redução das desigualdades sociais, da poluição e da extração desenfreada de recursos naturais, bem como é uma variável fundamental na promoção da dignidade humana, da saúde e do bem-estar, do acesso à educação e às boas práticas, do consumo responsável e afins.

1.1 Definição do problema

Tendo em vista a conjuntura apresentada, chega-se à definição do problema discutido e investigado nesta dissertação, que, segundo Kerlinger (2003), se refere a uma questão que pergunta como as variáveis estão relacionadas: as práticas de sustentabilidade

das grandes empresas do setor industrial que atuam no Brasil atendem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

1.2 Objetivos

O presente estudo tem como objetivo geral verificar se as práticas de sustentabilidade apresentadas pelas grandes empresas do setor industrial atuantes no Brasil atendem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) no documento “Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Há, ainda, três objetivos específicos:

i) assinalar a contribuição efetiva das empresas analisadas nas cinco dimensões do desenvolvimento sustentável estipuladas pela Agenda 2030, Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, à luz dos ODS, com o intuito de elencar as práticas sustentáveis detectadas nas corporações estudadas;

ii) aferir de que maneira essas políticas empresariais contribuem para a mobilidade social, a redução das desigualdades, o cuidado com o meio ambiente e a criação de consciência socioambiental;

iii) investigar se há entes governamentais, organizações não governamentais, *startups*, instituições acadêmicas e/ou outros *stakeholders* empenhados em fomentar práticas sustentáveis em rede com as empresas abordadas no estudo.

1.3 Justificativa e contribuições

O trabalho justifica-se devido à crescente importância de estudos que contribuem com a análise dos impactos ambientais, sociais e econômicos da gestão empresarial. Ademais, a aplicabilidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nesse contexto ainda carece de avaliações acadêmicas (ROSATI; FARIA, 2019), embora exista um leque de indicadores disponíveis para mensurar a sustentabilidade nas organizações, como apontado por Van Bellen (2006) e Mazon (2007).

Em complemento, Elkington (2012, p. 155) defende que uma mudança de paradigmas, no que se refere à atuação das corporações perante a sociedade, acontecerá por meio da publicação de pesquisas classificando empresas em termos de seus conhecimentos e desempenhos nas três dimensões que compõem o *Triple Bottom Line*: Ambiental, Econômico e Social.

Em vista do cenário apresentado, a elaboração desta Dissertação de Mestrado tornou-se ainda mais pertinente. Além disso, a ideia presente na literatura acadêmica de que as empresas têm um compromisso social e, por isso, necessitam estar cada vez mais incumbidas em direcionar suas políticas para alcançar estes fins, foi endossada.

Pretendeu-se, portanto, contribuir com a criação de estratégias de gestão no setor privado voltadas ao cumprimento dos ODS, bem como auxiliar na governança em redes, permitindo que governos, empresas e entidades do terceiro setor consigam trabalhar juntas pelo bem-estar das pessoas e do planeta, uma vez que a publicação e divulgação dos resultados e conclusões do presente trabalho podem apontar para carências, dificuldades ou auxiliar a canalizar recursos e energia para ações que incrementem as práticas sustentáveis nas organizações e nas comunidades em que elas estão inseridas.

1.4 Estruturação do trabalho

A presente Dissertação está estruturada em cinco capítulos, incluindo esta introdução, que apresentou resumidamente as linhas gerais do trabalho.

No segundo capítulo, encontra-se a fundamentação teórica que serviu como alicerce para a construção deste trabalho, realizando uma conceituação histórica da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável, bem como seus respectivos conceitos e as dimensões presentes na literatura; adiante, foram abordados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a inserção destes temas na prática empresarial brasileira.

No terceiro capítulo são delineados os procedimentos metodológicos da pesquisa referentes ao estudo de caráter documental. A seguir, no quarto capítulo, os resultados da pesquisa estão expostos, bem como as análises e considerações acerca dos dados.

Finalmente, o quinto capítulo destaca o atingimento do objetivo geral e dos objetivos específicos, além de sugerir novas contribuições da Academia ao tema, para pesquisas futuras.

“Se enxerguei mais longe, foi porque me apoiei sobre os ombros de gigantes.”
(Sir Isaac Newton)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, foram destacadas as bases conceituais que fundamentam o estudo à luz de uma considerável variedade de levantamentos já realizados sobre a temática escolhida. Inicia-se tratando das diferentes abordagens sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, bem como seus respectivos conceitos e dimensões presentes na literatura. Em seguida, há a descrição e as referências históricas sobre a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além da trajetória cronológica que levou à promulgação dos mesmos. Finalmente, são apresentadas as bases teóricas para corroborar a importância da participação empresarial na construção de um mundo melhor e, sobremaneira, para o alcance dos objetivos propostos pela ONU.

2.1 Sustentabilidade

A palavra “sustentável” provém do latim *sustentare*, verbo que simboliza a ação de defender, favorecer, apoiar, conservar ou cuidar. Nos dicionários, o substantivo sustentabilidade está definido como “capacidade de desenvolvimento econômico de forma a suprir as necessidades atuais sem prejudicar o meio ambiente e sem comprometer as gerações futuras, o que envolve o uso racional dos recursos naturais”⁴ (BECHARA, 2011), como “possibilidade de sustentação” (BORBA, 2011), ou ainda, como “modelo de sistema que tem condições para se manter ou conservar” (PRIBERAM, 2013).

Boff (2012) defende que a sustentabilidade é uma realidade há mais de quatrocentos anos, visto que comunidades europeias silvicultoras do Século XVII instruíam seus madeireiros a manejar as florestas de modo que sua reprodução sempre igualasse o consumo, comportamento adotado em reação à séria escassez de madeira que começara no século anterior. Para a referida civilização, a questão de sustentar-se estava intrinsecamente atrelada à sobrevivência, à

⁴ Bechara (2011) notadamente baseou-se na definição de desenvolvimento sustentável proveniente do Relatório “Nosso Futuro Comum”. Nas próximas seções, as diferenças e similaridades entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram exploradas, mas, por ora, antecipa-se que os termos não são sinônimos.

manutenção das condições necessárias para que as futuras gerações pudessem manter um estilo de vida semelhante àquele dos que iniciaram sua prática.

Sachs (2015, p. 4) também destaca a piscicultura como um exemplo de sustentabilidade ambiental de longa data. Igualmente à produção de madeira, os pescadores de séculos atrás usavam o conceito de sustentabilidade para calcular o número máximo de animais que poderiam ser pescados por ano, considerando a taxa de reprodução e manutenção da espécie na natureza, de maneira a prevenir uma possível escassez em anos seguintes. Em um resgate histórico, Romeiro (2018, p. 5) relembra que o modo de vida de povos como os Ianomâmis, conservado até o presente, “não provoca nenhum desequilíbrio comprometedor do ecossistema, embora o modifique”, sendo, portanto, também um exemplo de sustentabilidade.

Em 1879, o cientista político e jornalista estadunidense Henry George (1839-1897) publicou a obra *Progress and Poverty*, que vendeu milhões de cópias em todo o mundo e, com isso, popularizou a ideia conhecida como “Espaçonave Terra” (GEORGE, 2009). Apesar de o autor desse clássico realizar uma investigação sobre a causa das depressões industriais e a persistência da pobreza em meio ao aumento da riqueza, sabe-se atualmente que, nesta “espaçonave”, os seres humanos são passageiros que subiram a bordo há pouco tempo, se comparados ao surgimento da espécie e a “idade” do planeta.

A ideia também está presente na obra *The Economics of the Coming Spaceship Earth*, que apontou a inevitável mudança à qual o modelo de crescimento econômico adotado até então deveria ser submetido, de maneira a incrementar o bem-estar das pessoas e de todos os ecossistemas (BOULDING, 1966). Assim, surgiu a necessidade de uma transição da chamada “economia do cowboy”, baseada na percepção da Terra como espaço e benesses ilimitadas, para uma “economia do astronauta, na qual os passageiros deveriam estabelecer um sistema capaz de manter a base de recursos (BOULDING, 1993).

A partir de 1970, passou-se a estimar a sobrecarga da Terra, destacando que seria necessário mais de um planeta para suprir a demanda de todos os povos (GLOBAL FOOTPRINT NETWORK, 2019). Além disso, a celebração do primeiro Dia da Terra, também em 1970, serviu como propagador do ambientalismo em escala mundial. Na mesma década, importantes entidades ligadas a essa temática foram criadas, como o *Friends of the Earth International* (1971), o *Greenpeace*, no Canadá (1971), a *Sea Shepherd Conservation Society*, nos EUA (1977), entre

muitas outras (PEREIRA, 2018). A partir de então, fez-se iminente que o impacto causado pela Humanidade sobre o planeta estava sendo decisivo – ou, em outras palavras – devastador.

Daí advém mais uma condicionante para que a espécie humana coloque em evidência a preocupação pela sustentação daquilo que nos rodeia e abriga em meio à vastidão cósmica. Por isso, sustentar a vida, os ecossistemas e as premissas para que o desenvolvimento possa acontecer são temas que abrangem uma profusão de áreas do Conhecimento, fazendo da sustentabilidade algo presente no cotidiano, ainda que nem sempre perceptível à primeira vista. Sobre isso, Sartori, Latrônico e Campos (2014, p. 11) depreendem, por meio de uma revisão de literatura que “a sustentabilidade foi definida a partir de um longo processo histórico, bem como, a tomada de consciência sobre os problemas ambientais, crises econômicas e desigualdades sociais”, caracterizando-a como uma Ciência interdisciplinar⁵ em vias de se tornar transdisciplinar, pois congrega uma grande variedade de assuntos e saberes.

Entretanto, apesar da vastidão de aplicações para a sustentabilidade, Daly (1996) afirma que este é um termo de que todos gostam, mas que, ao mesmo tempo, muitos não conhecem exatamente seu sentido ou seu conceito. Em consonância a esse pensamento, Claro, Claro e Amâncio (2008) afirmam que não há um consenso sobre o significado atribuído à sustentabilidade, posição corroborada por Nascimento (2012), que realizou uma revisão de literatura acerca do surgimento da sustentabilidade, que expande sua abrangência da dimensão ambiental para a social e, finalmente, para a econômica.

Diante desse cenário, Bonelli e Lazzareschi (2015, p. 223) aconselham a “começar com uma breve revisão dos principais argumentos que as várias correntes e atores têm elaborado a fim de proporcionar substância às suas diversas reivindicações de sustentabilidade”.

⁵ Bicudo (2008, p. 138) aponta que o pensamento interdisciplinar rompe com a lógica cartesiana, “que buscou delinear com certa clareza e de modo esquemático a filosofia que sustenta o pensamento científico da época moderna que, mesmo considerando seu desenvolvimento e transformação, ainda está presente, hoje, nos meios acadêmicos do mundo ocidental”. A autora ressalta que essa mudança de foco decorre do questionamento do modelo de ciência firmado pela ciência moderna e intensificado a partir da transição do século XIX para o XX, carregando consigo uma mudança de visão de conhecimento científico, no contexto das modificações geopolíticas e culturais que caminharam em direção ao que hoje caracteriza as chamadas sociedades globalizada, de risco e/ou do conhecimento. Com efeito, “o mundo atual mostra-se complexo e sua complexidade solicita, a cada passo, recursos e procedimentos que ultrapassem os limites da ciência disciplinar descontextualizada da realidade histórico/política/econômica” (BICUDO, 2008, p. 144). Para tanto, recorre-se à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade.

Neiman, Barros-Freire e Leitão (2020, p. 13) concordam com a inconsistência conceitual da palavra, ao afirmarem que “sustentabilidade é um conceito em construção na sociedade civil há muito pouco tempo, de modo que ainda há diversas compreensões sobre seu significado”. E completam: “Não há, portanto, como evitar a ambiguidade de interpretações, dado o exaustivo e equivocado uso do termo nos mais diferentes âmbitos”.

Por sua vez, László (2008, s. p.) relata que a

Sustentabilidade é um termo completo porque não estamos tratando de um estado estático, de simplesmente manter alguma coisa. O termo sustentabilidade geralmente é usado como o equivalente de salvaguardar a natureza, ou manter o *status quo*. Esse não é um conceito dinâmico e não está correto porque tudo está em evolução, em desenvolvimento. A sustentabilidade tem que ser, realmente, um desenvolvimento que é sustentável. Um tipo de desenvolvimento com o qual podemos arcar hoje que não seja às custas do amanhã.

Ainda, de acordo com Veiga (2016, s. p.), “não existe patente para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável”. Veiga e Zatz (2008, p. 37) ressaltam que, “até o final dos anos 1970, sustentabilidade era uma noção usada apenas pela biologia”, especialmente por pesquisadores especializados em biologia populacional, que procuram avaliar quando uma atividade extrativa ultrapassa os limites de reprodução da espécie estudada, ou seja, “procuram identificar o ponto a partir do qual é rompida a resiliência de um ecossistema”.

No entanto, a sustentabilidade ultrapassa este sentido, ainda que o englobe. Nascimento (2012, p. 51) descreve que há também “a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção”. Sendo assim, observar a sustentabilidade em seu sentido mais amplo exige a compreensão de suas múltiplas dimensões, que variam de acordo com o estudo, relatório ou trabalho acadêmico.

O *Triple Bottom Line*, ou Tripé da Sustentabilidade, ou ainda, “3 Ps da sustentabilidade”, cunhado por Elkington (2012) na década de 1990, remete-se aos três pilares básicos da Sustentabilidade, a saber: Ambiental (*Planet*), Social (*People*) e Econômica (*Profit*). Neste modelo, há um rompimento do paradigma de que o resultado de uma empresa é traduzido apenas por seus balanços financeiros, explicando que isso se daria, também, por seu desempenho ambiental e social. De acordo com o autor, “a sustentabilidade é o princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as futuras gerações” (ELKINGTON, 2012, p. 52).

Contudo, Bonelli e Lazzareschi (2015, p. 227) ressaltam que,

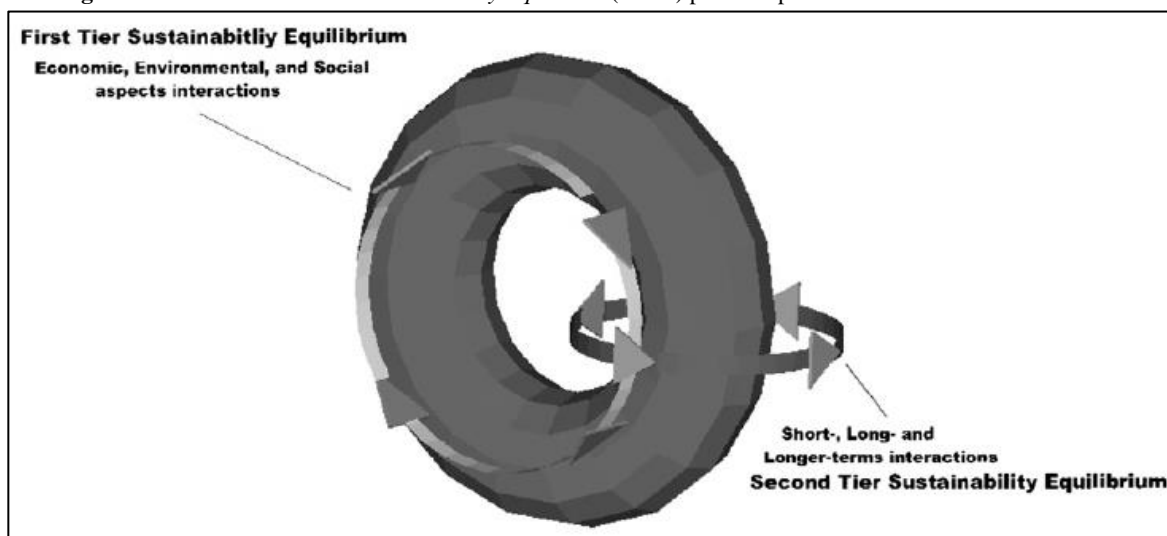
Do tripé no qual deveria assentar-se o “desenvolvimento sustentável” – fatores econômicos; fatores sociais e fatores ambientais –, desde então [anos 1980], só se vem privilegiando os fatores econômicos. Observamos, com o passar do tempo, o crescimento da tecnologia industrial, do lucro, da privatização da natureza e a continuidade de uma desigual distribuição de renda, tendo esta se agravado nos últimos anos. Dessa forma, podemos afirmar que o modelo de preservação ambiental não contestou a ideologia da sociedade industrial, baseada na dominação e dependência, tendo o consumo e o desperdício como ápices do desenvolvimento econômico.

Em consonância, Loviscek (2021) destaca que o conceito do *Triple Bottom Line* não perdeu sua importância desde o seu desenvolvimento; pelo contrário, tem sido um tópico muito considerado, tendo seu apogeu nos últimos cinco anos. Todavia, sua estrutura é utilizada erroneamente, pois geralmente consideram-se apenas duas, e não as três dimensões. Por essa e outras razões correlatas, Elkington (2018, s. p.) o autor do constructo realizou uma espécie de *recall*, a fim de estimular uma nova onda de inovação e implantação do modelo, considerando ritmo e a escala adequados, uma vez que “o sucesso ou o fracasso nas metas de sustentabilidade não podem ser medidos apenas em termos de lucros e perdas”.

De qualquer forma, assumindo que as três apresentem importância idêntica, pode-se afirmar que, para uma organização do setor privado optar por políticas sustentáveis do ponto de vista socioambiental, é necessário que elas obrigatoriamente apresentem um retorno financeiro. Caso contrário, o tripé não ficaria equilibrado. Essa premissa seria contrária à preconização do ambiente e da sociedade à dimensão econômica, característica da Economia Ecológica.

Para solucionar esse problema, Lozano (2008) relembra que muitos autores propuseram novas representações gráficas para o *Triple Bottom Line*, como o diagrama de Venn, os círculos concêntricos e o Hexágono de Sustentabilidade, de maneira a ajudar o público em geral a compreender os diferentes aspectos da sustentabilidade. No entanto, desvantagens nesses modelos foram reconhecidas, dada a imprecisão deles na representação fiel da realidade. Então, o autor propõe o *Two Tiered Sustainability Equilibria* (TTSE), reproduzido na Figura 1, como ferramenta para compreensão de forma mais eficaz que o alcance da sustentabilidade está condicionado a fenômenos holísticos, contínuos e inter-relacionados entre os aspectos econômicos, ambientais e sociais, sendo que cada decisão tomada pelas pessoas acarreta implicações para todos os aspectos, hoje e no futuro. Dessa forma, seu modelo contribui para a compreensão do equilíbrio das dimensões econômica, social e ambiental.

Figura 1 – Modelo *Two Tiered Sustainability Equilibria* (TTSE) para compreensão da sustentabilidade



Fonte: Lozano (2008, p. 1844).

Enquanto isso, para Sachs (1993, 2000), há uma variedade maior de dimensões, como: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional. Para o autor, é imperioso que a sociedade invista em uma verdadeira metamorfose do modelo civilizatório atual.

O Quadro 1 esquematiza as dimensões citadas e descreve cada uma delas.

Quadro 1 – Dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2000)

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Social	Refere-se ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	Referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	Relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
Ambiental	Trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	Refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Econômica	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
Política (nacional)	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.

Política (internacional)	Baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.
---------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Sachs (2000).

Além disso, de acordo com a Agenda 21 Brasileira, promulgada em 1997 em um cenário que será exposto e detalhado nos próximos tópicos, existem outras dimensões da sustentabilidade: a geoambiental, a social, a econômica, a político-institucional e a da informação e do conhecimento. Nelas foram identificadas as linhas estratégicas estruturantes do desenvolvimento sustentável (MMA, 2002), dispostos no Quadro 2. Nada obstante, ressalta-se que essa agenda viria a ser substituída (ou atualizada), na década seguinte.

Quadro 2 – Dimensões e linhas estratégicas da sustentabilidade na Agenda 21 brasileira

DIMENSÃO	LINHAS ESTRATÉGIAS
Geoambiental	1. Uso sustentável, conservação e proteção dos recursos naturais; 2. Ordenamento territorial; 3. Manejo adequado dos resíduos, efluentes, das substâncias tóxicas e radioativas; 4. Manejo sustentável da biotecnologia.
Social	5. Medidas de redução das desigualdades e de combate à pobreza; 6. Proteção e promoção das condições de saúde humana e seguridade social; 7. Promoção da educação e cultura, para a sustentabilidade; 8. Proteção e promoção dos grupos estratégicos da sociedade;
Econômica	9. Transformação produtiva e mudança dos padrões de consumo; 10. Inserção econômica competitiva; 11. Geração de emprego e renda, reforma agrária e urbana; 12. Dinâmica demográfica e sustentabilidade.
Político-Institucional	13. Integração entre desenvolvimento e meio ambiente na tomada de decisões; 14. Descentralização para o desenvolvimento sustentável; 15. Democratização das decisões e fortalecimento do papel dos parceiros do desenvolvimento sustentável; 16. Cooperação, coordenação e fortalecimento da ação institucional; 17. Instrumentos de regulação.
da Informação e do Conhecimento	18. Desenvolvimento tecnológico e cooperação, difusão e transferência de tecnologia; 19. Geração, absorção, adaptação e inovação do conhecimento; 20. Informação para a tomada de decisão; 21. Promoção da capacitação e conscientização para a sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em MMA (2004).

Nesse sentido, há uma fartura de definições para a sustentabilidade, que se complementam e intercambiam ao conceito do *Triple Bottom Line*, fazendo destes, construções relacionadas (ALHADDI, 2015).

O documento “*Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*”, assume que “a sustentabilidade diz respeito ao que nós deixamos para as futuras gerações e se lhes deixamos suficientes recursos de todos os tipos para que possam desfrutar de oportunidades ao menos equivalentes às que tivemos” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, (2009, p. 250). Já, para Sartori, Latrônico e Campos (2014, p. 11) “a sustentabilidade envolve uma interação com sistemas dinâmicos que estão em constante mudança e necessitam de medidas proativas”, uma vez que “o campo da sustentabilidade é emergente, caracterizado por uma grande variedade de assuntos, de diversas áreas e com diferentes enquadramentos”.

Na filosofia, a sustentabilidade (ou sua ausência) é percebida na crítica de Bauman (2008, p. 35), por exemplo, que recai sobre o consumo e a maneira – muitas vezes irracional – com que os seres humanos interferem no meio ambiente, algo que, respectivamente, transforma ironicamente os consumidores em mercadorias ao aumentar a obsolescência dos produtos vendidos. Para o autor, “[...] a economia líquido-moderna, centrada no consumidor, se baseia no excesso de ofertas, no envelhecimento cada vez mais acelerado do que se oferece e na rápida dissipação de seu poder de sedução - o que, diga-se de passagem, a transforma numa economia da dissipação e do desperdício”. A isso, soma-se o impacto prejudicial ao meio ambiente, pois a prática incremental, conseqüentemente, a produção de lixo, que em grande parte recebe um descarte inapropriado, contaminando solos, recursos hídricos e seres vivos.

Ainda, a preocupação com o planeta e com as relações sociais e econômicas criadas entre seus habitantes também é pauta para discussões teológicas: das religiões dos povos nativos brasileiros, passando pelas religiões de matriz africana e diversos credos mundo afora, até o pensamento do eco-teólogo católico Leonardo Boff, um dos autores da Carta da Terra, o meio ambiente e a manutenção da vida humana são assuntos recorrentes e, em alguns casos, centrais. Também, o assunto foi observado pelo Papa Francisco, autor da Carta Encíclica *Laudato si'*, em que manifestou profundo conhecimento deste tema e, ao mesmo tempo, consternação, ao mencionar os desafios a serem enfrentados pela humanidade para que obtenha êxito na promoção da ecologia integral, que pressupõe a justiça social com respeito os limites biofísicos dos ecossistemas, algo que, historicamente, pouco aconteceu (FRANCISCO, 2015).

Veiga, no entanto, (2010, p. 164) aponta que “seu sentido é decidido no debate teórico e na luta política. Sendo assim, sua força está em delimitar um campo bastante amplo em que se dá

a luta política sobre o sentido que deveria ter o meio ambiente no mundo contemporâneo”. Factualmente, o filósofo grego Heráclito de Éfeso advertiu, no ano 500 a. C., que “o conflito é o pai e o rei de todas as coisas”. Respeitando a escola filosófica do pensador e o sentido original de sua célebre frase, observa-se que o mesmo se aplica à sustentabilidade, visto que a busca por sua definição acontece em um território de rivalidades.

Com efeito, Almeida e Premebida (2014, p. 25) afirmam que, assim como acontece na concorrência sobre a patente da sustentabilidade, “o ambiente como noção eivada de ideologias é fonte importante de equívocos e contradições, prestando-se, inclusive, ao jogo político, da esquerda à direita, de um simples economicismo à ecologia radical”. Sob essa perspectiva, memora-se a teoria dos campos, proposta por Bourdieu (1989, p. 69) que explica:

Compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas

Nos campos ou espaços, tratados pelo autor, os agentes que usufruem da autoridade são aqueles que detêm o maior volume de capital. Isso acontece em uma série de esferas, como a cultural, a econômica, a educacional, a jornalística, ou ainda, a científica. Dessa forma, em uma possível disputa a respeito do que seria a sustentabilidade, as camadas dominantes da sociedade poderiam conferir-lhe significados de acordo com seu bel-prazer, ou de maneira a instrumentalizá-la para destituí-la de sua função primordial – a sustentação de todas as formas de vida no planeta – e torná-la um mero apelo publicitário.

É exatamente essa a preocupação de Neiman, Barros-Freire e Leitão (2020, p. 13), que destacam:

um dos maiores problemas da não compreensão precisa de seu significado [da sustentabilidade] é que, quase sistematicamente o termo “sustentabilidade” está associado a um modelo que defende a possibilidade de compatibilização entre o crescimento da economia, com seu consequente consumo ilimitado, e a conservação dos recursos naturais.

Na obra “1984”, de George Orwell, o idioma fictício “novilíngua” criado pelo governo autoritário apostou na remoção do sentido de algumas palavras, de maneira a cercear a capacidade de raciocínio e expressão das pessoas (ORWELL, 2009 [1949]). Tendo em vista o cenário de concentração de renda observado em todo o planeta, negacionismo científico em meio à emergência climática, já sensível em muitos lugares, e a utilização despropositada de um termo

rico em significados por grupos interessados em cooptá-lo para servir a interesses estranhos, um observador pessimista poderia especular que a sustentabilidade passa por um processo de resignificação, como na sociedade vigiada pelo Grande Irmão, da literatura orwelliana.

Bonelli e Lazzareschi (2015, p. 223) contribuem com esse debate ao argumentarem que a força e a legitimidade dessa ideia em construção dependerão

da racionalidade dos argumentos e opções apresentadas pelos atores sociais que competem nas áreas política e ideológica. Cada teoria, doutrina ou paradigma sobre sustentabilidade terá diferentes implicações para a implementação e o planejamento da ação social. Portanto, [...] sua efetividade dependerá, em alto grau, da preferência dada às proposições concorrentes, avançadas, e defendidas por diferentes atores sociais.

Ramcilovic-Suominen e Pülzl (2018), focalizando as políticas de bioeconomia na União Europeia, retomam a diferenciação entre a “sustentabilidade forte”, caracterizada por não reconhecer nenhuma perspectiva de substituição entre recursos naturais e capital, e a “sustentabilidade fraca”, que admite múltiplas possibilidades de substituição entre bens naturais e bens de produção. Gudynas (2019, p. 258), por sua vez, acrescenta a “sustentabilidade superforte” a esse rol, cuja definição encontra-se em consonância com o supracitado enfoque político necessário à sustentabilidade, uma vez que essa vertente

[...] defende uma valoração plural da Natureza e, portanto, o capital natural representa somente um tipo de valoração. As valorações, na realidade são múltiplas. Seguindo essa precisão, utiliza-se o conceito de patrimônio natural, por ser compatível com uma valoração em múltiplas dimensões. Mas, além disso, defende uma perspectiva biocêntrica que reconhece os valores intrínsecos da Natureza (enquanto as outras duas posturas coexistem com a perspectiva antropocêntrica). Dessa maneira, as soluções técnicas são importantes, mas insuficientes para lidar com essas valorações múltiplas; portanto, é imprescindível contar com cenários políticos. Enquanto a sustentabilidade fraca poderia ser resolvida tecnocraticamente, a sustentabilidade superforte é sempre uma discussão política. Por fim, essa corrente é consistente com a busca de alternativas ao desenvolvimento.

Há, ainda, a noção difundida entre alguns autores de que a Humanidade está vivendo a era da “pós-sustentabilidade”, ou seja, nem tudo considerado como uma prática sustentável pode contribuir para mitigar as condições poluentes já inferidas pelas práticas antrópicas industriais e sociais. Queiroz (2009, p. 70), por exemplo, tece uma série de questionamentos com base no Tripé: “Socialmente justo, para quem? Ambientalmente correto, em que cenário? Economicamente viável, em que contexto?”.

Sem embargo, apesar de a notória profusão de visões sobre um mesmo tema aparentemente ser contraproducente, por supostamente dificultar sua compreensão por grande

parte do público, é possível encontrar aspectos positivos no fato de que há vários atores discutindo e se posicionando acerca da sustentabilidade:

Esse tipo de disputa pode oferecer caminhos mais interessantes do que ter uma visão única. Temos que ficar atentos e abandonar visões messiânicas de sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável, por exemplo, é uma das visões possíveis de sustentabilidade (HIDS, 2019, s. p.).

Assim, para que a sustentabilidade não se torne trivial, é necessário compreendê-la como conceito e destacar sua aplicabilidade em diversos cenários. E, para tanto, é necessário explorar com mais profundidade o desenvolvimento sustentável.

2.2 Desenvolvimento Sustentável

Apesar de não serem sinônimos, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são tratados como termos equivalentes (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Ainda assim, “essas visões se encontram em frequente desacordo, dependendo do grupo social que os defende, trazendo à tona questões cruciais como o que exatamente está sendo sustentado, em que escala, por quem, para quem e com que mecanismos” (MACHADO; MATOS, 2020, p. 22).

De acordo com Dovers e Handmer (1992), sustentabilidade é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável é uma via de mudança intencional e melhoria que mantém ou aumenta esse atributo do sistema, ao responder às necessidades da população presente. Os autores, então, defendem que o desenvolvimento sustentável é o caminho para se alcançar a sustentabilidade, caracterizando-a como objetivo, e não meio.

Em contrapartida, Elkington (2012) argumenta que o desenvolvimento sustentável só será alcançado mediante o equilíbrio entre os três pilares do *Triple Bottom Line*: ambiental, econômico e social. Para ele, o desenvolvimento sustentável é o objetivo a ser alcançado e a sustentabilidade – traduzida em ações sustentáveis – é o meio, ou processo, para atingi-lo.

De maneira conciliatória, Machado e Matos (2020, p. 13) elucidam que,

longe de ser um ponto negativo, essa ambiguidade ou multiplicidade de visões vem a atestar características de dinamismo, heterogeneidade e contingencialidade para o fenômeno do desenvolvimento sustentável. De forma semelhante, o fenômeno da sustentabilidade também reflete uma multidimensionalidade própria, sendo considerada ora atributo necessário para os padrões de desenvolvimento sustentável, ora uma

característica dos seus processos e práticas, ou mesmo uma propriedade de ecossistemas e sociedades humanas, desenvolvida dentro do contexto das organizações.

Considerando essa emergente variedade teórica na literatura, para situar-se historicamente acerca das discussões formais sobre o desenvolvimento sustentável, toma-se como ponto de partida simbólico eventos como a publicação da obra “*Silent Spring*” (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson (1968), que, ao expor os perigos do inseticida DDT, foi o estopim para o início do ambientalismo (MCNEILL, 2000), e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo, no ano de 1972, sob o impacto provocado pela obra supramencionada e pelo relatório encomendado pelo *think tank* Clube de Roma, “*The Limits to Growth*”⁶ (Os Limites do Crescimento), que escandalizou economistas ortodoxos (GEORGESCU-ROEGEN, 2012), mas ganhou repercussão mundial graças às advertências nele contidas, que apontaram que os padrões de crescimento adotados pelos países ricos, se estendidos a todos os povos, pela primeira vez na história poderiam comprometer a sobrevivência das futuras gerações (MEADOWS et al., 1972).

Ophuls (1977) pontua que a realidade e a gravidade da crise ambiental não puderam mais ser negadas após a Crise do Petróleo, que aconteceu entre 1973 e 1974, evidenciando a escassez de alternativas aos combustíveis fósseis, algo que colapsaria o modo de vida ocidental. Por isso, o movimento ambientalista lançou luz ao desafio de transformar instituições e valores de uma maneira profunda. Illich (1976) critica o modelo produtivo pautado pelo capitalismo com enfoque na Educação Ambiental emancipadora, contestadora e capaz de fomentar a autonomia, em detrimento da heteronomia. Sua obra aponta, além de uma necessidade de compreensão da existência de escalas e de limites naturais da Terra, a “convivencialidade” como capacidade de abdicar de determinados luxos e prazeres, de maneira a redirecionar as relações humanas entre os membros da própria espécie, com os outros animais e, por conseguinte, com o planeta e seus recursos naturais.

Além disso, autores como Dupuy (1980) e Gorz (2010) direcionam o olhar ao movimento ecológico radical e à ecologia política, que encontraram na França, em outros países europeus e nos Estados Unidos da América, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, terreno fértil

⁶ Georgescu-Roegen (2013, p. 108) explica que o relatório “*The Limits to Growth*” escandalizou economistas ortodoxos, mas foi importante para evidenciar uma visão ecológica da economia. Ainda assim, o autor admite que as predições catastróficas da carta careceram de base científica sólida.

para a propagação da crítica ao sistema capitalista, ao fetichismo das forças produtivas, às ferramentas e ao modo de produção industrial e, também, ao Estado, através de seu aparato político heteronômico, ou seja, alienador e capaz de instrumentalizar a natureza e os laços sociais. Tendo em vista a ameaça à lógica econômica dominante e a contradição inerente ao seu modelo produtivo, essa corrente de pensamento chegou à conclusão de que os limites internos e externos impostos ao capitalismo, obrigatoriamente, direcionarão o sistema a uma mudança estrutural; caso contrário, ele inevitavelmente perecerá.

Concomitantemente, as discussões preliminares sobre a Economia Ecológica (EE) romperam com a economia ortodoxa e o modelo neoclássico dominante. Seu precursor, Georgescu-Roegen (2012), distanciou-se da economia ambiental no que tange ao tratamento da relação entre o sistema econômico e o meio ambiente. O autor teorizou que há uma interdependência entre a economia humana e os ecossistemas e recursos naturais, sendo a primeira um subsistema da ecologia (GEORGESCU-ROEGEN, 2012). Dessa forma, a EE não surgiu para constituir meramente um ramo da Teoria Econômica convencional, mas sim, para permitir uma revisão a fundo da ciência econômica (MARTÍNEZ-ALIER, 1994), estabelecendo uma ligação entre os ecossistemas e os sistemas econômicos (MUNDA, 1997).

Com base na 2ª Lei da Termodinâmica⁷, depreendeu-se que a atividade produtiva é responsável por absorver matéria-prima num estado de baixa entropia⁸ e, após o transumo, dispersar resíduos em estado de alta entropia, como energia dissipada, resíduos e poluição, de maneira irreversível no meio ambiente, “resultando em uma diferença qualitativa entre o que é absorvido no processo econômico e o que sai dele” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 57). Nesse modelo, “o processo econômico é meramente responsável por transformar recursos naturais de valor em resíduos” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 62).

Além disso, importantes entidades ligadas a essa temática foram criadas nessa época, como a *Friends of the Earth International* (1971), o *Greenpeace*, no Canadá (1971), a *Sea*

⁷ Essencialmente, essa Lei da Física, estabelecida a partir dos estudos do francês Nicolas Léonard Sadi Carnot (1796-1832), explica que o calor é transferido de forma espontânea do corpo de maior temperatura para o de menor temperatura, e nunca o contrário.

⁸ A entropia, que tem origem em uma palavra grega que significa transformação, ou evolução, é definida por Georgescu-Roegen (2012, p. 83) como uma “lei física capaz de reconhecer que o próprio universo material está sujeito a uma mudança qualitativa irreversível”. O autor pontua que “a Lei da Entropia é, em sua natureza, a mais econômica de todas as leis físicas”.

Shepherd Conservation Society, nos EUA (1977), entre muitas outras (PEREIRA, 2018). Logo, tornou-se evidente que o impacto causado pela atividade capitalista sobre o planeta estava sendo decisivo – ou, em outras palavras – devastador. Dessa forma, “a partir das duas últimas décadas do século XX, a questão ambiental assumiu a condição de problema mundial, não apenas mobilizando Organizações da Sociedade Civil e setores da mídia, mas governos de todas as regiões do planeta” (FERREIRA, 2010, p. 10).

O apelo voltou-se, então, para o crescimento zero, fazendo com que o documento fosse rechaçado por países periféricos que gozavam de plena ascensão do PIB, como o Brasil, que vivia o “milagre” (ROMEIRO, 2012). Por conseguinte, a Conferência de Estocolmo transformou-se, ainda que involuntariamente, em um “fórum de debates entre diferentes posições dos países do Norte e do Sul” (DIAS, 2019, p. 21). E, posteriormente, o decrescimento⁹ ressoou na obra de variados autores de proeminência global, em suma, ligados à Economia Ecológica (LATOUCHE, 2009; GEORGESCU-ROEGEN, 2013), à Ecologia Política (GORZ, 2010) e, mais recentemente, à possibilidade de uma prosperidade sem crescimento econômico, partilhada socialmente e ajustada às fronteiras planetárias (JACKSON, 2009).

Em adição, Hanaček et al. (2020) apontam que, além de elementos como o decrescimento e a “re-politização” da questão ambiental, a Economia Ecológica também passou a carregar consigo pautas como a igualdade de gênero e a justiça social global. Por conseguinte, o momento foi marcado por uma profunda transformação na própria concepção de desenvolvimento, anteriormente tido como sinônimo ao crescimento econômico, concentrador de renda, amplificador de desigualdades socioeconômicas e prejudicial ao planeta por ultrapassar seus limites físicos¹⁰.

⁹ Georgescu-Roegen (1971), argumenta que, uma vez que o decrescimento é inevitável, torna-se preferível que ele aconteça voluntariamente, sem a necessidade de que a humanidade teste até que ponto os ecossistemas serão capazes de aguentar as pressões antrópicas. Sua teoria, portanto, é um apelo à precaução, em contraposição ao aumento da produtividade e, conseqüentemente, ao crescimento econômico indiscriminado. Latouche (2009) propõe um “círculo virtuoso do decrescimento sereno”, composto por oito “erres”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar/reciclar. Para os países do Sul Global, como o Brasil, o autor acrescenta outros “erres”, simultaneamente alternativos e complementares: Romper, Resgatar, Reatar, Reintroduzir, Recuperar.

¹⁰ Daly (2004) afirma que o crescimento sustentável é impossível, pois a própria ideia de crescimento não pode ser considerada sustentável. Em detrimento a isso, propõe o desenvolvimento como uma transformação cultural e prática, distanciando-se do crescimento, antigo paradigma econômico. O autor utiliza a alegoria de uma biblioteca que substitui volumes antigos por outros, novos e atualizados, sem que isso altere a quantidade de livros nas prateleiras, mas apenas incremente a qualidade das leituras disponíveis, explicando, assim, o que seria o “desenvolvimento sem crescimento”. Todavia, no ideário tradicional, o desenvolvimento econômico muitas vezes é

Nesse contexto, à medida que relatórios e encontros internacionais passaram a discutir os limites dos ecossistemas e as relações sociais intrínsecas à exploração dos recursos naturais e à distribuição de riquezas entre os povos e, também, entre as diferentes classes sociais, vigorou como solução o ecodesenvolvimento (ROMEIRO, 2012, p. 70). Montibeller Filho (1993) e Brüseke (1994) apontam que foi o canadense Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo, que usou em 1973, pela primeira vez, o conceito de ecodesenvolvimento, destinado a caracterizar uma concepção alternativa para a política do desenvolvimento, cabendo a Sachs (1981, p. 14) a tarefa de formular os princípios básicos dessa nova visão, voltada a “assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver”.

No Brasil, uma das contribuições mais notáveis do referido período foi dada pelo economista paraibano Celso Furtado. Ainda que desenvolvimentista, ou seja, voltado à produção e ao consumo como motores do bem-estar humano, ele lançou olhar de preocupação ao “impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados” (FURTADO, 1974, p. 14). A obra desse autor é pioneira em diversos aspectos, como observado por Cavalcanti (2001, 2003), que destacou a capacidade do autor em levantar questões “não comuns” para sua época.

Na década seguinte, o termo “ecodesenvolvimento” foi oficialmente substituído por “desenvolvimento sustentável”. Com isso, este deixou de ser exclusividade tecnicista daqueles que o discutiam e passou a ser popularizado (ROMEIRO, 2012), visto que “a conscientização dos conflitos reais e potenciais entre crescimento econômico e meio ambiente levou ao conceito de ‘desenvolvimento sustentável’” (MUNDA, 1997, p. 214).

Veiga (2010, p. 190) relembra que “a expressão foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, realizado em Estocolmo”, mas o desenvolvimento sustentável ganhou força sobremaneira com a publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum”, ou “Relatório Brundtland”¹¹, em 1987, que expandiu o conceito para outras dimensões, além da

confundido com o crescimento. De fato, Georgescu-Roegen (2013, p. 73) alega que “ao consultar os periódicos econômicos do mundo anglófono anteriores a 1950, [...] não se encontram muitas referências ao ‘desenvolvimento econômico’ e que o crescimento tendente ao infinito sempre foi uma meta dos economistas neoclássicos.

¹¹ O “apelido” do Relatório “Nosso Futuro Comum” foi escolhido em referência ao sobrenome da ex-ministra norueguesa do Meio Ambiente e presidenta da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland.

ambiental, em uma época marcada pelo neoliberalismo (NASCIMENTO, 2012), que “dominou a cena até o final dos anos 1990” (SACHS, 2008, p. 29).

De acordo com Mitcham (1995), a ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland e presidenta da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 para avaliar os avanços da Conferência de Estocolmo, estava diante de um dilema: os ambientalistas defendiam que o crescimento deveria parar, a fim de atenuar a emissão de poluentes, proteger as reservas naturais e respeitar os direitos das futuras gerações. No entanto, para os representantes do “Terceiro Mundo”, o desenvolvimento necessariamente dependia do crescimento econômico para reduzir a pobreza e tornar possível que esses países pudessem ter seus próprios papéis nos negócios internacionais. A solução encontrada para unir as duas demandas foi o desenvolvimento sustentável (MITCHAM, 1995, p. 8).

Sendo assim, no referido documento, o desenvolvimento sustentável foi conceituado como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 43).

Inicialmente, Barbier (1987, p. 103) afirmou que o desenvolvimento sustentável implicaria na maximização simultânea de objetivos: do sistema biológico, como a diversidade genética, resiliência e produtividade biológica; do sistema econômico, caracterizados pela satisfação das necessidades básicas, aprimoramento da equidade e o incremento no uso de bens e serviços; e, do sistema social, intrínsecos à diversidade cultural, sustentabilidade institucional, justiça social e participação. Essa definição levou Munda (1997, p. 215) a qualificar o desenvolvimento sustentável como um “conceito multidimensional”. De fato, o conceito extrapolou as crises ambientais, “adentrando no contexto das mais recentes crises sociais e econômicas, como a pobreza, problemas de saúde pública e o alargamento das distâncias entre economias industrializadas e economias emergentes” (MACHADO; MATOS, 2020, p. 22).

Goodland (1995) aponta que o conceito presente no Relatório “Nosso Futuro Comum” é ambíguo, mas esse foi um fator-chave para permitir o sucesso imediato da definição proposta pela Comissão Brundtland. Da mesma forma, Mebratu (1998) aponta que a volátil definição atribuída ao desenvolvimento sustentável, apesar de ter impelido diversos setores da sociedade a adotarem uma gama de interpretações para ele – permitindo uma conveniência política altamente instrumental, influenciada pelos princípios fundamentais (ou interesses) dos respectivos grupos

ou organizações –, foi igualmente crucial para uma série de discussões posteriores. Em concordância, Veiga (2015, p. 197) adverte que essa definição “se não dirimiu, pelo menos minimizou a confusão que reinava até ali”, pois “forneceu uma baliza internacional, sem dúvida, mais precisa que as tentativas precursoras”.

Nessa repercussão, introduziu-se o conceito de justiça intergeracional ao debate político, econômico e jurídico. O artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil¹², por exemplo, rege que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Nitidamente, a norma baseia-se na definição de desenvolvimento sustentável exposta no “Relatório Brundtland”.

Rebatendo as críticas ao desenvolvimento sustentável, Sachs (2008, p. 26) pontua:

Os autodenominados pós-modernos propõem renunciar ao conceito, alegando que o desenvolvimento tem funcionado como uma armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas, dentro de cada país e entre os países. Propõem avançar para um estágio de pós-desenvolvimento, sem explicar claramente o seu conteúdo operacional concreto. Estão certos, por suposto, quando questionam a possibilidade de crescimento indefinido do produto material, dado o caráter finito do nosso planeta. Porém, esta verdade óbvia não diz muito sobre o que deveríamos fazer nas próximas décadas para superar os dois principais problemas herdados do século XX, apesar do seu progresso científico e técnico sem precedentes: o desemprego em massa e as desigualdades crescentes. Quanto aos fundamentalistas de mercado, eles implicitamente consideram o desenvolvimento como um conceito redundante [...] que virá como resultado natural do crescimento econômico.

Complementarmente, e, em tom de preocupação com a utilização indiscriminada da expressão, Veiga (2015, p. 192) declara que “a tendência tem sido a de aceitar o complemento ‘sustentável’ [ao termo desenvolvimento] com a mesma facilidade que se absorve uma nova gíria ou uma marca de sabonete”.

Para Cavalcanti (2010), o desenvolvimento, por si só e sem nenhum complemento adjetivo, automaticamente será sustentável, pois, se não o for, logo não será desenvolvimento,

¹² Em 2008, a Constituição da República do Equador tornou-se a primeira do mundo a reconhecer, em seu artigo 71, que “a natureza ou *Pacha Mama*, onde se reproduz e se realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente a sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020, s. p.), servindo como mais um exemplo de internalização das discussões a respeito do desenvolvimento sustentável na legislação dos países.

mas sim, crescimento. Essa posição é corroborada por Daly (2004, p. 198), que expõe a impossibilidade de um “crescimento sustentável” ao afirmar que

Crescer significa “aumentar naturalmente em tamanho pela adição de material através de assimilação ou acréscimo”. Desenvolver-se significa “expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior ou melhor”. Quando algo cresce fica maior. Quando algo se desenvolve torna-se diferente. O ecossistema terrestre desenvolve-se (evolui) mas não cresce. Seu subsistema, a economia, deve finalmente parar de crescer mas pode continuar a se desenvolver.

De maneira complementar, Jacobi (2003, p. 194-195) escreve que “a noção de desenvolvimento sustentável reporta-se à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para a ação”.

Abre-se, aqui, espaço para uma contraposição que não necessariamente existe para substituir a definição do “Relatório Brundtland”, mas sim, para complementar-se a ela. Abramovay (2012, p. 56) pondera, com base nos escritos de Amartya Sen:

É verdade que as pessoas têm necessidades, mas elas também têm valores e prezam particularmente sua habilidade a raciocinar, apreciar, escolher participar e agir. Ver as pessoas apenas em termos de suas necessidades nos oferece uma visão estreita da humanidade.

O economista indiano Amartya Sen, da “escola de oportunidades” (*capability approach*), “caracteriza a luta contra a pobreza com base em noções que envolvem uma dimensão ética e valorativa central” (ABRAMOVAY, 2012, p. 45). Dessa forma, ele não resume a redução das desigualdades unicamente à questão do aumento da renda: para ele, trata-se da ampliação das liberdades substantivas. Nascimento (2012, p. 54) ainda argumenta que a definição de desenvolvimento sustentável presente no “Relatório Brundtland”

deixa em aberto quais seriam as necessidades humanas atuais, e mais ainda as das gerações futuras. Introduz-se a noção da intergeracionalidade no conceito de sustentabilidade, associando-a à noção de justiça social (redução das desigualdades sociais e direito de acesso aos bens necessários a uma vida digna) e aos valores éticos (compromisso com as gerações futuras).

Sachs (2008, p. 37) afirma, com base em Sen (2000), que “o desenvolvimento pode ser redefinido em termos da universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos”. Em outras palavras, caracteriza-se como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas, quais são: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora.

Amartya Sen também foi responsável pela criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao lado do economista paquistanês Mahbub ul Haq. Para eles, é impossível reduzir o desenvolvimento aos conhecidos indicadores de riqueza, como o Produto Interno Bruto, por exemplo. Nesse sentido, passaram a ser consideradas, no IDH, três dimensões: uma vida longa e saudável (ou seja, a expectativa de vida ao nascer); o acesso ao conhecimento (quantificado a partir dos anos médios de estudo e dos anos esperados de escolaridade); e, finalmente, um padrão de vida decente (traduzido pelo PIB per capita).

Como qualquer outro indicador, o IDH não é completo e, por isso, recebe críticas pertinentes: Sagar e Najam (1998) afirmam que, apesar de inovador, o índice não foi devidamente reexaminado e refinado pelo PNUD com o passar do tempo, prejudicando a capacidade do cálculo de aferir a realidade com precisão. Mesmo assim, desponta como um dos principais meios para verificar o desenvolvimento no mundo, além de popular componente do desenvolvimento sustentável, quando complementado “por meio da análise dos dados e de outros indicadores que lhe são subjacentes (VEIGA, 2010, p. 87).¹³

Veiga (2010, p. 195) ressalta, então, que “é no momento em que se começa a vislumbrar a superação do tão falado ‘reino da necessidade’ que se pode também enxergar, com muita nitidez, que o planeta Terra está ameaçado e que é preciso ‘salvá-lo’”. Para o autor, essa é a base do desenvolvimento sustentável, uma utopia que, em oposição ao modelo dominante de produção e consumo, exige uma profunda transformação da sociedade para que possa ser alcançada.

Tornando à contextualização histórica em nível mundial, foi nos anos 1990 que “os problemas em torno do ambiente passaram a constituir uma verdadeira ‘questão ambiental’, na medida em que ganham maior dimensão, complexificam-se e adquirem uma institucionalidade global” (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 24): em 1992, uma grande conferência reuniu líderes de todo o mundo para debater o tema no Rio de Janeiro: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida por Rio 92, Eco-92, Cúpula da Terra, Cimeira do Verão e Conferência do Rio de Janeiro.

¹³ Somam-se, ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), outros indicadores criados para comparar o bem-estar entre os países, como o Relatório Mundial da Felicidade o *Sustainable Development Goals Index* (SDG Index), criados na década de 2010 e destinados a mensurar aspectos qualitativos e subjetivos, não contidos no simples cálculo do PIB.

No encontro, além das importantes discussões, da produção de três Convenções (sobre a Diversidade Biológica, de Combate à Desertificação e sobre a Mudança do Clima) e da promulgação da Agenda 21, foi germinada a semente da Carta da Terra, que viria a ser publicada em 2000, após uma consulta mundial que contemplou centenas de povos e que teve como objetivo transcender a Declaração Universal dos Direitos Humanos, incluindo todos os seres vivos do planeta, criando uma “responsabilidade [de todos os povos] uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações” (CARTA DA TERRA, 1992, p. 1). O documento nutriu-se de vários saberes, “incluindo a ciência contemporânea, as leis internacionais, a filosofia e a religião” (GUDYNAS, 2019, p. 37) e alicerçou-se em quatro princípios: Respeitar e cuidar da comunidade de vida; Integridade ecológica; Justiça social e econômica; e Democracia, não violência e paz (CARTA DA TERRA, 1992).

A repercussão da Eco-92 foi tão grande que o evento foi replicado duas vezes: em Johannesburgo, África do Sul, em 2002; e de volta ao Rio de Janeiro, em 2012. Nessas reuniões, discutiram-se ações de implementação da Agenda 21 e, também, foram avaliados os primeiros resultados.

No Brasil, o assunto tomou a proporção de lei por intermédio do Decreto Presidencial de 3 de fevereiro de 2004, que criou a Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, do Conselho de Governo, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira (BRASIL, 2004). De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, essa agenda “pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (MMA, 2004, s. p.).

Entretanto, no que tange o desenvolvimento sustentável, o cenário brasileiro é preocupante: apesar de melhorias significativas nos últimos anos (PNUD, 2015), o país ainda se encontra em uma posição desconfortável no ranking geral do Índice de Desenvolvimento Humano, atrás de muitos países latino-americanos.

Quadro 3 – Países latino-americanos no Índice de Desenvolvimento Humano (2019)

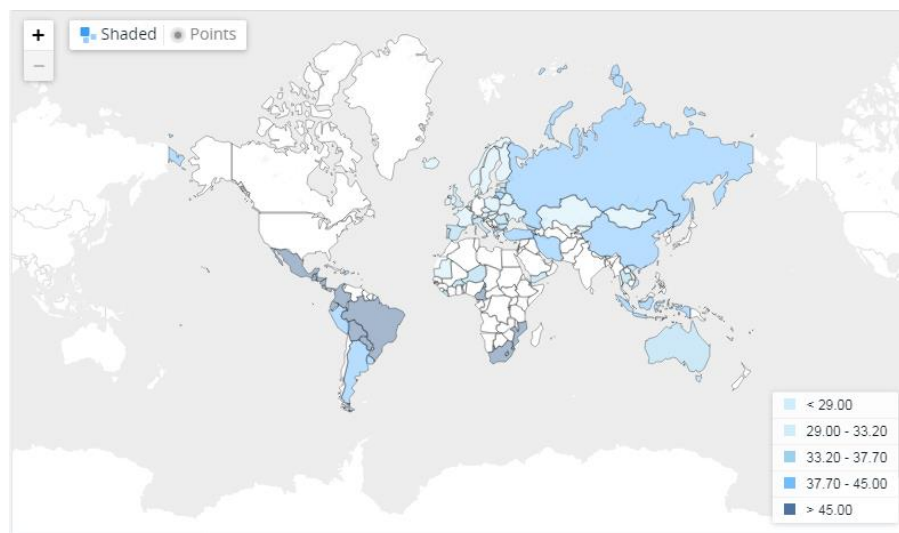
Posição global	País	Índice de Desenvolvimento Humano
42°	Chile	0,847
48°	Argentina	0,830
58°	Uruguai	0,808
67°	Panamá	0,795

68°	Costa Rica	0,794
72°	Cuba	0,778
76°	México	0,767
79°	Brasil	0,761

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em PNUD (2019).

Além disso, o mais recente estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando analisado sob a perspectiva social e econômica, demonstra que a mobilidade social está comprometida no país: são necessárias nove gerações para que uma família ascenda da classe social mais baixa para a mais alta. Segundo a mesma pesquisa, “a falta de mobilidade implica que muitos talentos são perdidos, o que prejudica o crescimento econômico potencial” (OCDE, 2018).

Figura 2 – Mapa indicando o Coeficiente de Gini mundial (2014)



Fonte: World Bank (2014).

De acordo com o relatório da Comissão Econômica das Nações Unidas para os 33 países latino-americanos e caribenhos (CEPAL), a região que compreende a América Latina e o Caribe é a mais desigual do mundo¹⁴, com um coeficiente de Gini estimado em 0,5 (CEPAL, 2018). Destaca-se que, para esse índice (utilizado para mensurar a desigualdade, variável imprescindível para mensurar o desenvolvimento sustentável), zero representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, em outras palavras, se uma pessoa detém toda a renda do lugar.

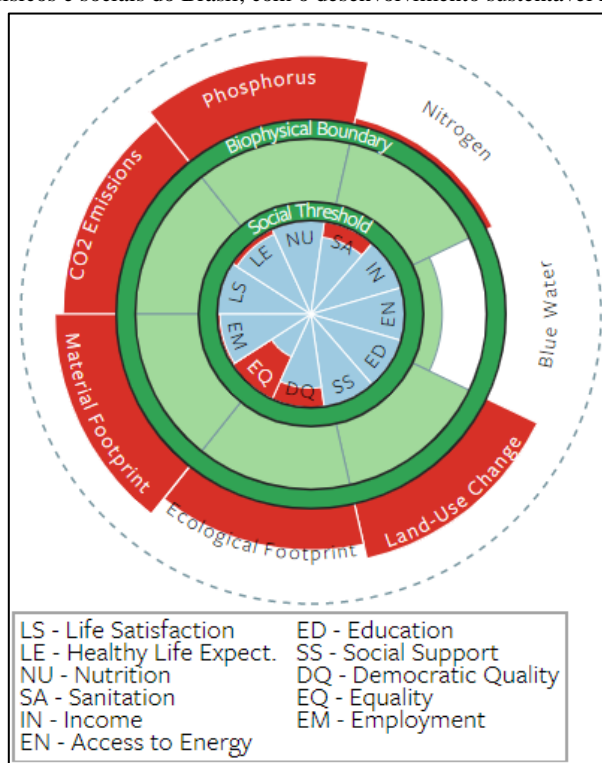
¹⁴ Além disso, Dowbor (2017, p. 29) afirma que em todo o planeta “a concentração de renda e de riqueza [...] atingiu níveis absolutamente obscenos”.

Segundo a mesma pesquisa, o Brasil tem pior taxa regional de conclusão dos anos finais do Ensino Fundamental entre a população de baixa renda, além de apresentar problemas quanto ao acesso à Internet, comprometendo a conectividade de milhões de pessoas. Desigualdades raciais, de gênero e étnicas são reveladas no documento, situação replicada em outros países do continente. Salienta-se que tanto a questão educacional e o acesso à informação, quanto as pautas ligadas aos direitos das minorias e às políticas afirmativas, também se referem ao desenvolvimento sustentável.

Ademais, do ponto de vista ambiental, o Brasil aparece entre os principais poluidores mundiais, apresentando números de poluição industrial em solos, na água e no ar preocupantes, sobremaneira na emissão de gases que contribuem para o efeito estufa e para o aquecimento global, como o gás carbônico (CO₂), ainda que a porcentagem da participação brasileira na poluição mundial seja muito inferior à de países como China e EUA (ONUBR, 2018).

Dessa forma, a fim de analisar os componentes ambientais e sociais para o caso brasileiro, a literatura destaca modelos para medição dos limites biofísicos do planeta (ROCKSTRÖM et al., 2009; NORDHAUS et al., 2012; STEFFEN et al., 2015; STEFFEN et al., 2018), no qual foram inseridas variáveis sociais (RAWORTH, 2019), a fim de delimitar o desenvolvimento sustentável, representado, na Figura 3, pela área verde em forma de rosquinha. Percebe-se que o país ultrapassou muitos limites ambientais, como emissão de gás carbônico, fósforo e nitrogênio, pegada ecológica e material, e transformação do solo, em grande parte devido ao desmatamento. Em contrapartida, carece em aspectos sociais, como equidade, qualidade da democracia, saneamento e saúde, e expectativa de vida.

Figura 3 - Limites biofísicos e sociais do Brasil, com o desenvolvimento sustentável na área circular verde



Fonte: University of Leeds (2020).

A conjuntura apresentada expõe uma ferida que não será cicatrizada sem a plena cooperação de todos os atores que possam trabalhar em conjunto para tal. Por se tratarem de questões que extrapolam os limites territoriais do Brasil, atingindo algumas nações de maneira ainda mais brutal, a emergência climática, as disparidades econômicas e os problemas sociais foram pautas de uma considerável quantidade de outros eventos mundiais propostos pela ONU, dispostos cronologicamente no Quadro 4, que lista as conferências e os relatórios compreendidos no período de 1968 a 2018.

Quadro 4 – Conferências e relatórios sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (1968-2018)

ANO	AÇÃO, CONFERÊNCIA, EVENTO OU RELATÓRIO	LOCAL
1968	Conferência da Biosfera da UNESCO	Paris, França
1972	Conferência de Estocolmo	Estocolmo, Suécia
1983	Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Bruntland) sob a presidência da médica e ex-primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Bruntland.	-
1987	Publicação do “Relatório Bruntland” (Nosso Futuro Comum) a partir do qual foi difundindo o conceito de Desenvolvimento Sustentável.	-
1987	Protocolo de Montreal sobre substâncias que empobrecem a camada de ozônio.	Montreal, Canadá
1988	O PNUMA e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) se uniram para criar o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC)	-
1990	Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre a Criança	Nova Iorque, EUA
1992	Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92)	Rio de Janeiro

1993	Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos	Viena, Áustria
1994	Conferência das Nações Unidas sobre Populações e Desenvolvimento	Cairo, Egito
1994	BPOA - Barbados Programme of Action	Barbados
1995	Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher	Pequim, China
1996	Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos	Istambul, Turquia
1996	Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre Alimentação	Roma, Itália
1997	Special Session of the General Assembly to Review and Appraise the Implementation of Agenda 21	Nova Iorque, EUA
1997	Protocolo do Quioto	Quioto, Japão
1999	BPoA+5 – Five-year review of the Barbados Programme of Action	-
2000	Cúpula do Milênio: Declaração e Objetivos do Milênio	Nova Iorque, EUA
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Rio +10, Johannesburg Summit	Johanesburgo, África do Sul
2005	MSI: Mauritius Strategy of Implementation	Port Louis, Maurício
2010	MSI+5: Five-year review of the Mauritius Strategy of Implementation	Nova Iorque, EUA
2012	Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável)	Rio de Janeiro
2014	Third International Conference on Small Island Developing States	Apia, Samoa
2015	21ª Conferência das Partes (COP21) e Acordo de Paris	Nova Iorque, EUA
2015	Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável	Nova Iorque, EUA

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Borges (2018), Dias (2019), ONUBR (2017) e Sustainable Development (2019).

Uma dessas importantes reuniões envolveu 191 países e resultou em um documento denominado Declaração do Milênio, criado em 2000. Nele, foram definidos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e 21 metas a eles associados. Foi estabelecido o prazo de que, até 2015, seriam atingidos (ALMEIDA, 2007; ONUBR, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio serão dispostos a seguir e estão pormenorizados no Anexo A, acompanhados de suas respectivas metas. Também, na Figura 2, há a versão oficial em Língua Portuguesa do quadro contendo os ícones dos ODM.

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar o ensino primário universal;
3. Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;

7. Garantir a sustentabilidade ambiental;

8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Figura 4 – Quadro de ícones oficiais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)



Fonte: ONUBR (2015).

Para o caso brasileiro, os ODM representaram avanços consideráveis, como apontado por Roma (2019, p. 33):

No Brasil, a governança dos ODM foi estabelecida por meio do Decreto Presidencial de 31 de outubro de 2003, o qual instituiu o “Grupo Técnico para Acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Dentre as atribuições do GT, estava a de adaptar os ODM, as metas e o conjunto de indicadores a elas associados à realidade brasileira. Dessa forma, em alguns casos, as metas e indicadores nacionais eram diferentes, mais ambiciosos do que aqueles adotados em nível global. Essa “nacionalização”, incentivada pela ONU a todos os países, fez também com que o número de metas e indicadores brasileiros fosse maior que os números globais.

E, em escala mundial, conforme atestado pelo *The Millennium Development Goals Report*, os resultados obtidos também foram bastante satisfatórios: comparando os anos de 1990 e 2015, houve uma redução da extrema pobreza mundial de 50% para 14%; da subnutrição, que caiu de aproximadamente 23% para 13%; e da taxa de mortalidade infantil, que passou de 90 mortes por 1000 nascimentos para 43 mortes por 1000 nascimentos (ONU, 2015).

Conquanto, desafios como a pobreza, as desigualdades (SAAD, 2018) e a mortalidade infantil (BRAULT et al., 2020) persistiram. Em vista disso, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20 em 2012, iniciou-se em 2013 uma série de negociações para debater uma

nova forma de promover o desenvolvimento sustentável envolvendo governos, empresas e a sociedade civil.

Tal processo culminou no estabelecimento dos 17 Objetivos e 169 Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em setembro de 2015, por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável que deve finalizar o trabalho dos ODM e não deixar ninguém para trás (ONUBR, 2017). Os ODS serão abordados a seguir.

2.3 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em agosto de 2015, foram concluídas as negociações que culminaram, em setembro, no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, e na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, como parte desse novo “plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015, s. p.).

O lançamento ocorreu durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que reuniu representantes dos 193 países membros da ONU em sua sede, em Nova Iorque, bem como variados outros atores sociais e personalidades globais empenhadas na causa do desenvolvimento sustentável.

Os ODS, núcleo da Agenda 2030, sucederam e atualizaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esse conjunto de ações e políticas universais e transformadoras de longo alcance recebeu a missão de orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional durante os quinze anos subsequentes ao dia 1º de janeiro de 2016, portanto, até 31 de dezembro de 2030 (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015).

Sendo assim, governos, Organizações da Sociedade Civil e empresas estabeleceram prioridades para combater condutas danosas ao planeta e passaram a destinar atenção e recursos aos modelos para a redução de impactos negativos no ecossistema, tendo as pessoas como centro de suas atividades.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram dispostos a seguir e estão pormenorizados no Anexo B, acompanhados de suas respectivas metas. Há, ainda, na Figura 3, os ícones dos ODS traduzidos para a Língua Portuguesa.

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Figura 5 – Quadro de ícones oficiais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Nações Unidas Brasil (2015).

A princípio, ressalta-se que os ODS não devem ser entendidos como peças separadas, ou como caixinhas, mas sim, como ferramentas complementares, integradas e sistematizadas, voltadas para a abordagem de problemas complexos, que demandam várias perspectivas. Cada objetivo funciona como algo amplo e estratégico, que indica o que se pretende alcançar. E, para que isso seja possível, há 169 metas a eles atrelados.

Outrossim, da mesma forma que a literatura estipula dimensões para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável (FROEHLICH, 2014), a Agenda 2030 pautou-se em cinco áreas de

importância crucial, nas quais orbitam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015), sendo esses eixos inspirados nos tradicionais pilares ambiental, social e econômico. As variadas facetas que orientam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas interrelações foram ressaltadas na Figura 4.

Figura 6 – Dimensões da sustentabilidade utilizadas pela Agenda 2030



Fonte: Nações Unidas Brasil (2015).

Como exemplo da indivisibilidade, transversalidade e interdependência dos Objetivos Globais, pode-se afirmar que o desmatamento de florestas (ODS 13 e 15) próximo a nascentes de rios compromete a quantidade e a qualidade da água (ODS 6 e 14), algo que afetará dramaticamente a alimentação (ODS 2) e a saúde (ODS 3) de milhões de pessoas, até mesmo a muitos quilômetros de distância, em grandes centros urbanos (ODS 11), que, com menos água, encontrarão problemas para a obtenção de energia elétrica (ODS 7), caso a maior parte dessa energia provenha de hidrelétricas, como acontece no Brasil, prejudicando, também, a produção industrial (ODS 9). Ou ainda, um Estado que promova educação de qualidade (ODS 4) favorecerá a inserção das pessoas no mercado de trabalho, em condições laborais cada vez mais dignas (ODS 8), contribuindo, assim, para a redução da pobreza e das desigualdades (ODS 1 e 10). E todos esses exemplos são calcados em parcerias, ou seja, articulados pelo ODS 17.

Pragmaticamente, os ODS podem ser o primeiro passo para cativar pessoas que ainda não falam o “idioma” da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Por serem simplificados, mas não triviais, permitem a reflexão, a formulação de intervenções que gerem resultados importantes e a adesão a compromissos orientados para o desenvolvimento sustentável.

Sobre isso, Huaccho-Huatuco e Ball (2019, p. 361) apontam para a necessidade de se “desenvolver uma linguagem comum que seja entendida por acadêmicos, profissionais e formuladores de políticas públicas que permita que a sinergia de ideias seja significativa e progrida mais rapidamente” no sentido do desenvolvimento sustentável. Como opção, os indicadores despontam como ferramentas imprescindíveis. Portanto, a ONU estipulou um conjunto de 231 indicadores e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) traduziu e contextualizou esse instrumento para o contexto nacional, criando os Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em adição, sabe-se que esse instrumento é imprescindível para difundir e fomentar boas práticas mundo afora, permitindo que todos os povos tenham em mãos uma ferramenta capaz de auxiliar Estados, empresas privadas, organizações não governamentais e a sociedade civil, oportunizando um *framework* de estratégias e, a partir disso, permitindo novas abordagens ou a manutenção de práticas que estão rumando no caminho certo.

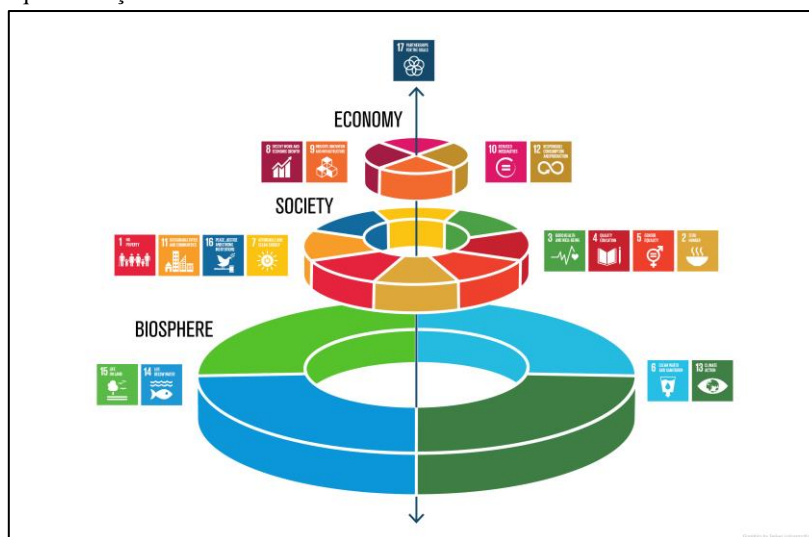
Além disso, os autores reconhecem que a implementação da Agenda 2030 varia de acordo com a importância de cada ODS para cada país e com os setores predominantes da economia em questão. Por exemplo, “infraestrutura e inovação têm prioridade nos países em desenvolvimento, enquanto consumo e produção responsáveis têm prioridade nos países desenvolvidos” (HUACCHO-HUATUCO; BALL, 2019, p. 361). Adverte-se, no entanto, que essa condição não permite a um país ou região ignorar os pontos da Agenda 2030 que não convenham imediatamente às suas necessidades e aspirações.

Analisando criticamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Veiga (2015) argumenta que suas exortações não contêm precisão, datas e estatísticas, sendo suas metas heterogêneas e de caráter dispersivo. Realmente, as metas contidas na Agenda 2030 são, na verdade, desejos, que precisam ser internalizados em um determinado contexto para que façam sentido e impacte positivamente a vida das pessoas e o planeta, especialmente porque os ODS

não são legalmente vinculantes, ou seja, é necessário que cada país se aproprie da agenda e estabeleça um arcabouço nacional para alcançar os 17 Objetivos.

Ainda, Nordhaus (2018) assevera que os ODS precisam ser revistos para que se adaptem ao supramencionado desafio de se conceber um “desenvolvimento sem crescimento”. A observação desse autor é concernente ao ideário que considera o meio ambiente como sustento de toda a sociedade, exposto pela Economia Ecológica, sendo as relações humanas e econômicas determinadas pelos limites biofísicos do planeta. Afinal, “na concepção de uma possível macroeconomia do ambiente, a capacidade de carga [da Terra] assume papel-chave”, visto que “ela que vai delimitar o âmbito do desenvolvimento sustentável” (CAVALCANTI, 2010, p. 57). A Figura 7 exemplifica essa afirmação, ao envolver os Objetivos Globais relacionados à economia e à sociedade pelos ODS concernentes à biosfera.

Figura 7 – Esquemática dos ODS sob a forma de círculos concêntricos







Fonte: Stockholm Resilience Centre (2016).

Finalmente, apesar de a responsabilidade pelo cumprimento dos Objetivos Globais recair sobre os Estados-membros, muitas das temáticas contidas neles envolvem desafios locais, necessitando de uma governança multinível, que envolva a administração pública em nível subnacional, empresas, Organizações da Sociedade Civil, Academia, fundações e institutos, movimentos sociais e indivíduos sem organização formal, como voluntários, por exemplo. Com isso, advém a necessidade de se aplicar essa agenda global não somente em políticas públicas encabeçadas pelos entes governamentais, como também em ações empresariais e da sociedade civil.

2.4 Sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas organizações

A Agenda 2030 reconhece que a atividade empresarial privada, o investimento e a inovação são os principais elementos impulsionadores da produtividade, do desenvolvimento econômico inclusivo e da criação de empregos. Destarte, as empresas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável não somente para seu financiamento, mas também por garantirem a capilaridade das ações, dada a forte predisposição do setor privado de estabelecer uma interlocução com colaboradores e com a comunidade. Sendo assim, nos Objetivos e Metas referenciados anteriormente, o termo “empresa”, bem como seus derivados, é mencionado diversas vezes, como disposto no Quadro 5, evidenciando o papel fundamental da iniciativa privada para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Quadro 5 – Referências ao âmbito empresarial nos Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável

ÍCONE	DESCRIÇÃO DO ODS	META
 <p>8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p>	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.	8.3 promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
 <p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p>	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	9.3 aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados.
 <p>12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p>	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	12.6 incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
 <p>17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</p>	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	17.17 incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Nações Unidas (2015).

Assim sendo, a Agenda 2030 enfatiza a participação empresarial na promoção da “mudança de consumo e produção não sustentáveis”, “mobilização de recursos financeiros, bem como o reforço das capacidades e a transferência de tecnologias ambientalmente adequadas para

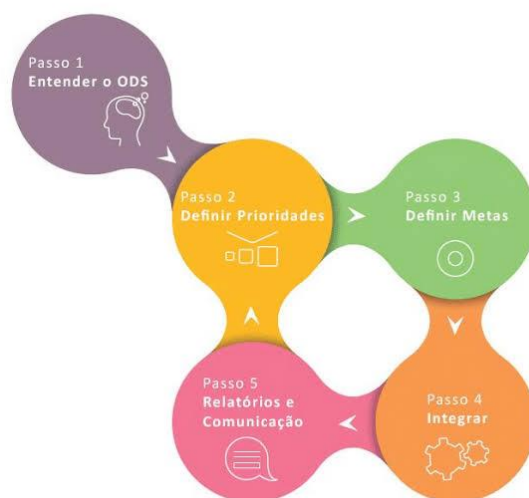
os países em desenvolvimento em condições favoráveis”, “desenvolvimento internacional” e impulso “da produtividade, do crescimento econômico inclusivo e da criação de emprego” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015).

Roma (2019, p. 39) endossa essa afirmação ao defender que o atingimento dos objetivos e metas da Agenda 2030 “requer um esforço coordenado não apenas ao nível das esferas governamentais, mas também da iniciativa privada, das ONGs e de toda a sociedade brasileira”, de maneira a permitir que o potencial dessa agenda global de induzir o desenvolvimento sustentável se concretize e provenham os benefícios almejados para a sociedade.

Em conformidade, Sachs (2015, p. 3), ressalta a imprescindibilidade de uma “boa governança”, da parte de Estados e grandes empresas, para garantir o cumprimento dos objetivos e metas no prazo estimado. Com relação às firmas, o autor pontua que essa estratégia perpassa a observação das leis e regulamentos, o respeito ao meio ambiente e o auxílio às comunidades aos seus entornos, especialmente no que se refere à erradicação da extrema pobreza.

Tratando-se de ferramentas que internalizam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável à gestão empresarial, o *SDG Compass* (2015) apresenta cinco passos para auxiliar as empresas a alinharem suas estratégias com os ODS e a maximizarem o atingimento de todos os objetivos da Agenda 2030, conforme esquematizado na Figura 5.

Figura 8 – Etapas propostas pelo SDG Compass para implementação dos ODS



Fonte: SDG Compass (2015).

Também, em face da “Década da Ação”, iniciada em 2020, foi lançado o *SDG Action Manager*, metodologia disponível em cinco idiomas que “capacita empresas de todos os tamanhos, no mundo inteiro, a adotar medidas significativas e acompanhar seu progresso nos objetivos globais” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020, s. p.).

Evidencia-se, portanto, que os instrumentos para execução de ações que versem sobre o desenvolvimento sustentável no contexto organizacional são variados, algo que enfatiza a participação das empresas no atingimento da agenda global em tempo hábil.

Contudo, a sustentabilidade nas organizações antecede a promulgação da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em um conciso panorama histórico, é possível destacar algumas das principais transformações dos estudos organizacionais que irromperam durante todo o Século XX, estendendo-se até a atualidade. As mudanças ocorridas ao longo das décadas, propostas no sentido de substituir a noção inicial de confiança irracional na produção eficiente e no maquinário industrial até a etapa de elevada conscientização e responsabilidade socioambiental, ultrapassaram os muros das empresas e transbordaram a atuação dos empreendimentos privados para as comunidades em seus entornos.

Algumas teorias ganharam destaque e podem ser descritas resumidamente. Taylor (1911) intercambiou a ciência ao âmbito organizacional, ao apresentar os Princípios de Administração Científica, que tinham como propósito a maximização da eficiência, da produtividade e do lucro. Posteriormente, a Teoria Clássica da Administração, proposta por Fayol (1931), também preconizava a eficiência e a produção nas organizações, mas introduziu quatorze princípios à administração: divisão do trabalho, autoridade, disciplina, unidade de direção, unidade de comando, subordinação dos interesses individuais ao bem comum, remuneração, centralidade, hierarquia, ordem, equidade, estabilidade, iniciativa e espírito de equipe.

A Escola das Relações Humanas centrou-se na interação das pessoas e na coordenação de suas atividades (MAYO, 1933). A Teoria da Firma, por sua vez, buscou diminuir os custos de transação, por meio de uma abordagem microeconômica, enfocando a economia organizacional (COASE, 1937; WILLIAMSON, 1996). A partir da década de 1970, a Teoria da Contingência – ou Abordagem Contingencial – determinou, ao contrário das teorias clássicas, que a estrutura organizacional e o estilo de administração de uma organização dependem de vários fatores contingenciais ligados à efetividade, à congruência e ao ambiente (TOSI; SLOCUM, 1984). De

acordo com essa corrente – surgida para explicar como reagiriam as empresas em diferentes condições, daquelas previstas anteriormente, conforme seu domínio de operação – há uma relação funcional entre o ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objetivos da organização (ANDRADE; AMBONI, 2017; MAXIMIANO, 2017).

Já, a Visão Baseada em Recursos passou a considerar as capacidades, os recursos tangíveis e intangíveis controlados pela empresa como vantagens competitivas (BARNEY, 1991; BARNEY; WRIGHT; KETCHEN JR., 2001). Por outro lado, o *sensemaking*, proposto por Weick (1995) possibilitou “analisar a realidade organizacional não como estática e pré-definida, mas como um processo que se constrói mediante a dinamicidade das interações sociais, de forma a buscar um sentido no fluxo de informações que advém do contexto organizacional” (CORREA et al., 2014, p. 2).

À primeira vista, temas como responsabilidade socioambiental, ou produção e consumo responsáveis, aparentemente orbitavam a busca pelo lucro e o crescimento econômico das firmas, que ocupavam o centro da atividade empresarial. Contudo, nessa evolução os valores ligados à sustentabilidade também encontraram a oportunidade de romper com paradigmas estabelecidos no cenário empresarial, por meio das pressões exercidas pelo ambiente e pela construção de significados, que rumam no sentido de tornar a produção verde e as empresas mais atentas às demandas sociais.

Como principal exemplo, cita-se a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), também conhecida como Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Nela, as organizações têm uma função social a cumprir com seus entornos, por estarem inseridas em uma determinada realidade, a fim de “diminuir os impactos negativos no meio ambiente e comunidades, preservando recursos ambientais e culturais, respeitando a diversidade e reduzindo a desigualdade social” (CFA, 2014, s. p.). Ainda assim, de início, para muitos executivos a atuação das empresas em prol do desenvolvimento sustentável foi considerada uma espécie de “cavalo de Troia” para conter o crescimento econômico de algumas companhias (ELKINGTON, 2012, p. 107).

Hoje, por outro lado, as discussões giram em torno da criação de empresas generosas e regenerativas, algo que, apesar de figurar como um desafio ao mundo corporativo, ensejam esperança pelo fato de que negócios desse tipo sejam vistos com cada vez mais frequência (RAWORTH, 2019), a despeito das considerações de Friedman (1970), que referendavam que

qualquer ação estranha aos objetivos econômicos de uma empresa não seria benéfica à sociedade, pois causaria ineficiências econômicas, relegando às empresas a mera responsabilidade de gerar lucros aos seus acionistas.

De fato, Moraes et al. (2017) afirmam que a responsabilidade social nas organizações pode ser dividida em três fases: a primeira, de 1900 a 1960, marcada pela preocupação com a ética pessoal no meio empresarial; a segunda, compreendida entre 1960 e 1980, quando as empresas passaram a ser questionadas pela sociedade acerca de suas atividades e das obrigações que deveriam carregar, indo além da mera maximização dos lucros; e, finalmente, a terceira, a partir de 1980, marcada pelas discussões mundiais a respeito do desenvolvimento sustentável, que aprimoraram a função das empresas perante o planeta, de maneira a abranger questões ambientais, sociais e educacionais, em adição às econômicas, que já eram tratadas.

Em referência às duas primeiras fases, destaca-se que a Responsabilidade Social Corporativa foi definida pela primeira vez na obra de Bowen (1953) como a obrigação dos empresários de perseguir as políticas normativas, tomar decisões ou seguir as linhas de ação desejáveis em termos dos objetivos e valores da sociedade. Compartilhando dessa visão, poucos anos mais tarde Davis (1960) argumentou que a responsabilidade social das organizações está ligada a decisões e ações de empresários que excedem, ao menos parcialmente, os interesses econômicos ou tecnológicos diretos de seus respectivos negócios, ou seja, a atuação empresarial deveria extrapolar seus muros.

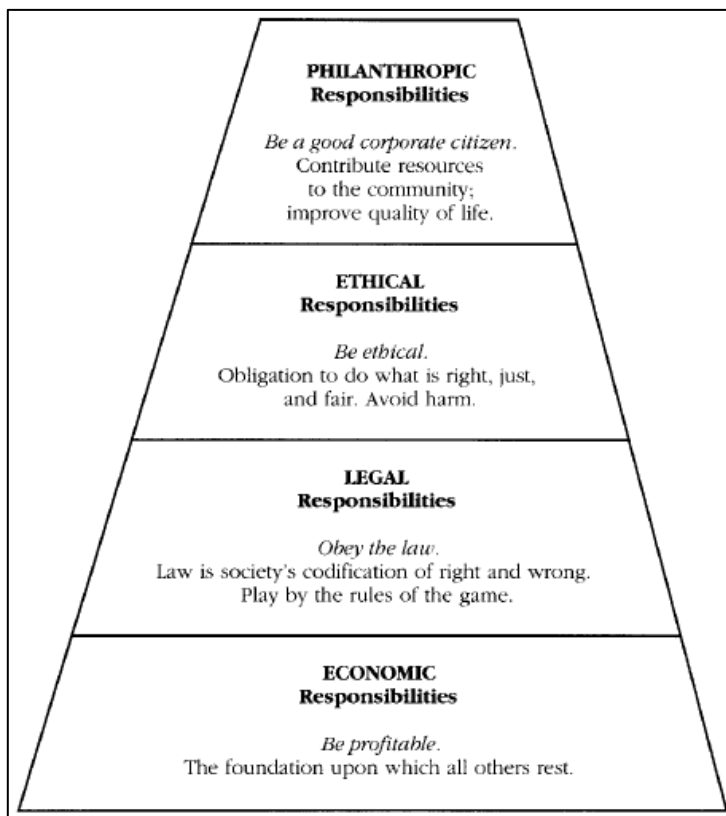
Abordando a realidade brasileira, o Relatório “Desenvolvimento local, gestão empresarial e políticas públicas: um registro de reflexões e experiências”, produzido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVCes), também aponta para três fases na evolução da Responsabilidade Social Corporativa neste país. Além disso, destaca que

os anos 1970 podem ser caracterizados como uma década cuja responsabilidade pela solução dos problemas sociais e a formulação de respostas a causas sociais esteve centrada nas políticas do Estado. As empresas, por sua vez, dedicavam-se a ações de caridade e filantropia realizadas de forma pontual e desconectada das ações do poder público. Nos anos 1980, passou a ocorrer uma transformação desta dinâmica. Sob a influência de uma economia globalizada que provocou exigências emergentes às empresas do ponto de vista da responsabilidade social, e também do contexto brasileiro de profunda crise econômica, instabilidade política, precariedade do trabalho e pobreza, algumas mudanças na configuração da atuação das empresas e do poder público passaram a ser observadas. As pressões e as demandas advindas da população e, sobretudo, de movimentos sociais intensificaram o papel da sociedade civil. Neste mesmo contexto, tiveram início algumas ideias fundantes das noções de

responsabilidade social corporativa e de investimento social privado, pautados pela ética e pelas oportunidades de ganho de competitividade. No plano político, esta série de transformações político-sociais também contribuíram para o processo de descentralização da gestão das políticas sociais. Esta história desemboca na década de 1990 com o estabelecimento de novos parceiros do Estado na formulação e implementação de políticas públicas: as organizações do terceiro setor e das empresas passaram a ser atores importantes na cooperação para o avanço da gestão de políticas sociais no Brasil (FGVCES, 2019, p. 7).

Sem embargo, a primeira vez que o termo “*organizational sustainability*” apareceu em artigos científicos publicados em periódicos da base de dados *Web of Science* foi em 1991, na terceira fase da RSC (Moraes et al., 2017), coincidindo com o ano de lançamento da pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa, disposta na Figura 6. Essa é uma das representações gráficas mais difundidas da relação entre as empresas e o ambiente. A pirâmide tem como base as responsabilidades econômicas, ou seja, a eficiência e a competitividade; em seguida, vêm as responsabilidades legais, que consistem na obediência às leis; posteriormente, as responsabilidades éticas, que se referem à obrigação de fazer o que é correto, justo e honesto; e, no topo, a responsabilidade filantrópica, ligada à melhoria da qualidade de vida da comunidade, fomentada espontaneamente pela empresa (CARROLL, 1991).

Figura 9 – Pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa

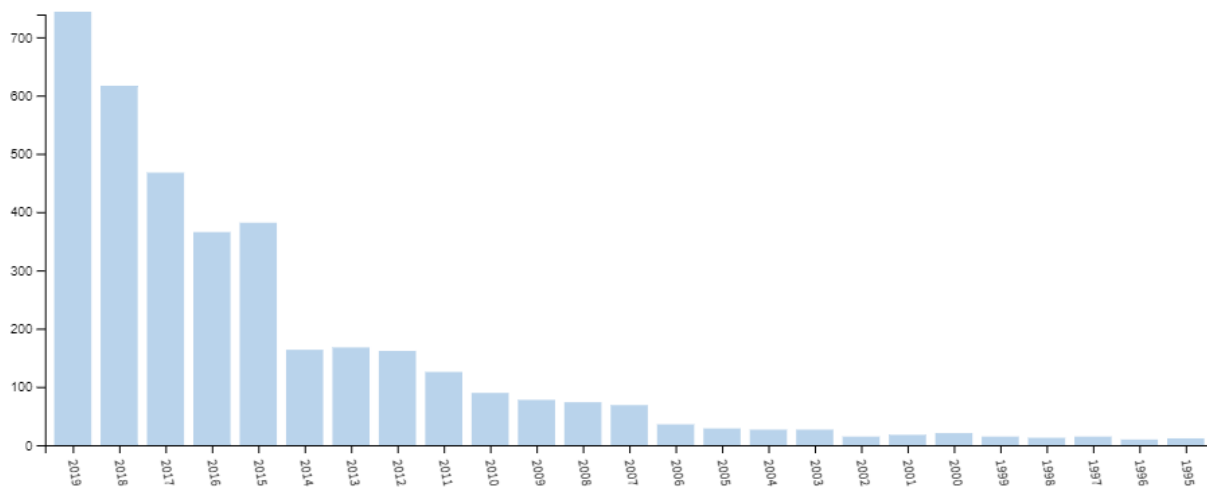


Fonte: Carroll (1991).

Não por acaso, “o marco histórico do envolvimento do empresariado com as questões ambientais ocorreu durante a preparação da Rio-92”, visto que o “o setor empresarial se fez representar [...] por 50 empresários reunidos no *Business Council for Sustainable Development* (BCSD), entidade organizada às vésperas do evento”. Isso permitiu que as incontáveis manifestações a favor da sustentabilidade ambiental difundissem a visão de que o modelo capitalista de crescimento econômico seria incompatível com a dinâmica da natureza, “forçando o setor produtivo a se engajar na busca de soluções para os problemas, em grande medida, por ele criados” (VINHA; DUARTE; DABUL, 2018, p. 272).

De 1992 a 1994, foram 11 publicações, observando as mesmas condições de pesquisa. No entanto, de 1995 a 2019, a expressão tornou-se cada vez mais comum, chegando a 739 menções, em um total de 3634 artigos no período analisado. Uma breve análise bibliométrica da produção acadêmica sobre a sustentabilidade organizacional, presente na Figura 7, evidenciou como o assunto ganhou proeminência inclusive nas Universidades.

Figura 10 – Produção acadêmica sobre sustentabilidade organizacional na base de dados *Web of Science* (1995-2019)



Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Assim, a RSC tornou-se tão importante para as organizações e para a construção de práticas sustentáveis que a Organização Internacional de Normalização (ISO)¹⁵ criou, em novembro de 2010, a Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, cujo lançamento foi em Genebra, na Suíça. No Brasil, a ABNT NBR ISO 26000, versão da norma em português, foi lançada em evento na Fiesp, em São Paulo (INMETRO, 2010).

Segundo Mohr et al. (2001, p. 47) a RSC representa “o compromisso da empresa em minimizar ou eliminar quaisquer efeitos prejudiciais e maximizar seu impacto benéfico a longo prazo”. Para Carroll (2015), as empresas que possuem RSC são recompensadas pelo mercado em termos econômicos e financeiros, afirmação corroborada por Degenhart, Vogt e Hein (2018), que analisaram o desempenho econômico-financeiro de 13 empresas pertencentes ao índice IBrX-100 da BM&F Bovespa, em comparação com suas práticas social e ambientalmente responsáveis entre os anos de 2012 e 2014.

A possibilidade de incremento dos negócios concomitantemente ao aumento do bem-estar da sociedade não exime a RSC de críticas, uma vez que muitas empresas recorrem a ela meramente como um artifício para enquadrar-se na legislação de um país, ou como maneira de devolver à natureza somente aquilo que dela foi retirado, não acrescentando nada à sociedade e ao planeta. O estudo de Irigaray, Vergara e Araujo (2017) salientou que, muitas vezes, a

¹⁵ Além da ISO 26000, outras normas técnicas também abrangem princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como a ISO 14000 e a ISO 14001, que tratam especificamente da gestão ambiental, e a ISO 18001, voltada à segurança e à saúde no ambiente de trabalho.

responsabilidade social encontra-se mais no discurso que na prática das organizações, após analisar os Relatórios de Sustentabilidade, os Sociais, os Balanços Sociais, os Relatórios Anuais e da Administração de empresas listadas na bolsa de valores brasileira e comparar, via análise de conteúdo, o discurso com a práxis dessas organizações.

Em concordância, Oliveira e Oliveira (2019, p. 37), ao enfocarem a comunicação industrial, pontuam que

não adianta um setor investir pesadamente na comunicação para construir uma imagem positiva sobre a importância de suas atividades se não levar em conta as questões substantivas que envolvem o interesse da sociedade e as condições ambientais adversas que enfrentamos e teremos de enfrentar e que, se forem ignoradas, podem colocar em xeque a própria vida no planeta.

Contudo, as ressalvas à Responsabilidade Social Corporativa, que são pertinentes, encorajam críticas que podem culminar com a derrocada da ideia de que as empresas têm uma responsabilidade para com o planeta, como as do reconhecido ex-ministro do Trabalho dos Estados Unidos da América, Robert Reich, que argumentou que a RSC

é uma distração perigosa, focalizando atenção nas intervenções sociais das corporações ao invés de responsabilizar diretamente o governo, que é o único ator que pode realmente resolver problemas sociais (KRAMER, 2007, s. p.).

Kramer (2007) expõe o equívoco do político ao defender que o Estado tem, sim, protagonismo nas questões sociais e ambientais, mas as empresas dependem de práticas socialmente responsáveis tanto para ganharem vantagem competitiva frente à concorrência, quanto para criarem um conjunto de padrões internacionais que coletivamente se projetam acima das obrigações sociais impostas pelos governos.

O mesmo autor ainda sugere que os “cidadãos-consumidores” obrigam as empresas a repensarem sua atuação na comunidade. Ainda que os governos sejam absolutamente necessários para resolver a maioria dos problemas sociais e, também, para promover políticas educacionais, de saúde pública e pelo meio ambiente, é impossível separar as preferências políticas e de consumo das pessoas. Sendo assim, entende-se que um cidadão que não leve em consideração o aquecimento global, não priorizará a compra de um carro elétrico, por exemplo (KRAMER, 2007).

Por sua vez, a Criação de Valor Compartilhado (CVC) inova o pensamento moderno tradicional, de maneira a ampliar os conceitos comuns à RSC, na qual ela tem origem (MEDEIROS et al., 2016), buscando “reconectar o sucesso da empresa ao progresso social”

(PORTER; KRAMER, 2011, s. p.). Dessa forma, propõe que as empresas podem obter vantagem competitiva e gerar bons lucros ao passo que ajudam a sociedade a superar os desafios da pobreza, da educação, da nutrição, da energia limpa e afins, evidenciando que a perenidade dos negócios também depende da maneira como as organizações se projetam em pautas que extrapolam seus assuntos de interesse exclusivamente interno.

Ainda assim, é sensível que ambas as iniciativas defendam que “a competitividade de uma empresa e a saúde das comunidades em torno dela são mutuamente dependentes” (NETO; PEREIRA; MORITZ, 2012, p. 151). Em consonância, Savitz e Weber (2007) argumentam, com base no *Triple Bottom Line*, que a empresa sustentável é aquela que além de gerar lucro para os acionistas, protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações.

Deveras, é patente que a sustentabilidade não deva ser entendida pelos setores empresariais apenas como uma oportunidade para aumentarem a lucratividade de seus negócios, visto que

A eficiência no uso de recursos naturais, a diminuição da emissão de gases do efeito estufa, a diversificação da produção agrícola, a valorização dos sistemas de produção que mantém a floresta em pé, a preservação dos rios e da biodiversidade podem se tornar a chave da nossa competitividade econômica e da justiça social no futuro próximo (MELLO; TONI, 2013).

Dias e Marques (2017) corroboram com essa ideia ao afirmarem que as organizações podem atender aos clamores dos cidadãos e às demandas sociais de seus *stakeholders*, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma região ou do país. Também, por serem parte importante do corpo da sociedade e, ao mesmo tempo, por dotarem de

...forças e recursos maiores que os indivíduos separadamente, conseguem contribuir para um resultado positivo mais amplo frente às problemáticas ambientais, sociais e econômicas num determinado contexto (DIAS; MARQUES, 2017, p. 83).

Em adendo, elucidam-se que os *stakeholders*, como explica Elkington (2012, p. 214), distinguem-se em “tradicionais” e “emergentes”: o primeiro grupo inclui “acionistas, investidores, legisladores e oficiais do governo”; já, na segunda categoria, participam “funcionários, clientes, e consumidores, associações e alianças comerciais, organizações profissionais e acadêmicas e grupos comunitários e ambientais”, representando interesses de entes como “a biosfera do planeta, a população mundial e as gerações futuras”. O autor conclui que “se as empresas desejarem satisfazer a crescente demanda de todos os grupos de *stakeholders*

a fim de aprimorar os padrões e o desempenho” no sentido da sustentabilidade, “deverão aprender a conduzir o diálogo de forma radicalmente nova”.

Há, também, o Investimento Social Privado (ISP), caracterizado pela “transferência voluntária de recursos de empresas privadas para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público” (MILANI FILHO, 2008, p. 92), ou como a transferência voluntária de “recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público” (GIFE, 2020a, s. p.). Essa alternativa, surgida nos anos 1990, irrompe como uma estratégia de negócio capaz de, concomitantemente, impactar a vida das pessoas, ao criar vínculos com as comunidades situadas ao redor das empresas, melhorando a imagem e a reputação delas, bem como servir de vantagem competitiva, a exemplo das práticas de responsabilidade social (COMUNITAS, 2019, p. 13).

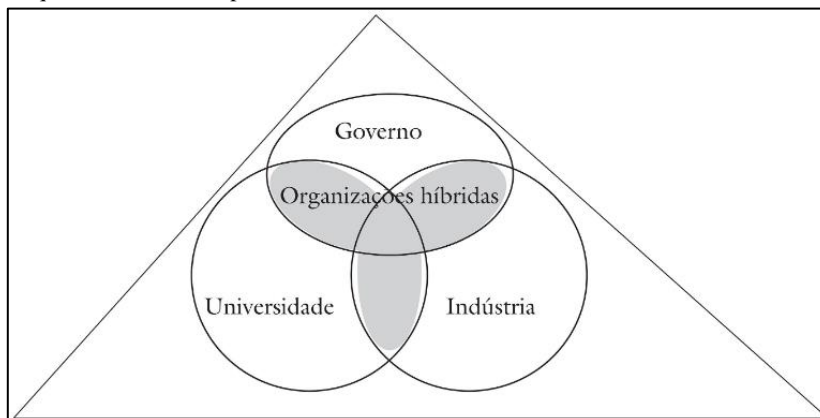
Silva (2016, p. 135) propõe o termo “filantroestatismo” para designar “práticas de governança e projetos que impactam os setores mais pobres da população, mas que ainda pouco ou nada fazem pela redução da concentração de renda e desigualdade social no país”. De fato, os repasses espontâneos de grandes empresas a projetos sociais devem ser observados além do simples altruísmo, tendo em vista “a obtenção de capitais simbólicos e sociais” (SILVA, 2016, p. 138). Dessa forma, se o investimento privado conferir somente um retorno à empresa, a tendência é que o destinatário final tenha sua condição perpetuada.

Destaca-se, igualmente, o conceito de Hélice Tríplice (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000; ETZKOWITZ; ZHOU, 2017), que pauta a inovação através do eixo universidade-indústria-governo, realçado na Figura 11. Esse modelo, que pode influenciar o desenvolvimento sustentável¹⁶, admite que “a estrutura teórica da inovação originou-se na indústria, é fortalecida pela inclusão do papel do governo, que a leva um passo adiante, e conecta inovação e

¹⁶ O “Relatório Social Mundial: Desigualdade em um mundo de rápidas mudanças”, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 21 de janeiro de 2020, elenca quatro “forças globais” que influenciam os diversos tipos de desigualdades: inovação tecnológica, mudanças climáticas, urbanização e migração internacional. “No âmbito da inovação tecnológica, mais do que a discussão sobre a possibilidade de a tecnologia acabar com determinados cargos – e gerar outros –, é preciso atentar-se que, em muitos países, novas tecnologias estão beneficiando trabalhadores muito qualificados e/ou um número pequeno de empresas líderes. Isso significa que, se a tendência continuar, a tecnologia servirá para aumentar a distância e criar uma polarização ainda maior quando o assunto é força de trabalho: entre os muito qualificados e os pouco ou medianamente qualificados” (GIFE, 2020b, s. p.). E, no âmbito empresarial, sabe-se que, “operando no âmbito do mercado, as empresas podem ser extraordinariamente efetivas em conjugar pessoas, tecnologia, energia, materiais e meios financeiros para inovar” (RAWORTH, 2019, p. 98). Por isso, a hélice tríplice pode interferir no desenvolvimento sustentável, positiva ou negativamente.

empreendedorismo à universidade como fonte fundamental do novo” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 47).

Figura 11 – Esquema de Hélice Tríplice



Fonte: Etzkowitz e Zhou (2017).

A “hélice” encontra-se na parte destacada em cinza, ou seja, no processo de interação novas instituições secundárias são formadas conforme a demanda, isto é, ‘organizações híbridas’. (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000; ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

Portanto, difere-se claramente de modelos como o estatista e, também, o laissez-faire, pois não aposta em um “engessamento” burocrático das atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicação que poderia acontecer por parte do Estado, nem acredita que as “forças do mercado” sejam capazes de orientar o desenvolvimento de maneira espontânea, sem a condução de políticas bem definidas, protagonizadas pelo Estado e sem as benesses que podem ser alcançadas através do método científico, inerente à Universidade (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

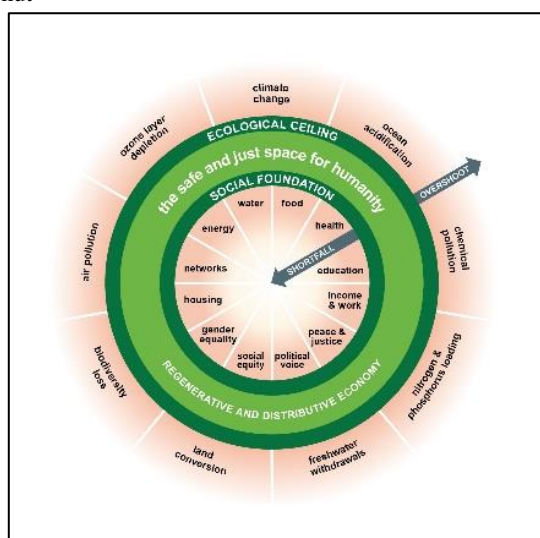
E, finalmente, apresenta-se a Economia Donut (RAWORTH, 2019), que atribui ao meio ambiente os limites para a economia, a exemplo da Economia Ecológica, com forte aplicabilidade na administração de empresas.

O modelo criado para visualizar uma nova economia pode ser facilmente transcrito em um donut, a popular rosquinha: o círculo interno (o furo da rosquinha) representa um alicerce social, o mínimo necessário para levar uma vida digna, composto por 12 elementos estabelecidos de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, como água, alimento e saúde, passando também por educação, igualdade de gênero e voz política; o círculo externo (a cobertura da rosquinha) é chamado de teto ecológico da humanidade, no qual são

estabelecidos os limites que a espécie humana não deve ultrapassar, sob risco de danos ambientais irreversíveis, como destruição da camada de ozônio, perda da biodiversidade e aquecimento global; e, finalmente, o intervalo entre os círculos interno e externo (a massa da rosquinha) representa a premissa central do esquema criado pela economista, ou seja, um espaço em que as necessidades humanas e as do planeta estão sendo atendidas simultaneamente (RAWORTH, 2019; VALOR ECONÔMICO, 2020).

A representação gráfica da Economia Donut encontra-se na Figura 12.

Figura 12 – Economia Donut



Fonte: Raworth (2019).

Não obstante, ainda que as empresas tenham mostrado crescente interesse na adoção de práticas relacionadas à sustentabilidade para “mitigar riscos e aumentar suas chances de sobrevivência” (MORIOKA; CARVALHO, 2017, p. 514), Lara e Oliveira (2017, p. 327) ponderam que “a concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável traz consigo as contradições lógicas dos sistemas econômicos produtivistas causadores de desequilíbrio ambiental e social”.

Isso se faz ainda mais conflituoso se o contexto de acentuada – e crescente – concentração de renda no planeta for considerada. Em pesquisa recente, a organização não governamental britânica Oxfam divulgou que cerca de 7 milhões de pessoas, ou seja, um grupo contendo 1% da população mundial, é detentor de 82% de toda riqueza global (OXFAM INTERNATIONAL, 2018). Dowbor (2017, p. 56-57), ao abordar esse assunto, pontua:

O poder extremamente concentrado dos grandes grupos corporativos, o poder do sistema financeiro no centro e a extrema concentração da riqueza no planeta pertencem a uma dinâmica articulada. Funciona sem dúvida para o 1%, de maneira como nunca antes na história. Mas não funciona para o planeta, nem no plano ambiental, nem no plano social, e muito menos no plano político. Pior, nem no plano econômico funciona.

Entretanto, tendo em vista o poder econômico de algumas empresas e a capilaridade que possuem em diversas partes do globo, elas são obrigadas a se tornarem atores importantes na luta contra as mudanças climáticas, contra a pobreza e as desigualdades e contra o desemprego e as condições de trabalho não dignas, por exemplo. A atuação dessas companhias também trará vantagens porque elas são capazes de influenciar seus próprios colaboradores, seus clientes e centenas de milhares de empresas que lhes fornecem mercadorias, a partir da difusão de boas práticas e de uma cultura corporativa responsável do ponto de vista socioambiental.

Sobre esse assunto, Orsiolli e Nobre (2016, p. 518) argumentam que “o desenvolvimento sustentável não ocorre a partir do esforço de apenas um ator social, mas se dá por meio de suas inter-relações com os demais atores”. Tomando como base o ODS 17, o êxito de agendas globais de desenvolvimento sustentável está condicionado à capacidade de realização de ações conjuntas, que apostem na comunicação entre variados agentes.

Segundo Wieczynski e Andreolla (2005), sob a ótica do Estado e das ações governamentais, por muito tempo vigorou uma lógica paternalista, assistencialista e clientelista e, do ponto de vista das ONGs e organizações do terceiro setor, há, muitas vezes, falta de instrumentos técnicos e capacitação para elaboração de projetos. Daí advém a vocação para que as empresas funcionem também como propulsoras de práticas sustentáveis.

Factualmente, quando o financiamento de projetos ligados à Agenda 2030 é focado, as práticas brasileiras apontam para uma cooperação entre variados atores. O setor público assume o protagonismo nessas questões, mas fatores político-partidários e/ou ideológicos podem colocar em xeque a formulação e a implementação de políticas públicas baseadas no desenvolvimento sustentável, destacando ainda mais a necessidade de parcerias.

A troca de governos e o desprezo de grupos que chegam ao poder pelas pautas relacionadas ao desenvolvimento sustentável podem minar ações nesse sentido. Com base nisso, Castro et al. (2019, p. 34) afirmam que

A crise orçamentária contemporânea e as restrições de financiamento futuro, impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016, aumentam a necessidade de desenvolver

ferramentas que apoiem a coordenação e integração dos esforços para alcance dos ODS no Brasil.

Vildâsen, Keitsch e Fet (2017), ao proporem uma análise epistemológica da sustentabilidade corporativa, revelam que esta se baseia em valores e conceitos presentes na Economia Ecológica, em áreas do conhecimento ligados à administração e até mesmo na filosofia, ganhando destaque após a profusão de conferências e encontros mundiais que trataram de assuntos de enquadramento ambiental e social, como já descrito neste trabalho.

Abramovay (2012, p. 135) realiza um paralelo entre dois pensamentos: o liberal, sustentado por autores como o economista Friedrich Hayek e os que defendem a teoria da firma; e à esquerda, impulsionados pelo marxismo e os pensadores que derivam dessa corrente. Para surpresa geral, apesar de antagônicos, convergem para o mesmo ponto: por razões distintas, ambos admitem que as empresas têm como única finalidade o lucro, fazendo de iniciativas como a responsabilidade social corporativa uma iniciativa meramente “superficial, enganosa, cosmética”.

De fato, “no ideário neoclássico, a necessidade de progresso social - como a segurança ou a contratação de deficientes - impõe limites à atividade empresarial” (PORTER; KRAMER, 2011, s. p.), ou seja, ações nesse sentido aumentariam os custos e, conseqüentemente, diminuiriam os lucros, de acordo com essa concepção.

Nesse seguimento, Castro, Campos e Trevisan (2018) lançam um olhar crítico à sustentabilidade organizacional, citando exemplos de companhias que, apesar de disporem de amplo conhecimento de seus princípios, permitem que outros interesses prevaleçam, como, por exemplo, o acúmulo de capital e a expansão do poderio político e econômico.

Theis (2011, p. 29), sobre isso, explicita que “o *discurso da sustentabilidade* vem encobrindo as causas concretas da crise ecológica, que podem ser localizadas na lógica que governa o processo de acumulação capitalista” [grifo do autor].

Também, Elkington (2012, p. 170-181) expõe uma série de casos em que empresas globais que, na década de 1990, abdicaram dos parâmetros exigidos de responsabilidade social, ética e sustentabilidade, e protagonizaram escândalos como o uso de trabalho escravo e trabalho infantil em linhas de produção estrangeiras, a subjugação de vidas humanas em favor do lucro de acionistas e roubo de segredos de concorrentes.

Contudo, Abramovay (2012, p. 137) complementa o paralelo destacado anteriormente e pontua a reaproximação entre o mercado e a sociedade, entre a ética e a economia: os mercados não devem ser observados como entidades mágicas, dotadas de vontade própria e imprevisível; ao contrário, é necessário que a Ciência compreenda que eles não são autônomos e nem independentes, mas se encontram inseridos em comunidades, sociedades, sujeitos às influências, aos desejos e aos demais desdobramentos desses meios, evidenciando que “a incorporação aos próprios mercados de valores ambientais, éticos ou mesmo de equidade social” deve ser uma realidade. Assim, o autor enfatiza de forma assertiva que a nova economia precisa ser encarada

...não pelo monopólio estatal sobre as decisões empresariais nem pela abolição dos mercados, mas, ao contrário, no âmbito de uma economia descentralizada na qual os mercados desempenham papel decisivo, ainda que, evidentemente, não exclusivo (ABRAMOVAY, 2012, p. 22).

Ainda, tratando-se de pautas que não necessariamente sejam ligadas ao meio ambiente, como a diversidade e os direitos humanos, por exemplo, o assunto pode ganhar mais visibilidade se colocado em evidência por uma organização privada ou um conjunto de empresas, em ações que podem ser planejadas com agilidade, do que se a população aguardar a atuação estatal, especialmente em caso de um governo que seja ideologicamente contrário à agenda.

Por meio de uma abordagem jurídica, Silveira e Sanches (2015, p. 153) confirmam que “o novo paradigma do Direito na contemporaneidade trouxe para a empresa privada tanto a responsabilidade social como a solidária”, admitindo a “vinculação e responsabilidade da empresa privada com o desenvolvimento sustentável, em virtude da função socisolidária imposta às empresas pelos direitos de igualdade e de solidariedade”.

Portanto, se há organizações que efetivamente investem em uma cultura sustentável e socialmente responsável, impulsionadas pelo real comprometimento com as pautas sociais e ambientais, indo além do simples marketing, puramente superficial (ABRAMOVAY, 2012), ou seja, empresas que “são responsáveis porque acreditam que devam ser responsáveis, não porque outros demandam que sejam” (BARAIBAR-DIEZ; SOTORRIO, 2018, p. 15), torna-se factível afirmar que a atividade empresarial está intrinsecamente ligada à implementação do desenvolvimento sustentável.

Até o momento, este referencial teórico destacou a premente necessidade de uma reorientação das atividades do setor privado para a perseguição a patamares elevados de

desenvolvimento sustentável. Ainda que imperiosa, essa demanda não se faz obrigatória, algo comprovável quando empresas mundo afora são descobertas em escândalos nas mais variadas esferas, distanciando a atuação delas das práticas responsáveis sob a ótica socioambiental.

No entanto, o Brasil é contemplado com iniciativas proeminentes e referendadas internacionalmente no que tange a aproximação das empresas ao desenvolvimento sustentável. Nos quatro próximos subtópicos, a pesquisa aprofundou-se em empreendimentos responsáveis por sustentarem e difundirem a ideia de que as práticas empresariais são um dos caminhos para o atingimento dos objetivos e metas da Agenda 2030.

2.4.1 Centro de Estudos em Sustentabilidade

O Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP) é, segundo seu sítio oficial, “um espaço aberto de estudo, aprendizado, reflexão, inovação e de produção de conhecimento, composto por pessoas de formação multidisciplinar, engajadas e comprometidas, e com genuína vontade de transformar a sociedade” (FGVCES, 2018, s. p.).

O FGVces trabalha no desenvolvimento de estratégias, políticas e ferramentas de gestão pública e empresarial para a sustentabilidade, nos âmbitos local, nacional e internacional. Seus programas são orientados por quatro linhas de atuação: (i) formação; (ii) pesquisa e produção de conhecimento; (iii) articulação e intercâmbio; e (iv) mobilização e comunicação (FGVCES, 2018, s. p.).

Em 2019, o centro de estudos divulgou um documento contendo as contribuições das Iniciativas Empresariais (IE), contendo um framework para planejamento do desenvolvimento local em conjunto com os atores presentes em um mesmo território, a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (FGVCES, 2019).

2.4.2 Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) é uma associação civil sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável por meio da

articulação junto aos governos e a sociedade civil, além de divulgar os conceitos e práticas mais atuais do tema.

O CEBDS foi fundado em 1997 por um grupo de grandes empresários brasileiros, atento às mudanças e oportunidades que a sustentabilidade trazia, principalmente a partir da Rio 92 (CEBDS, 2019).

De acordo com o sítio oficial, o Conselho reúne atualmente 60 dos maiores grupos empresariais do país, com faturamento equivalente a cerca de 45% do PIB e responsáveis por mais de 1 milhão de empregos diretos (CEBDS, 2019).

No rol de empresas associadas, estão empresas nacionais e transnacionais, como Cervejaria Ambev, ArcelorMittal, Banco do Brasil, BASF, Bayer, Bradesco, Braskem, Caixa, Coca-Cola, CPFL Energia, Eletrobras, Grupo Abril, Grupo Boticário, Ipiranga, Itaú, KPMG, Natura, Neoenergia, Nestlé, Petrobras, Santander, Shell, Siemens, Telefônica, TV Globo, Vale, Votorantim, dentre outras.

Representante no Brasil da rede do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), conta com quase 60 conselhos nacionais e regionais em mais de 30 países e de 20 setores industriais, além de 200 grupos empresariais que atuam em todos os continentes.

2.4.3 Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja missão é “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (INSTITUTO ETHOS, 2019, s. p.).

Ao descrever a iniciativa, com olhar especial ao papel das empresas na transformação social e na sustentabilidade, Abramovay (2012, p. 145) ressalta que “o Ethos se destaca pelo esforço de coordenar diferentes segmentos da sociedade civil com o setor privado na busca de formas de atuação empresarial capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável”.

Com sede em São Paulo e criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada, o Instituto Ethos é um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas que tem como intuito “auxiliar as empresas a

analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável” (INSTITUTO ETHOS, 2019, s. p.).

Analisando a atuação desse instituto, Aflalo (2012, p. 159) pondera que

ao adotar padrões de conduta trazidos de instituições similares da Europa e dos Estados Unidos da América, o Instituto Ethos se apresenta como uma nova forma de institucionalização e produção de verdades que criam, reforçam e renovam o discurso da responsabilidade social por meio da educação e do monitoramento das empresas em direção à conduta socialmente responsável.

Divulga-se, ainda, que o Instituto Ethos possui indicadores próprios de Negócios Sustentáveis e Responsáveis, destacando sua atuação no meio empresarial para a promoção do desenvolvimento sustentável.

2.4.4 Rede Brasil do Pacto Global

Lançado em 2000 pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Pacto Global é uma chamada para as empresas alinharem suas estratégias e operações a dez princípios universais, distribuídos nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, conforme detalhado no Quadro 6, e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade.

Quadro 6 – Dez princípios universais do Pacto Global e suas respectivas categorias

Categoria	Princípios
Princípios de Direitos Humanos	1. Respeitar e proteger os direitos humanos;
	2. Impedir violações de direitos humanos;
Princípios de Direitos do Trabalho	3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
	4. Abolir o trabalho forçado;
	5. Abolir o trabalho infantil;
	6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;
Princípios de Meio Ambiente	7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
	8. Promover a responsabilidade ambiental;
	9. Encorajar tecnologias que não agredem o meio ambiente
Princípio Contra a Corrupção	10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Pacto Global (2019).

Esses princípios são derivados dos seguintes documentos: Declaração Universal de Direitos Humanos, documento marcante na história dos direitos humanos, promulgado em 1948; da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada em 1998; da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, escrita após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o

Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992; e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, promovida pelo Escritório contra Drogas e Crime, da ONU, em 2003.

Ao fazerem parte do Pacto Global, as organizações comprometem-se a seguir esses princípios no dia a dia de suas operações, evidenciando que esse empreendimento tem como escopo a alteração de comportamentos nocivos ao ambiente e à sociedade que eventualmente podem ser praticados pelas empresas.

De acordo com a própria organização, o Pacto Global é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 13 mil membros em quase 80 redes locais, que abrangem 160 países (PACTO GLOBAL, 2019).

A Rede Brasil do Pacto Global, vinculada desde 2011 ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), tem conquistado cada vez mais espaço e relevância dentro do setor empresarial brasileiro, e também dentro da própria estrutura do Pacto Global. Esta é a terceira maior rede do mundo, com quase 800 membros. Em 2015, eram menos de 500 participantes, evidenciando um crescimento de 70% (PACTO GLOBAL, 2019).

De acordo com o *United Nations Global Compact Progress Report 2019*, “quase 90% das empresas ligadas às redes do Pacto Global das Nações Unidas têm políticas que cobrem cada área dos Dez Princípios do Pacto Global, enquanto 81% atuam diretamente no apoio de ODS” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019, s. p.).

No sítio oficial da organização, há estudos de caso empresariais, soluções baseadas nos temas descritos acima e publicações oficiais, que buscam auxiliar ainda mais no processo de inserção das práticas sustentáveis e socialmente responsáveis nas empresas.

Ainda, há uma ligação na página para o *Global Compact Academy* da ONU, que tem minicursos e materiais destinados à aplicação dos ODS nas estratégias empresariais.

Finalmente, a instituição elenca algumas práticas para difundir os ODS nas organizações, listados a seguir, em ordem alfabética (PACTO GLOBAL, 2019):

- Basear-se na Agenda 2030 na hora de realizar o Código de Ética, assim como o Código de Conduta e a Política de Responsabilidade Social Corporativa;
- Compilar boas práticas de fornecedores ligadas à Agenda 2030 e difundi-las;

- Convidar especialistas ligados aos ODS para que eles colaborem com a formação de empregados;
- Criar campanhas de sensibilização baseadas em histórias e impacto, relacionadas a algum dos 17 ODS;
- Criar prêmios para funcionários que contribuem para os ODS no desenvolvimento de produtos e serviços, para melhorar a gestão, entre outros;
- Desenvolver alianças estratégicas com outras empresas do setor para agir em conjunto diante da preservação de recursos ambientais ou no combate às mudanças do clima;
- Difundir a Agenda 2030 por meio das diferentes redes sociais;
- Difundir vídeos sobre a Agenda 2030 e a temas como Igualdade de Gênero (ODS 5), Ação Climática (ODS 13) ou Saúde e Bem-Estar na empresa (ODS 3);
- Em cada departamento ou área da empresa, criar a figura do “porta-voz dos ODS” para que a pessoa difunda as mensagens da Agenda aos colegas;
- Impulsionar alianças com outros agentes, como o terceiro setor ou academia, para promover marcos regulatórios ligados aos ODS;
- Incluir imagens e informações da Agenda 2030 nos produtos e serviços da organização, para conscientizar e promover o conhecimento da Agenda 2030 e da cidadania;
- Incluir nos contratos com clientes e fornecedores referências ao marco da Agenda 2030;
- Incluir o logo dos ODS em todas as comunicações e notas para a imprensa, assim como nas assinaturas dos empregados;
- Introduzir *banners* sobre a Agenda 2030 na página *Web*;
- Por meio de ferramentas como o *SDG Compass*, incluir os ODS e a sustentabilidade corporativa dentro das estratégias de negócios. Também monitorar as ações tendo como base as metas dos ODS;
- Promover ações-chave nos “dias internacionais” (campanhas de comunicação, mensagens em redes sociais, voluntariado em alguns temas, entre outros);
- Realizar oficinas práticas sobre a Agenda 2030 para que os empregados saibam como podem contribuir com os ODS no seu dia a dia;
- Sensibilizar o público sobre a Agenda 2030 nos eventos da empresa, nas apresentações, programas, entre outros, assim como levar a mensagem dos ODS a todos os foros nacionais e internacionais onde a organização participe;

- Utilizar as plataformas digitais de comunicação com clientes, fornecedores e empregados para introduzir mensagens sobre a Agenda 2030.

2.5 Relatórios de sustentabilidade

Com base no cenário apresentado nas últimas seções, depreende-se que a sustentabilidade deve ser *uma parte* da empresa – e não *estar à parte* da mesma – pois, além do compromisso socioambiental que as organizações carregam, em um contexto global de transformação, as corporações que ignorarem essa tendência e apostarem em um simples “esverdeamento” de suas operações e de seu relacionamento com clientes, acionistas e fornecedores, estarão ameaçando a própria continuidade de seus negócios, além de contribuírem para a progressiva destruição dos recursos naturais da Terra e da acentuação de incontáveis problemas sociais.

Daí advém a necessidade de que grandes corporações optem por comunicar suas práticas de sustentabilidade por meio de relatórios de sustentabilidade, delineados por instituições reconhecidas, conferindo legitimidade a essas ações perante a sociedade. Assim, cada vez mais, há uma convocação dirigida às empresas que ainda não dispõem de ações de governança no que tange a agenda da sustentabilidade para que acordem a tempo de evitar uma catástrofe global.

Feil, Strasburg e Naime (2013) explicam que os relatórios de sustentabilidade são demonstrativos anuais dos projetos, benefícios e ações sociais dirigidos a todos os *stakeholders*, ou seja, empregados, investidores, governos, mercado, acionistas e comunidade, cuja função é tornar públicas a responsabilidade e a preocupação da empresa em relação às pessoas e à vida na Terra, de maneira a criar vínculos com a sociedade. Entende-se, então, que os relatórios de sustentabilidade são a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, econômico e ambiental das organizações corporativas.

O exposto conflui com o rompimento da lógica que vigorou em grande parte do Século XX a respeito da confidencialidade das ações empresariais, mesmo em relação a seus *stakeholders*. Elkington (2012, p. 207) afirma que “há poucas décadas, a resposta típica das empresas que eram questionadas sobre informações relativas a suas operações e planos era ‘não é da sua conta’”, algo que tem sido alterado “à medida que a primeira revolução da

sustentabilidade empurra as empresas na direção de mercados globalizados, acelerados e hipercompetitivos”.

Comprova-se, então, que os *stakeholders* têm um papel fundamental no reordenamento da atuação empresarial, a fim de pressionar as organizações para que elas adotem uma postura mais transparente, responsável do ponto de vista socioambiental e, conseqüentemente, sustentável. Como já descrito, a proporção do impacto da atuação empresarial sobre o planeta é massivo: são as empresas que decidem como produzir as mercadorias, onde localizam sua produção (podem optar por destinar parte de sua produção em países com legislações ambientais mais frouxas), quais fornecedores escolhem e se eles utilizam tecnologias com menor emissão de carbono e outros poluentes, por exemplo (UNISINOS, 2019).

A isso, soma-se, então, a ética empresarial, a *compliance*, bem como práticas que incrementem a qualidade de vida das pessoas ligadas direta ou indiretamente às empresas e favoreçam o bom relacionamento da companhia com o meio ambiente.

Ressalva-se que “ter o discurso ambientalista como norma social, passível de gerar lucro ou prejuízo simbólico, possibilita que o fato de dizer ‘ambientalmente correto’ possa ser uma estratégia de determinados atores sociais” (FONSECA, 2009, p. 23), incluindo empresas aparentemente sustentáveis, como descrito na seção anterior. Ao abordar o setor industrial, a prudência em relação aos relatórios de sustentabilidade faz-se ainda mais necessária, já que “uma empresa cuja atividade operacional é considerada de alto impacto ambiental procura mostrar à sociedade que realiza suas ações com responsabilidade e de modo sustentável” (COELHO; GODOI; COELHO, 2015, p. 670). É com essa cautela que os relatórios foram analisados nesta pesquisa.

“Um pouco de ciência nos afasta de Deus. Muito, nos aproxima.”
(Louis Pasteur)

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Este capítulo apresenta e descreve, de modo fundamentado, os instrumentos e os procedimentos utilizados para a escolha das variáveis estudadas, a coleta dos dados e a análise das informações.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, visto que buscou compreender “a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade de um ou poucos casos particulares” (CEBRAP, 2016, p. 8).

Chizzotti (2005, p. 89) explica que a finalidade essencial da pesquisa qualitativa “é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis”, o que condiz com os objetivos deste trabalho.

Em complemento, Gil (2019) afirma que a pesquisa qualitativa busca a explicação sistemática de fatos ocorridos no contexto social que, geralmente, se encontram relacionados a uma multiplicidade de variáveis. É apropriada quando se busca estudar as crenças, os valores, as atitudes, as relações e práticas sociais, as estratégias, os modelos de gestão e as mudanças ocorridas no contexto organizacional, social, político e econômico.

Porquanto a pesquisa buscou identificar a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em grandes empresas do setor industrial que atuam no Brasil, classifica-se como exploratória, caracterizada por Gil (2008, p. 27) como aquela que “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Fez-se uso, também, de uma pesquisa descritiva, pois o estudo objetivou-se a realizar a “descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2019, p. 28).

3.2 Procedimentos da Pesquisa

Como procedimentos da pesquisa, destaca-se, inicialmente, o caráter documental do estudo, pois “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2019, p. 51).

A escolha das variáveis foi baseada em uma amostragem de caráter não-probabilístico do tipo intencional, conforme orientação de Oliveira (2001), pelo fato de terem sido escolhidas de maneira a privilegiar todas as regiões do Brasil com ao menos uma empresa para cada região, tornando a pesquisa abrangente do ponto de vista da distribuição geográfica dos objetos de estudo, e de acordo com o acesso do pesquisador aos relatórios das empresas mais bem colocadas no *ranking* “Valor1000”.

Salienta-se que o setor industrial foi escolhido devido ao seu notório impacto ambiental, corroborado pelo Anexo VIII da Lei nº 10.165/2000, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 2000), e, à oportunidade de verificar se as grandes empresas desse nicho de atuação estão implementando políticas voltadas à mitigação de seus impactos nos ecossistemas, ao passo que põem em prática ações de responsabilidade socioeconômica.

Nesse estudo, a análise de conteúdo foi eleita como técnica de verificação dos dados coletados. Nos últimos anos, ela vem recebendo destaque entre os métodos qualitativos e ganhando legitimidade. Sua importância para os estudos organizacionais é cada vez maior e tem evoluído em virtude da preocupação com o rigor científico e a profundidade das pesquisas (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

O percurso de análise deste trabalho tomou como referência a obra de Laurence Bardin, literatura de referência atualmente em análise de conteúdo (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). O estudo seguiu as fases da análise de conteúdo, conforme preconizado por Bardin (2009, p. 121): (i) pré-análise; (ii) exploração do material, e; (iii) tratamento dos resultados, que envolve a inferência e a interpretação.

E os resultados foram compilados, permitindo uma confrontação com o referencial teórico, de maneira a gerar contribuições para o debate sobre sustentabilidade organizacional.

Na Figura 13, todas as etapas da pesquisa mencionadas anteriormente foram enumeradas e interrelacionadas em uma esquematização.

Figura 13 – Sequência de etapas da pesquisa.



Fonte: Elaborada pelo autor, com base em Yin (2015).

3.3 Métodos de seleção das empresas

Os objetos de estudo desta pesquisa foram determinados a partir do *ranking* “Valor1000”, publicado no jornal Valor Econômico, que listou as mil maiores empresas do Brasil em 2018, baseando-se no quesito de receita líquida anual. O documento encontra-se completo no Anexo C. Essa etapa constituiu a primeira seleção das empresas.

Na segunda seleção, foram excluídas as empresas e autarquias públicas, bem como aquelas de setores diferentes do industrial.

A terceira e última seleção das empresas verificou quais delas publicaram relatórios de sustentabilidade, no máximo, entre os últimos três anos, ou seja, entre 2017 e 2019, permitindo uma análise temporalmente compatível entre todos os documentos. Além disso, para garantir ainda mais a equibilidade na análise, foram excluídas as empresas públicas e de setores alheios à indústria, como varejo e serviços.

Relacionando a agenda global para o desenvolvimento sustentável e os relatórios de sustentabilidade, Rosati e Faria (2019) expressam que utilizar a Agenda 2030 como balizadora dos reportes de sustentabilidade pode ser uma experiência vantajosa, tanto para a organização, quanto para a sociedade, tendo em vista que a prática pode acelerar o processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por isso, a análise também contemplou os seguintes critérios: Aderência formal à Agenda 2030; Aderência formal da empresa a outros balizadores de sustentabilidade; e Tipo de relatório.

“A primavera chegará, mesmo que ninguém mais saiba seu nome, nem acredite no calendário, nem possua jardim para recebê-la”.
(Cecília Meireles)

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, inicialmente, foram realizadas as três seleções descritas na metodologia e um breve panorama dos relatórios de sustentabilidade das empresas. Em seguida, foi disposta uma visão geral acerca das empresas selecionadas, apresentando suas principais características, o ano de publicação de cada Relatório de Sustentabilidade analisado e suas particularidades. Logo depois, a aderência, ou não, das empresas à Agenda 2030 foi verificada, bem como se as práticas de sustentabilidade dessas firmas estão relacionadas, ainda que indiretamente, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse processo aconteceu com base nas cinco dimensões propostas no documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, mencionadas anteriormente. Por fim, os principais resultados foram discutidos.

4.1 Seleção das empresas e panorama dos relatórios de sustentabilidade

Configurando a primeira etapa da análise de conteúdo (pré-análise), inicialmente foram escolhidas as 40 maiores empresas do Brasil, com base no faturamento anual no exercício de 2018, constituindo a primeira seleção, transcrita no Quadro 7.

Quadro 7 – 40 maiores empresas do Brasil em 2018

Posição	Empresa	Sede	Região
1ª	Petrobras	RJ	Sudeste
2ª	JBS	SP	Sudeste
3ª	Vale	RJ	Sudeste
4ª	Raízen	SP	Sudeste
5ª	Ultrapar	SP	Sudeste
6ª	Cosan	SP	Sudeste
7ª	Braskem	BA	Nordeste
8ª	Carrefour	SP	Sudeste
9ª	Cervejaria Ambev	SP	Sudeste
10ª	GPA	SP	Sudeste
11ª	Gerdau	SP	Sudeste
12ª	Cargill	SP	Sudeste
13ª	ADM	ES	Sudeste
14ª	Telefônica Brasil	SP	Sudeste
15ª	Bunge	SC	Sul
16ª	Claro Telecom	SP	Sudeste

17ª	ArcelorMittal Brasil	MG	Sudeste
18ª	BRF	SP	Sudeste
19ª	Marfrig	SP	Sudeste
20ª	Copersucar	SP	Sudeste
21ª	Shell Brasil	RJ	Sudeste
22ª	CPFL Energia	SP	Sudeste
23ª	FCA Automóveis	MG	Sudeste
24ª	Enel Brasil	RJ	Sudeste
25ª	Via Varejo	SP	Sudeste
26ª	Neoenergia	RJ	Sudeste
27ª	Walmart	SP	Sudeste
28ª	Eletrobras	DF	Centro-Oeste
29ª	Samsung	AM	Norte
30ª	CSN	SP	Sudeste
31ª	Cemig	MG	Sudeste
32ª	Louis Dreyfus Company	SP	Sudeste
33ª	Oi	RJ	Sudeste
34ª	Volkswagen	SP	Sudeste
35ª	Embraer	SP	Sudeste
36ª	Fibria	SP	Sudeste
37ª	Correios	DF	Centro-Oeste
38ª	Latam Airlines	SP	Sudeste
39ª	Lojas Americanas	RJ	Sudeste
40ª	Amaggi	MT	Centro-Oeste

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Valor (2018).

Na segunda seleção, foram excluídas as empresas e autarquias públicas, bem como aquelas de setores diferentes do industrial. Por isso, o número de empresas decresceu, de 40 para 25. No Quadro 8, há um panorama dos relatórios de sustentabilidade dessas empresas, em que constam: o ano de publicação do documento, o número de páginas e as principais particularidades de cada um.

Quadro 8 – Panorama dos relatórios de sustentabilidade das 25 empresas selecionadas na segunda triagem

Posição	Empresa	Sede	Ano do Relatório	Número de páginas	Particularidades
2ª	JBS	SP	2018	180	Modelo <i>GRI</i>
3ª	Vale	RJ	2018	104	Modelo <i>GRI</i>
4ª	Raízen	SP	2018/2019	110	Modelo <i>GRI</i>
5ª	Ultrapar	SP	Não há	-	-
6ª	Cosan	SP	2018	51	Modelo <i>GRI</i>
7ª	Braskem	BA	2018	109	Modelo <i>GRI</i>
9ª	Cervejaria Ambev	SP	2018	84	Modelo <i>GRI</i>
11ª	Gerdau	SP	Não há	-	-
12ª	Cargill	SP	Não há	-	Informações no site
13ª	ADM	ES	2018	44	Somente em Inglês / <i>GRI</i>
15ª	Bunge	SC	2018	53	Modelo <i>GRI</i>
17ª	ArcelorMittal Brasil	MG	Não há	-	Informações no site
18ª	BRF	SP	2018	126	Modelo <i>GRI</i>
19ª	Marfrig	SP	2018	47	Modelo <i>GRI</i>
20ª	Copersucar	SP	2016/2018	46	Modelo <i>GRI</i>
21ª	Shell Brasil	RJ	2017	71	Somente em Inglês

23 ^a	FCA Automóveis	MG	2018	148	Somente em Inglês / <i>GRI</i>
24 ^a	Enel Brasil	RJ	2018	81	Modelo <i>GRI</i>
29 ^a	Samsung	AM	2019	144	Somente em Inglês / <i>GRI</i>
30 ^a	CSN	SP	2016/2017	142	Modelo <i>GRI</i>
32 ^a	Louis Dreyfus Company	SP	2018	33	Somente em Inglês
34 ^a	Volkswagen	SP	Não há	-	-
35 ^a	Embraer	SP	2018	43	Modelo <i>GRI</i>
36 ^a	Fibria	SP	Não há	-	Informações no site
40 ^a	Amaggi	MT	2018	140	Modelo <i>GRI</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Como evidenciado no referencial teórico, em meio às múltiplas pressões decorrentes do aumento da percepção social acerca da necessidade de ações sustentáveis e, também, da desconfiança em relação a propagandas e à prática do *greenwashing*¹⁷, organizações têm apostado cada vez mais na publicação de relatórios de sustentabilidade, definido como um documento anual produzido voluntariamente pela empresa após um esforço de “auditoria interna” para se apresentar perante *stakeholders*, mapear seu grau de sustentabilidade e seus impactos na sociedade e no planeta. Essa auditoria busca entender a gestão da ação e avaliá-la, conforme critérios ambientais, sociais, econômicos e, inclusive, de governança (INSTITUTO ETHOS, 2014).

Portanto, há um considerável rol de organizações desenvolvendo relatórios de sustentabilidade. Nesse contexto, destaca-se o surgimento da *Global Reporting Initiative (GRI)*, criada em 1997 pela ONG norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics - CERES*, na cidade de Boston, EUA. Composta por uma rede diversificada em público de interesse, levou a cabo a missão de desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a estruturação de relatórios de sustentabilidade no mundo todo. As Diretrizes da *GRI* para composição do relatório de sustentabilidade podem ser utilizadas por toda e qualquer organização, independentemente de seu setor na economia.

Todas as empresas, desta pesquisa, que apresentaram relatórios de sustentabilidade adotaram o modelo *GRI*. Entretanto, a fim de garantir que o comparativo seja baseado exclusivamente em relatórios de sustentabilidade, as empresas que não apresentaram o

¹⁷ Após a *greenwashing* e, também, a *bluwashing*, que consiste em utilizar o logotipo da ONU para sinalizar uma suposta transição para a sustentabilidade, sem que práticas nesse sentido sejam efetivamente adotadas, o termo *SDG washing*, ou lavagem ODS, aponta para empresas que usam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para comercializar sua contribuição positiva para alguns ODS enquanto ignoram seu impacto negativo sobre outros. Por exemplo, uma montadora pode comercializar seus carros elétricos como salvadores do clima, algo que teoricamente impactaria de maneira positiva o ODS 13. No entanto, o cobalto em suas baterias pode ser extraído por crianças de cinco anos no Congo, contrapondo diretamente o preconizado no ODS 8 (NIEUWENKAMP, 2017).

documento com pelo menos três anos de antecedência não foram contempladas na pesquisa. Sendo assim, a terceira e última seleção deu origem ao Quadro 9, que lista as 20 maiores empresas do setor industrial no Brasil que publicaram relatórios de sustentabilidade nos últimos três anos. Esse grupo de empresas originou os resultados da pesquisa.

Quadro 9 – 20 maiores empresas do setor industrial no Brasil que publicaram relatórios de sustentabilidade nos últimos três anos

	Empresa	Subsetor dominante	Sede
1	JBS	Agronegócio /Alimentação	SP
2	Vale	Mineração	RJ
3	Raízen	Energia	SP
4	Cosan	Energia	SP
5	Braskem	Química	BA
6	Cervejaria Ambev	Alimentação	SP
7	ADM	Agronegócio /Alimentação	ES
8	Bunge	Agronegócio /Alimentação	SC
9	BRF	Agronegócio /Alimentação	SP
10	Marfrig	Agronegócio/Alimentação	SP
11	Copersucar	Energia	SP
12	Shell Brasil	Energia	RJ
13	FCA Automóveis	Automobilística	MG
14	Enel Brasil	Energia	RJ
15	Samsung	Tecnologia	AM
16	CSN	Mineração	SP
17	Louis Dreyfus Company	Agronegócio/Alimentação	SP
18	Volkswagen	Automobilística	SP
19	Embraer	Aviação	SP
20	Amaggi	Agronegócio/Alimentação	MT

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Após três seleções, chegou-se às empresas definitivamente escolhidas para a análise. Em relação às suas sedes no Brasil, a região Sudeste compreende 80% da amostra. As regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul possuem, respectivamente, apenas uma empresa na composição da amostragem. No que concerne aos subsetores preponderantes, relevam-se os de produção agrícola e/ou agropecuária, e produção e distribuição de energia.

4.2 Panorama das empresas com área de atuação e locais onde estão presentes

A segunda etapa da análise de conteúdo (exploração do material) foi iniciada nesta seção. No Quadro 10, há uma sucinta descrição de cada empresa selecionada, bem como a enumeração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mencionados em seus relatórios.

Quadro 10 – Breve descrição das 20 maiores empresas do setor industrial no Brasil que publicaram relatórios de sustentabilidade nos últimos três anos

	Empresa	Descrição	ODS mencionados
1	JBS	A JBS é uma das maiores indústrias de alimentos do mundo. A companhia opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros.	1, 2, 3, 6, 8, 12, 13 e 15
2	Vale	A Vale é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país, uma das maiores empresas de mineração do mundo e a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel.	Não há
3	Raízen	Destaca-se que a Raízen, empresa atuante nos ramos de produção de açúcar e etanol, distribuição de combustíveis e geração de energia, é uma subsidiária da Cosan (a composição acionária está dividida em 50% para a Cosan e 50% para a Royal Dutch Shell). Seu relatório foi publicado para o biênio 2018-2019, tendo como um de seus principais temas a opção da empresa pela edificação de uma economia de baixo carbono.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16
4	Cosan	O Grupo Cosan é formado por cinco empresas subsidiárias, a saber: Raízen Combustíveis e Raízen Energia, Comgás, Moove e Rumo. Sendo assim, a Cosan é uma holding, ou seja, a “empresa-mãe” de uma sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo que contém vários empreendimentos.	3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14 e 15
5	Braskem	A Braskem é uma indústria petroquímica transnacional que atua em diversos segmentos, como embalagens alimentícias, construção civil, industrial, varejo, automotivo, agronegócio, saúde e higiene, dentre outros.	Todos
6	Cervejaria Ambev	A produção da Cervejaria Ambev concentra-se em cervejas, refrigerantes, energéticos, sucos, chás e água.	
7	ADM	A Archer Daniels Midland (ADM) é um conglomerado de empresas que atua no setor de produção e transformação de grãos de cereais e plantas oleaginosas.	2, 6, 8, 13 e 15
8	Bunge	A Bunge é uma empresa multinacional de agronegócio e alimentos, com origem nos Países Baixos e robusta atuação no Brasil, onde é a principal empresa do ramo agroalimentar e a maior exportadora do país.	6, 8, 9, 12, 13, 15 e 16
9	BRF	A BRF é uma empresa multinacional brasileira do ramo alimentício, fruto da fusão entre Sadia e Perdigão, duas das principais empresas de alimentos do Brasil.	1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 16 e 17
10	Marfrig	A Marfrig Global Foods é uma das maiores companhias de alimentos à base de proteína animal do mundo. Sua atuação concentra-se na produção de carne bovina.	2, 3, 6, 8, 12, 15 e 16
11	Copersucar	A Coopersucar é a maior cooperativa brasileira de açúcar e etanol e um dos maiores exportadores globais de ambos os produtos, atuando em São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Suas atividades também se destinam à logística.	2, 3, 4, 8, 10, 12, 13
12	Shell Brasil	A Royal Dutch Shell, ou simplesmente Shell, é uma empresa multinacional petrolífera anglo-holandesa, que tem como principais atividades a refinação de petróleo e a extração de gás natural.	7, 8, 9, 12, 13 e 17
13	FCA Automóveis	A Fiat Chrysler Automobiles é um conglomerado industrial ítalo-americano que junta as marcas Fiat, Chrysler e Jeep, figurando, assim, entre os fundadores da indústria automobilística europeia. No Brasil, suas operações estão concentradas em Betim, município da Região Metropolitana de	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13

		Belo Horizonte, e em Goiana, no estado de Pernambuco.	
14	Enel Brasil	A Enel Brasil, fundada em 2005, é uma empresa brasileira do ramo de energia elétrica controlada pelo grupo italiano Enel. No país, atua no Ceará, em Goiás, no Rio de Janeiro e em São Paulo.	Todos
15	Samsung	Samsung Electronics Company Limited, ou simplesmente Samsung, é uma corporação transnacional sul-coreana que atua em diversos ramos da área de tecnologia da informação, com destaque para a fabricação de produtos de som, imagem, armazenamento e transmissão de dados, dentre outros.	1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16 e 17
16	CSN	A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é a maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina, e uma das maiores do mundo nesse ramo. Além disso, atua com mineração, beneficiamento, processamento e distribuição, logística, produção de cimentos e energia.	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16
17	Louis Dreyfus Company	A Louis Dreyfus Company é uma empresa comercial global envolvida na agricultura, processamento de alimentos, remessas internacionais e finanças.	1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17
18	Volkswagen	A Volkswagen é uma fabricante alemã de veículos que pertence ao Grupo Volkswagen. Considerando o número de veículos vendidos por ano, é a maior fabricante de automóveis do mundo.	Não há
19	Embraer	A Embraer S/A é um conglomerado transnacional brasileiro, fabricante de aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares, peças aeroespaciais, serviços e suporte na área.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17
20	Amaggi	A Amaggi é uma das empresas líderes do agronegócio na América Latina e com atuação em 7 países. Além de trading, a companhia tem ramificação nas áreas de sementes, transporte fluvial, beneficiamento de soja, geração de energia e na área financeira.	1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16 e 17

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.


















4.3 Categorias de análise

A exploração do material prosseguiu com o detalhamento de cada relatório de sustentabilidade, de maneira a evidenciar as ações sustentáveis empregadas no ano (ou período) de publicação do documento, bem como seus pontos positivos e negativos, com especial atenção aos principais problemas ocasionados pela atividade dominante de cada indústria.

Procurou-se estabelecer um comparativo entre as informações apresentadas, os modelos de sustentabilidade organizacional de cada empresa e o referencial teórico, analisando as informações contidas nos relatórios à luz da literatura que trata do assunto, e acrescentando novas referências quando necessário, a fim de complementar as análises e sustentá-las mediante uma bibliografia atualizada.

Com o propósito de induzir uma análise comparativa entre as empresas selecionadas, todos os relatórios de sustentabilidade foram submetidos às cinco dimensões da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Contudo, ressalta-se que os ODS são transversais e muitos envolvem mais de uma categoria. Para solucionar esse problema, a dimensão preponderante definiu a classificação de cada Objetivo Global, conforme disposto no Quadro 11, que explica, também, os critérios utilizados para esse agrupamento.

Quadro 11 – Agrupamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas dimensões da Agenda 2030

Dimensão	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável selecionados	Critério de seleção
Pessoas	    	Objetivos e metas majoritariamente ligados ao social
Planeta	    	Objetivos e metas majoritariamente ligados ao ambiental
Prosperidade	    	Objetivos e metas majoritariamente ligados ao econômico
Paz		Objetivos e metas majoritariamente ligados ao institucional
Parcerias		Objetivos e metas majoritariamente ligados às parcerias

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3.1 Pessoas

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável particularmente intrínsecos ao primeiro eixo da Agenda 2030 são: 1, 2, 3, 4 e 5.

Dessa forma, apesar de muitas empresas apresentarem dados quantitativos referentes aos seus Recursos Humanos, a primeira dimensão analisada buscou focar a atuação dessas organizações no que tange a promoção do desenvolvimento humano em municípios e nas comunidades carentes ao redor de suas instalações. As únicas políticas empresariais internas consideradas neste item foram a promoção do bem-estar, saúde e segurança de colaboradores, a

educação corporativa e a igualdade salarial entre mulheres e homens, que cumprem o preconizado nos ODS 3, 4 e 5.

Isso se justifica porque as empresas instaladas no Brasil, país que apresenta históricas e persistentes mazelas sociais, são convocadas a dispender atenção especial às pautas sociais, de maneira a complementar a atuação dos outros atores. A opção das organizações pelo Investimento Social Privado a iniciativas sociais geridas por Organizações da Sociedade Civil ou o auxílio ao Estado em políticas públicas direcionadas nesse sentido, por exemplo, despontam como ações necessárias para garantir o desenvolvimento sustentável do país, como parte de um esforço multisetorial, e, conseqüentemente, a própria perenidade dos negócios, tendo em vista o incremento na prosperidade e nas condições para que o trabalho seja realizado em um ambiente institucional sólido, com formação acadêmica de qualidade e oportunidades para todas e todos.

No Brasil, a Vale concentra suas metas sociais em três núcleos: geração de renda local, saúde básica e educação básica. O documento menciona a responsabilidade social da empresa em outros países, como Indonésia e Moçambique, ainda que suas principais empreitadas sociais aconteçam em municípios brasileiros, sendo a Fundação Vale uma importante ferramenta de promoção de desenvolvimento nos territórios onde a Vale opera, por meio de apoio à educação, à promoção da saúde e ao fomento de negócios sociais. Em adição, tendo em vista que seu ramo de atividade é altamente impactante para as pessoas, a Vale reafirma medidas de segurança e cuidado para com as comunidades próximas às suas operações. Apesar da tragédia em Brumadinho/MG, há, também, exemplos de programas voltados à saúde ocupacional de seus colaboradores. Por fim, o documento aborda questões de diversidade e igualdade, com destaque para o projeto “Talento Não Tem Gênero”, responsável por aumentar a participação feminina em unidades operacionais de Minas Gerais e do Pará, com a ocupação de cargos de operação de equipamentos de grande porte.

A Raízen apresenta, como principal ação do eixo Pessoas, sua política de igualdade entre gêneros. Como exemplos de práticas adotadas, destacam-se a diretriz de envolver, nas etapas finais de contratação de um novo colaborador, a mesma proporção entre candidatos de ambos os gêneros, e a licença-maternidade de 180 dias, como aprimoramento do benefício previsto em lei. Há, também, a capacitação de colaboradores, por meio da Universidade Raízen.

Por sua vez, a Cosan manifesta, em seu relatório, que buscou um diálogo constante com as comunidades das áreas onde atua para criar estratégias que transformem realidades e se perpetuem ao longo do tempo, impactando mais de 5 milhões de pessoas, beneficiadas com ações de responsabilidade socioambiental da Rumo, empresa subsidiária, incluindo projetos educacionais, ambientais, de inclusão social e esportivos.

Para a Coopersucar, o foco está na segurança dos colaboradores na condução das operações logísticas para a movimentação de açúcar e etanol. Para tanto, a empresa aposta na conscientização de seus funcionários, por meio do projeto “Operação Segura”. Na Shell Brasil, a opção preferencial pela segurança dos colaboradores também é patente.

No ramo alimentício, a JBS apresenta, no início de seu relatório, um breve panorama de suas ações de aperfeiçoamento técnico, destinadas aos colaboradores que desejam acelerar suas carreiras na empresa. Além disso, a organização exprime que contribui de forma contínua para o desenvolvimento das comunidades do entorno das suas operações. Isto se dá por meio do apoio a diversas iniciativas voltadas à educação e formação de crianças e jovens, à profissionalização de jovens e adultos e à capacitação e inclusão social de pessoas com deficiência. Em seguida, destaca exemplos de programas que efetivam essas aspirações. Também, são realçados o bem-estar, a integridade de seus colaboradores, diretos e indiretos, e a prevenção de acidentes, à luz do Programa de Segurança e Saúde de Autogestão (PSSAG).

A AMBEV salienta sua política de licença-maternidade e paternidade a todos os colaboradores, bem como o reconhecimento de que deve haver equidade de gênero no quadro de funcionários, ainda que as mulheres sejam minoria na empresa. Não obstante, a empresa é signatária dos Princípios das Nações Unidas para o Empoderamento das Mulheres e do Compromisso LGBT e do Fórum de Empresas e Direitos LGBT. A exemplo de outras companhias, a AMBEV conta com uma universidade corporativa e com outros canais de treinamento, aperfeiçoamento e qualificação de seus colaboradores.

Na ADM, o combate à fome em regiões abrangidas pelas atividades da empresa, ações sociais em prol de mulheres empreendedoras em comunidades carentes e a diversidade enquadram-se no eixo Pessoas, em confluência com a dimensão Parcerias. Conquanto, não foram encontradas iniciativas em território brasileiro.

A Bunge, também uma transnacional, destaca em seu relatório políticas de âmbito social realizadas no Brasil, como saúde e segurança dos consumidores, dos colaboradores e treinamento e desenvolvimento de funcionários. O documento reforça a não tolerância à discriminação de qualquer tipo, ao assédio moral e sexual, além de orientar as ações e iniciativas relacionadas à promoção da diversidade (gênero, deficiência, idade, crença, etnia) e da inclusão.

Na BRF, ações semelhantes foram encontradas no relatório, que cita a saúde, segurança e o bem-estar de colaboradores – com 100% dos trabalhadores da companhia representados por comitês formais de saúde e segurança, inclusive com um Programa de Saúde por Gênero e Faixa Etária: – além de educação corporativa, diversidade. Externamente, destacam-se o relacionamento da empresa com as comunidades no entorno de suas operações e as reduções do teor de gordura, sódio e açúcar em suas mercadorias, além de uma revisão permanente do que é considerado um “produto saudável” para a companhia.

O relatório da Marfrig realça a saúde e segurança ocupacional, com enfoque na redução do número de acidentes. Na seção “Pessoas”, apresenta suas políticas de remuneração, benefícios e treinamentos. Contudo, há menção a ações externas, contribuir para o desenvolvimento e bem-estar social das comunidades em que está inserida, não somente no Brasil.

Para a Amaggi, o enfoque se dá ao recrutamento e treinamento, abarcando, inclusive, temas ligados a direitos humanos. Saúde e segurança ocupacional também foram mencionadas no reporte.

No subsetor automobilístico, a FCA ressalta a aplicação dos ODS 3, 4 e 5, abordando de maneira aprofundada desde a segurança dos veículos produzidos até o tratamento aos seus colaboradores. Enquanto isso, a Volkswagen apresenta como única política neste eixo a estruturação de um programa de estímulo à diversidade, com a publicação da Política de Diversidade da Volkswagen do Brasil. Observa-se, ainda, que o Comitê Executivo da empresa não possui nenhum cargo ligado à sustentabilidade, ou sequer à Responsabilidade Social Corporativa. Talvez por essa razão, o restante do documento apresenta exclusivamente assuntos relacionados a Recursos Humanos, gestão, operações e vendas.

No relatório da Enel Brasil, a sustentabilidade é encarada com maturidade e sob variados prismas, aproveitando a riqueza de se trabalhar esse conceito no ambiente organizacional e na

atuação da empresa perante o mundo. Na dimensão Pessoas, então, acentuam-se o engajamento dos colaboradores e das comunidades locais. Também, a saúde e a segurança laboral recebem lugar de destaque. Todas essas práticas são permeadas pelos demais eixos.

A Samsung manifesta o compromisso de minimizar os impactos à saúde e ao meio ambiente relacionados ao uso de produtos químicos, bem como seus esforços para criar um espaço onde os funcionários possam trabalhar sem preocupações com sua saúde e segurança nos processos de fabricação. Além disso, são executados programas de educação profissionalizante para promover o desenvolvimento das comunidades locais, ao mesmo tempo que a companhia fornece uma variedade de suporte (por meio de funcionários e tecnologia) para permitir que os residentes e comunidades locais construam as capacidades necessárias para planejar um futuro melhor. Em complemento, a empresa destaca novas maneiras de ajudar as mulheres no mundo e preparar os jovens para o futuro.

O relatório da CSN menciona ações de responsabilidade social e predileção pelo bem-estar das comunidades em que está inserida. Um importante impulsionador desses projetos é a Fundação CSN, que tem a educação como base de todas as suas ações sociais e se relaciona diretamente com as áreas de recursos humanos, sustentabilidade e relações institucionais da empresa para colocar em prática suas iniciativas. As práticas e treinamentos de seus colaboradores visando à segurança durante os processos produtivos também foram ressaltadas no documento. A companhia também possui um programa voltado para estagiários de cursos de nível técnico e Jovens Aprendizes, além de incentivar a capacitação de seus funcionários, ao conceder bolsas de estudo para cursos de nível técnico, graduação, pós-graduação, MBA e idiomas. Em relação ao ODS 5, mencionado no reporte, foi encontrada apenas uma comparação entre as médias salariais dos homens, R\$ 2.816,78, e das mulheres, R\$ 3.309,19. Apesar disso, entende-se que essa discrepância se deve ao fato de que a maior parte das mulheres ocupa cargos corporativos, enquanto a maioria dos homens encontra-se na siderurgia. Assim, nenhuma política efetiva de igualdade de gênero foi identificada nesta empresa.

Em contrapartida, o relatório da Louis Dreyfus Company destaca sólidas iniciativas de Recursos Humanos no sentido da diversidade, além de ações para o empoderamento feminino em comunidades locais abrangidas pelas atividades da empresa. No entanto, não há indicativo de que

as atividades mencionadas aconteçam no Brasil. Protocolos específicos de saúde e segurança dos colaboradores também constam no reporte.

Para a Embraer, destacam-se o investimento em capital humano, especialmente em jovens, e os cuidados com a saúde e o bem-estar dos colaboradores. Além disso, a empresa possui duas estruturas para desenvolver ações de impacto social nas comunidades vizinhas às suas operações: no Brasil, o Instituto Embraer de Educação e Pesquisa e, nos Estados Unidos, a Fundação Embraer.

Políticas de inclusão de pessoas com deficiência (PcD) foram encontradas em todos os relatórios selecionados, ainda que isso não signifique que, automaticamente, todas as empresas analisadas são inclusivas (SOUZA et al., 2019).

4.3.2 Planeta

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável majoritariamente compreendidos pelo segundo eixo da Agenda 2030 são: 6, 7, 12, 13, 14 e 15.

Considerando o ramo de atuação da JBS, a indústria frigorífica, apesar de menções ao bem-estar animal, o reúso de água, o combate às mudanças climáticas e à busca por uma economia circular em suas operações, a inexistência de um sólido direcionamento das ações empresariais pela Agenda 2030 pode ser um empecilho para que suas operações contribuam para o atingimento do desenvolvimento sustentável.

A AMBEV, também do subsetor alimentício, apresenta pilares ambientais como gestão da água, agricultura sustentável, mudança climática e embalagem circular, também apresentando ações de eficiência energética, como a instalação de painéis solares na cervejaria de Uberlândia/MG. Do mesmo modo, a ADM concentra suas ações ambientalmente responsáveis na agricultura sustentável, redução do consumo de água, mitigação das mudanças climáticas e conservação da vida na terra, com redução de resíduos para aterros e combate ao desmatamento. O mesmo se aplica às ações ambientais da Bunge e Cargill. A BRF acrescenta a ecoeficiência e o bem-estar animal a esse rol de políticas das empresas produtoras de alimentos no eixo Planeta.

Igualmente, o bem-estar animal ganhou destaque no reporte da Marfrig, com enfoque nos ODS 12 e 15. Da mesma forma que as empresas que a antecederam nesta análise, reforça suas políticas de gestão ambiental, com opção crescente por energias renováveis, redução do consumo de água, proteção da biodiversidade, gerenciamento das emissões de gases efeito estufa para a mitigação das mudanças climáticas e redução no volume de resíduos sólidos e efluentes gerados por suas atividades, bem como sua correta destinação. E a Amaggi adiciona a logística responsável, o monitoramento e a mitigação de impactos socioambientais na cadeia de fornecedores.

Destaca-se que a reportagem publicada pela revista *The Economist* (2020) com base em um estudo da Global Canopy, em parceria com o Stockholm Environment Institute, endossa essa inquietação por estimar que, em 2017, mais de 35% da carne exportada pela empresa estaria relacionada a áreas desmatadas, mormente no estado do Mato Grosso, entrecortado por biomas como o Cerrado e a Amazônia. Salienta-se que, entre os 15 municípios do estado com as terras mais desmatadas ilegalmente para produção de soja, Mato Grosso, 57% de sua colheita total foi comprada pela Amaggi, a única representante da região Centro-Oeste na lista de organizações selecionadas para este estudo, ou pelas gigantes estadunidenses do agronegócio Bunge e Cargill, que também figuram entre as empresas selecionadas, ainda que as três sejam aderentes à proibição do desmatamento à base de soja na Amazônia há mais de uma década (THE ECONOMIST, 2020b).

No caso da Bunge, sua atividade principal impacta diretamente o pilar ambiental do *Triple Bottom Line*. Sabe-se que grandes áreas do Cerrado e da Floresta Amazônica cedem espaço para vastas plantações de soja, em sua grande maioria exportadas para a China e para os EUA. No entanto, a empresa “prometeu obter somente terras que não foram desmatadas, legal ou ilegalmente” (THE ECONOMIST, 2020a).

Sobre isso, a Marfrig também foi mencionada no rol de empresas produtoras de carne bovina que estão associadas ao desmatamento no Brasil (THE ECONOMIST, 2020b), algo que pode prejudicar severamente a biodiversidade, exigindo uma intensa fiscalização e políticas rígidas, alinhadas à Agenda 2030, para eliminar essas práticas. Ainda, o alto impacto ambiental da Marfrig na produção e comercialização de carne animal exigiria ações explicitamente incisivas no combate às mudanças climáticas, algo que foi pontuado nas ações da empresa, sendo algumas

delas conduzidas pelo FGVCes, mas não foi citado pelos *stakeholders* que responderam ao questionário apontado no parágrafo anterior. Entende-se que, por isso, o ODS 13 não foi diretamente referenciado em seu relatório.

No caso da ADM, o relatório aponta os esforços da empresa para criar cadeias produtivas por meio de recursos renováveis, o combate ao desmatamento e a eficiência em suas operações globais, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas. O corpo do documento aborda as ações de sustentabilidade da empresa, que estão ligadas à dimensão ambiental e à inovação para criar soluções sustentáveis. Destacam-se as soluções na agricultura, na preservação dos solos e das florestas, tendo em vista a exigência de mitigação dos impactos causados pela principal atividade produtiva desenvolvida pela empresa. Contudo, enfoca-se somente o projeto de sequestro de carbono que está em curso em uma planta da empresa no estado de Illinois, EUA, não referenciando soluções semelhantes nas operações da companhia no Brasil.

A Louis Dreyfus Company notoriamente direciona a maior parte de sua atenção à pauta ambiental, destacando seu compromisso com a produção responsável, a redução do consumo de água, energia e emissão de gases causadores do efeito estufa e o tratamento dos resíduos sólidos provenientes de suas operações.

Além dos subsetores ligados ao agronegócio e à produção de alimentos, a indústria extrativista também apresenta consideráveis impactos no meio ambiente. A primeira parte do relatório da Vale, por exemplo, pauta-se no desastre de Brumadinho/MG, explicando a tragédia e as ações adotadas para mitigar os impactos. Freitas et al. (2019) apontam que 12 milhões de m³ de rejeitos da mineração foram lançados no meio ambiente após o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, administrada pela empresa, no dia 25 de janeiro de 2019, resultando em mais de 250 mortos e uma grande área do município devastada, incluindo a contaminação de rios, do solo, do ar, a alteração dos ciclos de vetores, hospedeiros e reservatórios de doenças e os incalculáveis impactos socioambientais.

Ao analisarem as peças comunicacionais produzidas pela Vale e circuladas na região do Vale do Paraopeba, que engloba os municípios de Congonhas, Belo Vale e Brumadinho, um ano antes da tragédia, Oliveira e Oliveira (2019, p. 37) constatam que o material baseou-se “na semântica do eufemismo, uma modalidade discursiva que privilegia a imagem idealizada pela empresa sobre si mesma”. E complementam que

o que aconteceu em Brumadinho foi muito mais um crime do que um simples desastre ou um acidente de percurso do setor de mineração, pois como declararam os próprios representantes da Vale, os sinais de perigo de rompimento da barragem do Córrego do Feijão estavam dados e consubstanciados tanto nos relatórios de fiscalização e de consultoria contratados pela empresa quanto em seus próprios relatórios e que, ao que tudo indica, foram ignorados.

Na segunda parte do documento, percebe-se que os pilares do desenvolvimento sustentável são contemplados de maneira segmentada. O compromisso da empresa com a dimensão ambiental é focalizado, ainda que timidamente, com destaque para temas sensíveis à corporação, indicando ações a serem implementadas para adequar suas atividades à Agenda 2030 e ao Pacto Global das Nações Unidas. As metas da empresa em relação ao meio ambiente são globais e priorizam três temas: recuperação de áreas degradadas, gestão de recursos hídricos e efluentes, e mitigação, adaptação e resiliência às mudanças climáticas, cada qual com metas e políticas específicas, pormenorizadas no relatório.

Do ponto de vista histórico, as diversas civilizações humanas que já habitaram o planeta estiveram associadas, em maior ou menor escala, à exploração dos recursos naturais abundantes na crosta terrestre, sendo que, no Brasil, essa relação entre os seres humanos e a extração de riquezas da terra sempre foi fundamental para a economia. No entanto, a atividade mineradora sabidamente pressiona o meio ambiente natural e contribui para assimetrias sociais e econômicas. Sobre isso, Vieira (2011, p. 13) pontua que o desenvolvimento sustentável e a mineração “parecem constituir processos antagônicos em razão de inúmeros impactos socioespaciais, em geral, causados desde a implantação até ao encerramento dos seus empreendimentos”.

Ainda assim, o relatório de sustentabilidade da CSN menciona todos os ODS do eixo Planeta, notabilizando uma profusão de comportamentos sustentáveis e socialmente responsáveis nessa empresa, a despeito de sua atividade econômica altamente impactante à natureza. Seus investimentos ambientais foram relacionados principalmente: à operação e manutenção dos equipamentos de controle ambiental; ao desenvolvimento de estudos ambientais para obtenção de licenças; ao controle e monitoramento ambientais; aos recursos humanos (time ambiental); ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA); aos projetos de sustentabilidade; e aos programas de *compliance*. Planos e medidas para melhoria de sua eficiência e redução dos potenciais impactos em recursos hídricos, otimização de processos para economia de energia e diversificação da matriz energética, reciclagem de resíduos e mitigação das emissões de gases de efeito estufa também estão no rol de ações ambientalmente responsáveis da empresa. Sobre a proteção da

biodiversidade, presente nos ODS 14 e 15, a CSN comemora o decréscimo no valor de multas ambientais registradas em relação aos anos anteriores, algo positivo, mas ainda preocupante.

O subsetor automobilístico também foi contemplado na análise, visto que essa atividade impacta diretamente o meio ambiente, não somente por sua produção, mas também pela utilização dos veículos.

Enfocando o relatório da FCA Automóveis, há várias menções ao aumento da eficiência energética de seus automóveis, à otimização ambiental das operações logísticas e à economia circular, adotadas pela empresa para atenuar os impactos de sua atuação no mercado. Igualmente, a FCA Automóveis enfatiza seu compromisso na redução da emissão de poluentes atmosféricos, na boa gestão dos recursos hídricos e no descarte apropriado dos resíduos sólidos, temas sensíveis à produção automobilística. Ressalta-se que, em um contexto de emergência climática e necessidade de soluções que popularizem alternativas para obtenção de energia, os próximos passos da empresa podem ser propostos no sentido de substituir a matriz energética por combustíveis advindos de fontes renováveis, unindo os ODS 7, 9 e 13.

Em contrapartida, a Volkswagen não mencionou em nenhuma página a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ainda assim, a empresa mencionou timidamente ações de sustentabilidade, como a busca por eficiência energética em suas fábricas e a redução de emissões de CO₂ por veículo produzido. Apesar de seguir as diretrizes *GRI*, o reporte mostrou-se insatisfatório, especialmente se o escândalo de emissões de poluentes da Volkswagen, também conhecido por “*Dieseldate*”, for lembrado. Apesar das várias técnicas fraudulentas usadas pela Volkswagen, de 2009 a 2015, para reduzir as emissões de dióxido de carbono e óxido de nitrogênio de alguns dos seus motores a diesel e gasolina nos testes regulatórios de poluentes, o relatório menciona em apenas meia página os esforços da companhia para reduzir a emissão de poluentes gerada na fabricação e na utilização dos veículos pelos consumidores.

Da mesma forma, as empresas do subsetor energético e de infraestrutura demonstraram preocupação em relação à pauta ambiental. A Raízen, por exemplo, afirma que aprimora a cada safra um modelo de economia circular – não só a fim de promover a eficiência operacional, mas também para estimular a transformação da matriz energética global, com aumento da participação de energias renováveis. Em adição, suas emissões de GEE são calculadas com base nas diretrizes do *The Greenhouse Gas Protocol* e de sua versão nacional, o Programa Brasileiro GHG Protocol.

Os resultados são auditados externamente e publicados todos os anos na plataforma do programa brasileiro com vistas à transparência e ao aprimoramento da gestão. A empresa ainda conta com o programa ReduSa, que promove o uso racional dos recursos hídricos, diminuindo a captação de água de fontes externas.

O Grupo Cosan, que detém as operações da Raízen e de outras empresas dos subsetores energético e de transportes, também manifestou consciência de que as empresas têm papel fundamental no combate ao câmbio climático, tanto que publicou, pela primeira vez, um Inventário Consolidado de Emissões de Gases do Efeito Estufa. Há, ainda, uma aderência da empresa a outras agendas socioambientais globais, como o Acordo de Paris. Dessa forma, como solução, aposta na promoção do uso de biocombustíveis e na geração de energia renovável, ainda que sem menção específica ao ODS 7 no documento.

Do mesmo modo, o enfoque da Braskem especialmente às questões ambientais e às implicações sociais e econômicas que sua produção acarreta é exemplar, abarcando todos os Objetivos Globais deste eixo. Os resultados do atingimento dos ODS são acompanhados regularmente pelo Conselho de Administração, evidenciando que a sustentabilidade é parte da estratégia organizacional. Corroborando essa afirmação, a empresa adaptou as três dimensões do *Triple Bottom Line* para “operações e serviços cada vez mais sustentáveis”, “portfólio de produtos cada vez mais sustentável”, e “soluções para uma vida cada vez mais sustentável”. Além disso, por produzir polímeros, há um forte apelo para a economia circular, a gestão de resíduos eficiente – evitando a poluição dos oceanos – e o fortalecimento da reciclagem. Em complemento, foram encontradas ações de eficiência energética e hídrica, e adaptação às mudanças climáticas, sendo que a empresa foi selecionada pela sétima vez consecutiva para integrar a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2), da Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

De maneira ainda mais desafiadora, a adoção do desenvolvimento sustentável como escopo e como impulsionador de inovações e exploração de novos mercados é a garantia de que as atividades de extração e refino de petróleo da Shell Brasil não se tornem obsoletas e rejeitadas dentro de poucos anos, tendo em vista o grande impacto ambiental causado por elas. Por isso, muitas ações encabeçadas pela empresa e listadas em seu reporte de sustentabilidade são condizentes com a agenda global para o desenvolvimento sustentável, com destaque para as intenções de: desenvolver os mercados locais de energia e apoiar empresários e parceiros no

desenvolvimento e distribuição de soluções energéticas; estabelecer elevados padrões ambientais, a fim de estimular a adoção do transporte elétrico de hidrogênio e um serviço de suporte à recarga de veículos elétricos, no sentido da descarbonização da mobilidade; e contribuir para a redução das emissões globais de GEE, em conformidade com o Acordo de Paris. Por isso, foram mencionados diretamente os ODS 7, 12 e 13. Ressalta-se que, no Brasil, a empresa tem 50% das participações em uma *join venture* com a Raízen, na produção de biocombustíveis.

Todavia, mesmo se tratando de uma empresa ligada à geração de energia, ainda que não fotovoltaica ou eólica, estranha-se que o reporte da Coopersucar não tenha abordado o ODS 7. No Brasil, o setor sucroenergético desponta como uma alternativa, por apresentar grande potencial para a geração de energia renovável e, conseqüentemente, auxiliar na redução das emissões de GEE, conforme demonstrado por Duarte e Malheiros (2015) e preconizado pelas metas 7.2 e 7.a da Agenda 2030, que estipulam, respectivamente, “aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global” e “reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015, s. p.). Ainda assim, a companhia demonstra consciência de que o setor sucroenergético tem potencial relevante para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa no país, referenciando o ODS 13. Sobre isso, a empresa manifesta apoio ao RenovaBio, a Política Nacional de Biocombustíveis, instituída pela Lei nº 13.576/2017.

No reporte da Enel Brasil, todos os ODS do eixo Planeta foram citados, com predileção da empresa pelo crescimento por meio de tecnologias de baixo carbono e pela redução de resíduos, emissões de poluentes e consumo específico de água. Devido ao seu nicho de mercado, a companhia pode contribuir fortemente com o sucesso da Agenda 2030, especialmente por meio dos ODS 7 e 13.

A Samsung, por sua vez, retoma o uso eficiente da água, na tentativa de minimizar o impacto sobre os recursos hídricos. Por ser uma empresa do ramo tecnológico, demonstra consciência de sua responsabilidade para a expansão do uso de energias renováveis no enfrentamento às mudanças climáticas globais e diminuição de sua pegada ambiental, inclusive em seus locais de trabalho, por meio da instalação de painéis solares, unidades geotérmicas e da

reciclagem e reutilização de recursos. No mais, são listados cinco princípios de economia circular: a expansão do uso de materiais reciclados; melhoria da durabilidade do produto; embalagem compacta do produto; redução do uso de recursos naturais virgens; e extensão da vida útil/uso do produto. Além disso, a companhia tem empreendido atividades de proteção do ecossistema, incluindo a identificação de espécies ameaçadas de extinção perto dos locais de trabalho, incentivando de forma consistente a proteção de seus habitats.

Na área ambiental, um esforço permanente da Embraer tem sido a redução dos impactos ambientais associados às aeronaves que fabrica – o que é feito no âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado de Produtos Ambientalmente Sustentáveis (DIPAS). O trabalho inclui a gestão de substâncias perigosas, modificação de componentes para alcançar melhorias de eficiência, controle de emissões de CO₂ e maior eficiência de combustível e uso de materiais.

4.3.3 Prosperidade

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável frontalmente abordados pelo segundo eixo da Agenda 2030 são: 8, 9, 10 e 11.

Assim, esta dimensão não contemplou o desempenho financeiro das empresas avaliadas, mas sim, as ações de fomento e engendramento de prosperidade às pessoas, comunidades e cidades, bem como a busca pela redução das desigualdades e pelo trabalho decente em suas plantas. Igualmente, empreitadas no sentido da geração de empregos, inovação, tecnologia e infraestrutura foram selecionadas e comentadas.

Nesse sentido, a JBS destaca seus investimentos de mais de R\$ 38,5 milhões em projetos de inovação para os mercados interno e externo, sobremaneira na criação de produtos, ainda que parte dessa aplicação tenha se destinado a melhorar o serviço aos clientes, por exemplo. Ainda, em relação à sustentabilidade, a empresa afirma que pretende alcançar a liderança no uso sustentável dos recursos naturais, minimizando a sua pegada ambiental e reduzindo a geração de resíduos. Isso demonstra uma predileção à ecoeficiência, aliada a processos inovadores. No entanto, não foram encontrados exemplos de ações dessa natureza, com a ressalva de que a companhia promete, em seu relatório, iniciar a implementação de diretrizes estratégicas para a sustentabilidade em 2020.

A Vale pontua que os recursos sociais empregados pela companhia foram destinados, em sua maior parte, à infraestrutura urbana e mobilidade, comunidades tradicionais e povos indígenas e geração de trabalho e renda. Em relação à inovação, a empresa concentra suas explicações acerca de novas maneiras encontradas para o empilhamento de rejeitos, como solução alternativa à necessidade de construção de novas barragens.

O relatório da Raízen expõe ações que confluem sustentabilidade e inovação, fazendo com que a empresa figurasse entre as dez mais inovadoras do Brasil, em um ranking elaborado pela revista Forbes. Um exemplo é o Pulse, um espaço de encontro e circulação de executivos do setor, representantes de grandes empresas e formadores de opinião, que tem colaborado diretamente com o desenvolvimento de *startups*, além de outros projetos de inovação operacional. A exemplo da literatura abordada no referencial teórico, há uma janela de oportunidade aberta para que a união do conhecimento acadêmico, de *startups* e grandes empresas seja frutuosa no que tange o atingimento do desenvolvimento sustentável (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000) (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017). Ainda que a empresa incentive os funcionários a contribuírem com projetos sociais cadastrados no Fundo da Infância e Adolescência (FIA), por meio de recursos do Imposto de Renda, o relatório não explora nenhuma ação empresarial de promoção do desenvolvimento local, constatação replicada no relatório da Cosan, sua *holding*.

A Braskem apresenta uma série de ações no eixo Prosperidade, assentadas em inovações em Pesquisa & Desenvolvimento de polímeros e na manutenção de uma plataforma de empreendedorismo sustentável, chamada de Braskem Labs, que atua em conjunto com *startups*. Em adição, a Shell Brasil aborda diretamente os ODS 8 e 9, respectivamente, ao defender o emprego digno como um caminho crítico para sair da pobreza, rumo à prosperidade, e ao demonstrar apoio a projetos que podem fornecer energia confiável e acessível em áreas rurais com pouca ou nenhuma infraestrutura de energia, ressaltando a importância da inovação em Pesquisa & Desenvolvimento.

Por sua vez, a AMBEV apresenta o empreendedorismo como um pilar para a sustentabilidade organizacional, mencionando um esforço especial para integrar pequenos e médios empreendedores à cadeia produtiva, a fim de estimular empreendedores e desenvolver social e economicamente as comunidades localizadas aos arredores da empresa. Destacam-se

iniciativas como a plataforma “Reciclar pelo Brasil”, em parceria com a Coca-Cola do Brasil, que tem como objetivo investir no desenvolvimento de cooperativas de catadores no país e, conseqüentemente, facilitar o acesso à indústria recicladora, visando ao aumento de renda dos catadores, o programa VOA, que busca compartilhar os conhecimentos da empresa em gestão com organizações não governamentais, e o fomento à inovação, por meio de uma aceleradora e, de parcerias com *startups*, a exemplo das empresas analisadas anteriormente.

A ADM é assertiva ao mencionar o trabalho decente e o crescimento econômico, à luz do ODS 8, levando em conta que sua vasta cadeia de suprimentos afeta comunidades locais, com especial atenção a mulheres agricultoras e pequenos produtores.

O reporte da Bunge menciona os ODS 8 e 9 na gestão de fornecedores e no equilíbrio entre o crescimento econômico e a responsabilidade socioambiental das operações, inovando para a otimização do consumo de matérias-primas e à destinação ambientalmente correta de todos os resíduos industriais, resultando em uma confluência entre as dimensões Prosperidade e Planeta.

No relatório da BRF, o aporte no capital intelectual é tido como fundamento para a concretização do propósito dessa empresa, de maneira a favorecer o desenvolvimento de novos produtos. Para o público externo, são mencionadas ações de Investimento Social Privado.

A Copersucar incentiva a produção sustentável de alimentos, a pesquisa e a inovação na agricultura e o funcionamento adequado dos mercados de *commodities*. Além disso, a companhia tem participações e *joint-ventures*, ligadas à produção e comercialização de açúcar e biocombustíveis.

Em conformidade com o referencial teórico, a Amaggi deixa claro em seu relatório que o desenvolvimento de seus negócios só será viável se ela estiver contribuindo com o desenvolvimento das regiões onde atua. Por isso, são abordados temas como desenvolvimento local, impactos socioambientais nas comunidades, geração de emprego e renda, e disseminação de conhecimento. De maneira complementar, a empresa possui uma Política de Investimento Social Privado, com ações planejadas e executadas pela Fundação André e Lucia Maggi, sendo que todos os recursos destinados aos projetos e programas são previstos em orçamento anual. E, além das ações e dos projetos desenvolvidos diretamente pela Fundação, são formadas diversas parcerias com instituições sociais, criando um processo de colaboração focado no

desenvolvimento dos municípios e no desenvolvimento regional. Como inovação voltada não somente às suas operações, mas à prosperidade dos atores envolvidos com a empresa, destaca-se a avaliação geoespacial dos fornecedores segundo os critérios socioambientais da companhia: a plataforma “ORIGINAR” tem permitido customizar a assistência técnica levada aos produtores parceiros e identificar áreas prioritárias para investimento em projetos de sustentabilidade.

No que tange às operações da FCA Automóveis no Brasil, especificamente nos arredores de sua planta em Betim/MG, destacam-se as oportunidades de desenvolvimento local e impactos positivos gerados pelos programas Árvore da Vida, Cooperárvore e Rota do Saber, que dizem respeito, também, às dimensões Pessoas, Planeta e Parcerias.

Para a Enel Brasil, a criação de valor econômico e financeiro – inclusive para as comunidades locais que a envolvem – a inovação e digitalização e a melhora operativa para um serviço de qualidade demonstram uma aproximação das ações responsáveis da empresa com o referencial teórico explorado, pois verifica-se um equilíbrio entre sustentabilidade organizacional e promoção do desenvolvimento sustentável para o público externo.

A Samsung, por sua vez, ressalta que está comprometida em buscar inovação e novos impulsionadores de crescimento para compartilhar tecnologias relacionadas com a sociedade. Para tanto, executa programas e sistemas para construir uma cultura inovadora e expandir os investimentos em P&D e a produtividade. Como práticas internas, são mencionados o oferecimento de oportunidades iguais a todos os funcionários e candidatos, bem como a não tolerância de nenhum tipo de discriminação com base na nacionalidade, raça, sexo, idade, religião, estado civil, orientação sexual, status social, gravidez, deficiência física, serviço militar, informações genéticas ou propensão política.

Das práticas realizadas pela Louis Dreyfus Company no eixo Prosperidade, reforçam-se duas que ocorrem em solo brasileiro, em comunidades da Ilha de Marajó e de Rurópolis, no Pará. Essas iniciativas buscam aprimorar a produção de açaí na região por meio da entronização de novas tecnologias, capazes de melhorar a produtividade, a qualidade e a lucratividade para os produtores locais, considerando, também, variáveis socioambientais.

Enquanto isso, na Embraer, os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação se mostram decisivos para a competitividade da empresa. Colaboradores são incentivados a auxiliar

nesse processo por meio de torneios e desafios promovidos pela companhia. Não obstante, parcerias com startups, universidades, órgãos governamentais e outros atores complementam seu processo inovativo.

4.3.4 Paz

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável intrínseco ao terceiro eixo da Agenda 2030 é o 16. Nele, há um apelo para a construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Sachs (2015, p. 4) destaca que, apesar de a responsabilidade acerca do atingimento do desenvolvimento sustentável recair sobre as grandes empresas, a realidade demonstra que, “frequentemente, essas companhias são protagonistas em escândalos de corrupção, subornando agentes públicos para afrouxar regulações ou políticas tributárias em favor próprio, e evasão de divisas, lavagem de dinheiro e causando severos danos ao meio ambiente”.

Recentemente, a JBS sofreu danos em sua imagem institucional por esse motivo. Um escândalo amplamente noticiado envolveu a alta cúpula da organização e partidos políticos, nas Eleições de 2014, uma vez que essa empresa, controlada pelo grupo J & F, foi a maior doadora a campanhas no pleito do referido ano. Em contrapartida, os números da organização, o desempenho dos negócios e a estrutura de ética e *compliance* ocuparam a maior parcela do documento. Entende-se que, devido ao motivo supracitado, exista uma preocupação em reconquistar a confiança de *stakeholders* e possíveis parceiros comerciais.

Conforme mencionado anteriormente, o relatório da Vale enfoca o desenvolvimento regional e as ações localizadas de Responsabilidade Social Corporativa que a empresa realizou em 2018. Para o eixo Paz, sublinha-se a manifestação de respeito da empresa para com os direitos humanos, pois seu reporte alude à Carta Internacional de Direitos Humanos da ONU. Além disso, explica que seu principal instrumento de governança sobre estes temas é o Código de Conduta Ética, que estabelece as regras que devem ser seguidas por todos os empregados, bem como pelas subsidiárias e das sociedades direta e indiretamente controladas, em relação às leis e aos regulamentos internacionais anticorrupção e no combate a práticas ilícitas.

No setor energético, releva-se que a Raízen apresenta uma série de medidas para evitar o estabelecimento de contratos com empresas que empregam pessoas em condições de trabalho escravo ou análogo a escravo, envolvidas em atos de corrupção e com inconformidades em relação à legislação ambiental. Além disso, seus fornecedores são avaliados periodicamente para garantir o relacionamento comercial idôneo, em sintonia com esses princípios. A empresa conta, ainda, com um Manual Anticorrupção e com uma Política de Combate a Suborno e Corrupção, além de Treinamentos de *Compliance* Concorrencial e Anticorrupção, sendo que a organização é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos.

Por sua vez, a Braskem destaca variadas ações de governança, abordando o eixo Paz, como a realização de auditorias internas e avaliação de riscos. Analisando as contribuições externas da empresa para essa dimensão, destaca-se a elaboração da Matriz de Risco de Violação aos Direitos Humanos, seguindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Na AMBEV, destacam-se a Política de *Compliance*, o Código de Conduta, a Política Anticorrupção e a Política de Relacionamento Governamental que balizam o relacionamento da empresa com órgãos governamentais e funcionários públicos. Um ponto inédito dentre os relatórios analisados é o reconhecimento da legitimidade e do direito dos colaboradores de participarem de partidos políticos ou entidades à sua escolha. Também de forma original, por se tratar de uma empresa de bebidas alcoólicas, são destacadas atividades de conscientização e segurança no trânsito, destinadas aos consumidores e ao público em geral, em parceria com outros atores.

O respeito aos direitos humanos é um assunto recorrente também no relatório da ADM e da Coopersucar. No caso da Bunge, verifica-se consciência de que o sucesso do negócio depende, entre outros fatores, da transparência e respeito àqueles impactados pelas operações da empresa. O relatório da BRF destaca que não houve ocorrências de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio nos últimos três anos.

Neste âmbito, as ações mais recorrentes no relatório da Marfrig estão assentadas na *compliance* e no combate à corrupção, com Gestão de riscos, políticas, procedimentos, comunicação e treinamento. A ética na condução dos negócios e a gestão de riscos foram aludidas pela Coopersucar para esta dimensão analisada.

A Amaggi ressalta as parcerias que estabelece com uma série de movimentos e organismos destinados à produção e ao comércio sustentável, como a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e o The Nature Conservancy (TNC). Em adição, a predileção pela *compliance*, ética e transparência é reforçada.

Políticas de governança também recebem destaque no relatório da Enel Brasil, cumprindo o eixo Paz, como a atualização da Política de Diversidade no Conselho de Administração, obtenção da certificação anticorrupção ISO 37001 para as principais empresas italianas e extensão às empresas estrangeiras do grupo, e finalização da implementação do plano de ação para respeito aos direitos humanos e constante monitoramento dos resultados.

Semelhantemente a outras empresas, a CSN implantou o Programa de *Compliance* Corporativo, com o objetivo de garantir que suas práticas estejam de acordo com as leis anticorrupção do Brasil e exterior, nos países em que atua. Na Embraer, políticas que reforçam a ética, a transparência e o combate à corrupção também foram mencionadas.

O relatório da Embraer contabilizou 1.213 fornecedores que atuam diretamente na fabricação de seus produtos, além de mais de 3.000 parceiros relacionados à execução de atividades técnico-administrativas. Todos os contratos firmados pela empresa possuem cláusulas relacionadas a direitos humanos e respeito às legislações ambientais e trabalhistas. No ano de publicação do documento, não houve desligamento de colaboradores por descumprimento delas.

4.3.5 Parcerias

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável intrínseco ao terceiro eixo da Agenda 2030 e reforçado por ela é o 17.

Observando a literatura exposta no referencial teórico, o papel dos *stakeholders* é enfatizado em praticamente todos os relatórios.

A JBS exemplifica sua atuação na comunidade, por meio de parcerias, ao destacar as doações que realiza para entidades como o Hospital de Amor (novo nome do antigo Hospital do Câncer de Barretos) e o Instituto Germinare, entidade sem fins lucrativos voltada ao ensino

gratuito de alta qualidade, em período integral, a alunos dos anos finais do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. Também, seu relatório menciona uma parceria com instituições públicas e privadas que visa a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, iniciativa realizada em oficinas espalhadas por diversas cidades do Brasil.

Enquanto isso, a Vale destinou três páginas de seu reporte para evidenciar pilares como a transparência e a sustentabilidade para com seus acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e com a sociedade. Essa preocupação pode ser explicada, também, pelo fato de a empresa necessitar reafirmar seu compromisso com a sustentabilidade, que ficou severamente prejudicado após o rompimento da barragem em Brumadinho/MG. Após isso, ressalta o Catalisador do Desenvolvimento Local, voltado para a colaboração com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios onde a empresa realiza suas atividades, com o estabelecimento de parcerias intersetoriais, em confluência com as ações do eixo Pessoas.

Apesar de muitas ações da Vale encontrarem respaldo nos objetivos e metas da Agenda 2030 e a empresa ser associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e ao Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), o reporte poderia ter relacionado diretamente cada conquista da empresa a um ou mais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao invés disso, os ODS foram citados de maneira superficial na apresentação do relatório, impedindo, assim, a quantificação de quais foram efetivamente colocados em prática pela empresa.

O relatório da Raízen, apesar de não esclarecer se as parcerias realizadas pela empresa são direcionadas para o desenvolvimento sustentável, ao avaliar a empresa sob a ótica de sua atuação no mercado de produção de açúcar e etanol, distribuição de combustíveis e geração de energia, verificou-se que algumas parcerias foram realizadas com o intuito de mitigar riscos e potencializar a eficiência, fazendo menção direta aos ODS 7, 8 e 9. Em complemento, a empresa menciona o voluntariado como uma importante frente de atuação social, responsável pela arrecadação de roupas, itens de higiene pessoal e brinquedos.

De maneira ainda mais efetiva, a atuação da Braskem no desenvolvimento local em temas que não são abraçados pela maioria das empresas, como a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades, está amparada na literatura, que aponta uma lacuna entre a ineficiência do Estado e a baixa capacidade operacional do terceiro setor. No caso dessa empresa, por meio do

Investimento Social Privado, caracterizado em seu relatório pelo uso voluntário, planejado, monitorado e avaliado de recursos privados para a execução de iniciativas de interesse público, esse espaço é preenchido, de maneira a fomentar uma atuação participativa da comunidade, do Poder Público e de outras organizações.

May e Vinha (2012) lançam luz à importância de empreendimentos privados na pauta das mudanças climáticas e do desenvolvimento local no Brasil. Os autores afirmam que o setor privado tem adotado uma estratégia de parcerias com entidades da sociedade civil e comunidades vulneráveis para pilotar iniciativas em prol da adaptação à alteração global do clima, algo realizado e amplamente divulgado no relatório da Braskem, que valoriza consideravelmente o ODS 17, em confluência com os demais pilares, ao promover iniciativas multiatores de inclusão e diversidade, respeito às culturas locais, proteção da infância e adolescência, Educação Ambiental, ecoeficiência, inovação e voluntariado. Sobressaem, ainda, incentivos fiscais concedidos à empresa pelos estados de Alagoas e Bahia.

Do mesmo modo, no relatório da Bunge são mencionados projetos e ações de cunho social, como voluntariado, relacionamento com comunidades locais, fortalecimento da gestão pública e apoio ao desenvolvimento humano e econômico, baseados especialmente em parcerias com governos e Organizações da Sociedade Civil. De maneira semelhante, a BRF apresenta uma série de projetos alicerçados em parcerias, que abarcam produtores integrados, organizações sociais e ONGs internacionais, escolas e universidades, associações de moradores e outras empresas.

Iniciativas nesse sentido também foram encontradas no reporte da Marfrig, desde parcerias com instituições de saúde até apoio financeiro para causas sociais, passando por campanhas de conscientização dos colaboradores e de arrecadação de doações nas unidades. Tudo isso é reforçado pelo Instituto Marfrig de Sustentabilidade, voltado a promover a assistência social, cultura, educação, saúde, segurança alimentar e prática desportiva, com iniciativas direcionadas tanto aos colaboradores como às comunidades vizinhas das unidades operacionais.

Semelhantemente, a Coopersucar criou o Conecta, um programa que promove a articulação entre o Poder Público, a iniciativa privada e o terceiro setor para oferecer formação e capacitação a jovens em empreendedorismo, ações educacionais e de valorização da cultura,

diálogos sobre temas comunitários, estímulo ao esporte e promoção da saúde. O relatório da empresa também menciona que as usinas produtoras realizam investimentos sociais, beneficiando as comunidades do entorno de suas operações, com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural, para melhorar a geração de renda e reduzir as desigualdades. Dessa forma, os projetos da Coopersucar também abordam a dimensão Pessoas, por estarem diretamente ligados aos ODS 4 e 10.

A Shell Brasil evidencia que suas parcerias são firmadas com governos, acadêmicos, especialistas do setor, empresas e demais organizações do ramo energético, com vistas a fomentar a inovação, reduzir o impacto no meio ambiente e nas pessoas, melhorar a qualidade da natureza em torno de suas operações e aumentar os benefícios para as comunidades locais por meio da implementação de programas de investimento social, abarcando, assim, os eixos Pessoas, Planeta e Prosperidade. De acordo com a empresa, as parcerias também se mostram essenciais para ajudar a aprimorar os padrões e práticas ambientais e de segurança no setor.

A Volkswagen ressalta, em seu relatório, que tem buscado estruturar um programa de estímulo ao voluntariado: por meio do aplicativo VW&Eu, o gestor pode escolher a ação social que mais lhe agrada e propor uma ação em conjunto com sua equipe ou mesmo por iniciativa própria, demonstrando uma aproximação com o eixo Prosperidade.

Na Samsung, destacam-se programas que abordam uma variedade de questões sociais, como educação, saúde, emprego e meio ambiente, apoiados no compartilhamento de tecnologia avançada e cooperação com as partes interessadas. Ainda assim, não foram encontradas iniciativas específicas para a realidade brasileira, tendo em vista que essas ações são reportadas, de modo geral, para todos os países que recebem as operações desta companhia.

A CSN patrocinou 32 projetos de instituições parceiras, por meio de leis de incentivo, como GRAAC, Hospital do Câncer de Barretos, Memorial da Imigração Judaica e Hospital Albert Einstein. A Fundação CSN administra os hotéis Bela Vista e Vila Business e o Clube Recreio, em Volta Redonda. Todos os resultados financeiros dos empreendimentos são revertidos para a execução de projetos sociais da Fundação.

Por sua vez, a Louis Dreyfus Company ressalta as parcerias que estabelece, em nível internacional, com organizações não governamentais, comunidades locais, órgãos multilaterais, dentre outros atores sociais.

Finalmente, em seu rol de projetos, a Amaggi menciona que identificou, por meio de um projeto piloto em Itacoatiara/AM, as percepções de diversos públicos sobre o relacionamento entre as unidades da companhia nesse município e as partes locais interessadas. Participaram do diagnóstico: gestores locais da empresa, gestores públicos, colaboradores do Centro Cultural Velha Serpa, bem como representantes de comunidades e da imprensa local. Com os resultados desse primeiro diagnóstico, foi possível, ainda em 2018, iniciar a elaboração de diretrizes orientativas e ferramentas de apoio para o planejamento e gestão do relacionamento da companhia com as partes interessadas locais. O principal objetivo do Programa, também conhecido como “Programa Dialogação” é construir e manter o diálogo e o bom relacionamento com as partes interessadas nos municípios onde a companhia opera.

4.4 Aderência das empresas à Agenda 2030

O objetivo geral deste trabalho foi verificar se as práticas de sustentabilidade apresentadas pelas grandes empresas do setor industrial atuantes no Brasil atendem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Sendo assim, após esmiuçar os relatórios de sustentabilidade das empresas selecionadas mediante as cinco dimensões do desenvolvimento sustentável, verificou-se, por meio de seus reportes, o grau de aderência delas à Agenda 2030, por intermédio de uma escala de três níveis: “baixo”, quando a Agenda 2030 foi citada apenas nominalmente ou como complemento, sem nenhum tipo de detalhamento (vermelho); “médio”, no caso de empresas que explicaram a Agenda 2030 e pincelaram os ODS em mais de um ponto do documento (amarelo); e “alto”, para os relatórios de sustentabilidade que, em sua maioria, basearam-se nessa agenda e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (verde). Isso independe, portanto, da quantidade de menções aos Objetivos Globais, configurando uma análise estritamente qualitativa. Os dados obtidos foram compilados no Quadro 12.

Quadro 12 – Aderência dos relatórios das empresas selecionadas aos ODS

Empresa	Menção à Agenda 2030	Grau de aderência à Agenda 2030
JBS	Sim	Baixo
Vale	Sim	Médio
Raízen	Sim	Médio
Cosan	Sim	Médio
Braskem	Sim	Alto
Cervejaria Ambev	Não	Baixo
ADM	Sim	Médio
Bunge	Sim	Alto
BRF	Sim	Médio
Marfrig	Sim	Médio
Copersucar	Sim	Médio
Shell Brasil	Sim	Alto
FCA Automóveis	Sim	Alto
Enel Brasil	Sim	Alto
Samsung	Sim	Alto
CSN	Sim	Médio
Louis Dreyfus Company	Sim	Alto
Volkswagen	Não	Baixo
Embraer	Sim	Baixo
Amaggi	Sim	Médio

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Considerando o total de 20 empresas, observam-se os seguintes resultados: 20% não mencionam a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou apenas o fazem superficialmente; 40% destacam a existência dos ODS, mas listam poucas ações nas quais eles são aplicados diretamente; e os 40% restantes declaram aderência à Agenda 2030 e aos seus objetivos e metas, destacando-os em grande parte do relatório de sustentabilidade e atribuindo a essa ferramenta o caráter de balizadora das ações empresariais, conforme preconizado pela Organização das Nações Unidas ao promulgá-la.

O caso da Cervejaria Ambev e de outras empresas que abordaram timidamente, ou sequer mencionaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, lança luz à possibilidade do cumprimento de metas sustentáveis ainda que não exista um alinhamento formal e declarado com a Agenda 2030. Para a referida organização, foram detectadas ações no sentido de fomentar a economia circular – algo fundamental para uma indústria cervejeira, que lida com uma grande quantidade de embalagens – estabelecer parcerias com *startups* para estimular a inovação e mitigar os impactos das mudanças climáticas, sem que os respectivos ODS fossem mencionados.

Contudo, ao comparar o relatório dessa empresa com os documentos publicados pelas outras organizações pesquisadas, torna-se evidente que a adoção dos ODS como balizadores poderia incrementar consideravelmente a qualidade do reporte de sustentabilidade, conforme

defendido pela literatura e exemplificado por empresas como a Braskem, a FCA Automóveis e a Enel Brasil, que abordam e detalham os Objetivos Globais. Para esta última empresa, foi encontrada a seção “contribuição com os ODS” ao final de cada exemplo de prática sustentável. Além do melhoramento da reputação da organização perante seus *stakeholders*, a aderência de uma indústria global à Agenda 2030 reforça que todos os atores sociais têm um compromisso para com o atingimento do desenvolvimento sustentável em tempo hábil, complementando as ações nos âmbitos governamental e da sociedade civil.

4.5 Análise do referenciamento aos ODS

Chegou-se, então, ao tratamento dos resultados, terceira e última etapa da análise de conteúdo. Para explorar o referenciamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, buscou-se quantificar suas menções pontuais nos relatórios analisados. Algumas empresas mencionaram os ODS no sumário de conteúdos da *GRI*, como a Vale e a Embraer. Outras optaram por mencionar os princípios do Pacto Global na referida matriz ou se limitaram às diretrizes inerentes ao relatório *GRI*, mas destacaram os ODS ao longo do documento. Os resultados foram dispostos no Quadro 13.

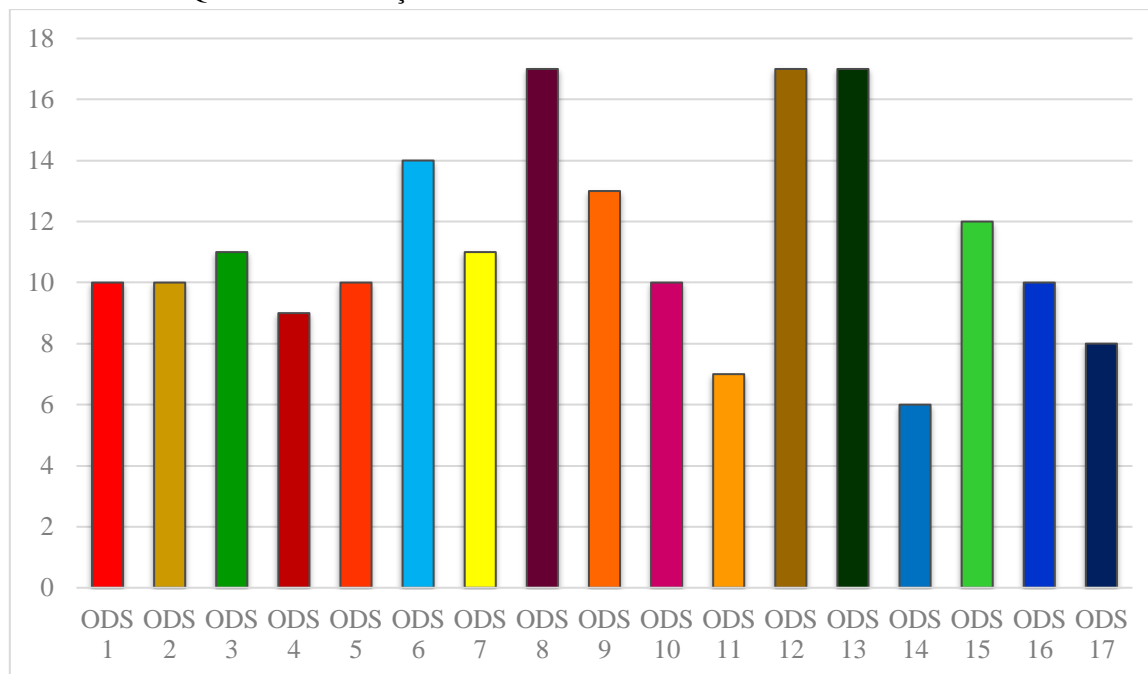
Quadro 13 – Menções pontuais das empresas selecionadas aos ODS

Empresa	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
JBS	X	X	X			X	X	X				X	X		X	X	X
Vale	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
Raízen	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Cosan			X		X		X	X	X		X	X	X	X	X		
Braskem	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Cervejaria Ambev																	
ADM		X				X		X					X		X		
Bunge						X		X	X			X	X		X	X	
BRF	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Marfrig		X	X			X		X				X			X	X	
Copersucar		X	X	X				X		X		X	X				
Shell Brasil							X	X	X			X	X				X
FCA Automóveis			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Enel Brasil	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Samsung				X	X	X	X	X	X	X		X	X		X		X
CSN	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Louis Dreyfus Company	X	X		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
Volkswagen																	
Embraer	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Amaggi	X	X	X	X				X	X	X		X	X		X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Dos vinte relatórios explorados, dezessete apresentam menções diretas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No Gráfico 1, os registros de cada ODS foram quantificados.

Gráfico 1 – Quantidade de menções a cada ODS nos relatórios analisados

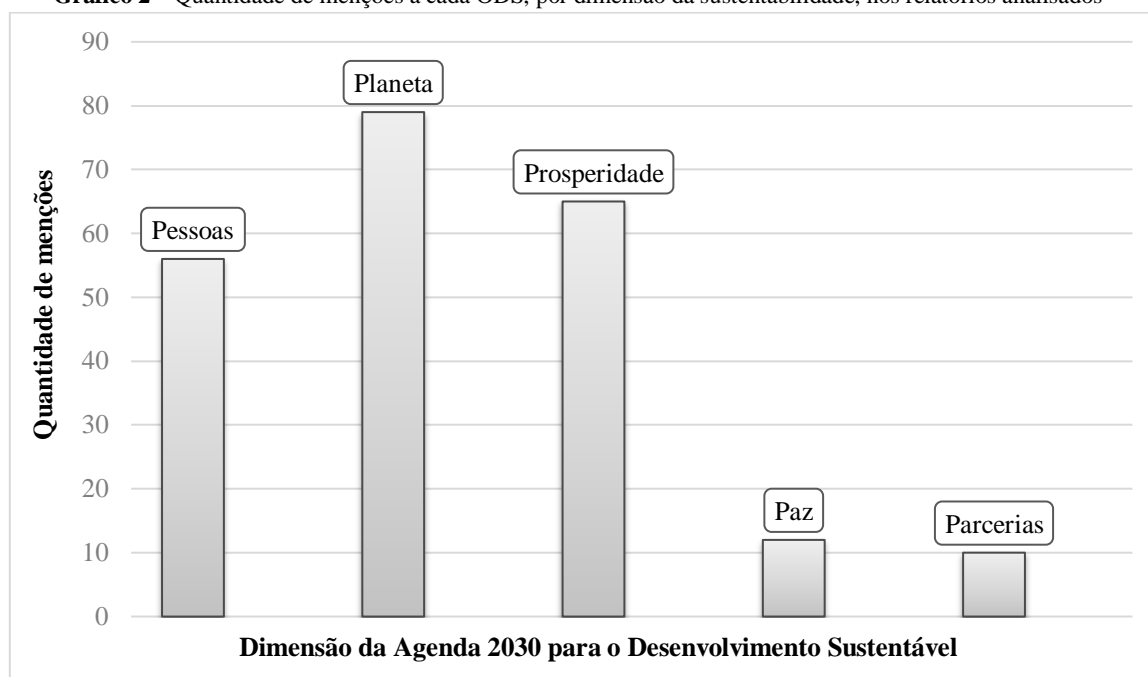


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos resultados da pesquisa.

Os ODS mais referenciados nos reportes de sustentabilidade foram: o 8 – “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”; o 12 – “Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”, destacaram-se na contagem, pois receberam menções em oito relatórios; e o 13 – “Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos”. Ambos foram citados em todos os relatórios que vincularam diretamente suas ações sustentáveis a um ou mais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Também, o Objetivo 6 – “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”.

Em seguida, foi realizada uma comparação entre as dimensões do desenvolvimento sustentável presentes na Agenda 2030, com base no número de menções aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável presentes em cada categoria. Assim, o Gráfico 2 expôs a tabulação de menções, permitindo uma conferência visual dos dados alcançados.

Gráfico 2 – Quantidade de menções a cada ODS, por dimensão da sustentabilidade, nos relatórios analisados



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos resultados da pesquisa.

Porém, tendo em vista a notável assimetria na quantidade de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por categoria, foi realizado um cálculo para garantir a parametrização dos resultados. Dessa forma, o número total de menções por pilar da sustentabilidade organizacional foi multiplicado por 1/5 do total de 17 ODS contemplados, ou seja, 3,4, de maneira a conferir o mesmo peso para cada dimensão.

$$P = \frac{3,4}{n\text{ODS}}$$

Onde:

P = Peso de cada categoria de ODS

nODS = Número de ODS por categoria

Então, para descobrir o resultado ponderado, multiplicou-se o número de ODS em cada categoria pelos seus respectivos pesos, obtidos pelo cálculo anterior.

$$R = n\text{ODS} \times P$$

Onde:

R = Resultado

nODS = Número de ODS por categoria

P = Peso de cada categoria de ODS

A partir disso, chegou-se à Tabela 1, que apresenta o resultado da incidência de cada dimensão da sustentabilidade após a parametrização do número de ODS por categoria.

Tabela 1 – Resultado da incidência de cada dimensão da sustentabilidade após a parametrização por número de ODS

Dimensão	ODS por dimensão	Total absoluto de menções	Peso por ODS	Resultado
Pessoas	5	56	0,70	39,20
Planeta	5	79	0,70	55,30
Prosperidade	5	65	0,70	45,50
Paz	1	12	3,40	40,80
Parcerias	1	10	3,40	34,00

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos resultados da pesquisa.

Com a parametrização dos resultados absolutos observados na contagem de objetivos da Agenda 2030 contemplados pelas ações empresariais, os ODS relacionados majoritariamente à pauta ambiental continuaram liderando as menções nos relatórios analisados, seguidos daqueles atrelados à dimensão econômica. A dimensão de Parcerias obteve, absoluta e relativamente, o menor número de ações sustentáveis mencionadas nos reportes de sustentabilidade. Destaca-se, ainda, que, após o cálculo, os pilares Prosperidade e Paz ultrapassaram o conjunto que congregou os ODS voltados à dimensão social (Pessoas).

O referencial teórico ressaltou que, do ponto de vista histórico, as primeiras noções referentes à sustentabilidade, ou seja, à capacidade de sustentação, ou de garantia da perenidade, de uma civilização, obrigatoriamente calcaram-se na preservação do capital natural. Essa premissa é recorrente na Economia Ecológica, pois ela admite a ciência econômica como um subsistema da ecologia, tendo em vista que as trocas entre famílias e empresas constituem um processo altamente impactante para a natureza, por meio da absorção de resíduos naturais de valor em estado de baixa entropia, que, após o transumo para fabricação de produtos ou ofertas de serviços no sistema econômico, são descartados sob a forma de resíduos sem valor num estado de alta entropia (CAVALCANTI, 2010; GEORGESCU-ROEGEN, 2012). Dessa concepção, também são exigidos “indicadores para mensurar a sustentabilidade biofísica em um cenário de *Green New Deal* e ODS” (MELGAR-MELGAR; HALL, 2020, p. 10).

De fato, Silva, De Benedicto e Longo (2019), ao realizarem uma análise bibliométrica sobre a produção acadêmica nos periódicos ligados à Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Administração (ANPAD), evidenciaram, dentre os temas abordados pelos artigos sobre sustentabilidade organizacional, uma predileção pela dimensão ambiental. Isso corrobora com a ideia de que parece haver uma legítima predileção do setor industrial para a redução de seu impacto no meio ambiente, reforçando a atuação das empresas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ligados à temática ambiental. Ainda assim, a considerável participação de grandes indústrias dos setores agroindustrial, energético, químico e automobilístico na enumeração de organizações selecionadas, ou seja, de ramos marcados por significativos impactos nos ecossistemas, acende a luz de alerta para o pilar ambiental da sustentabilidade.

Em contrapartida, abordando a conservação da natureza à luz dos interesses humanos e de uma lógica antropocêntrica, Gudynas (2019, p. 283) critica a aceitação de um “capitalismo benévolo, no qual as corporações, juntamente com governos e comunidades locais, resolverão os problemas ambientais”, sem uma visão crítica acerca do papel do respectivo tipo de desenvolvimento e sua possível ligação com o problema ambiental em questão.

Depreende-se que, no caso das empresas que produzem carne bovina, grãos e demais alimentos, faz-se cada vez mais impreterível o controle de fornecedores, afinal, “se os exportadores desejarem provar que agem com responsabilidade de uma fazenda para outra, precisarão obter e compartilhar dados sobre os elos perdidos de suas cadeias” (THE ECONOMIST, 2020b, s. p.), observando o preconizado no ODS 15. Quanto às indústrias de automóveis, aviões e plásticos, uma reorientação para a produção responsável é latente, no sentido de diminuir a dependência por recursos naturais finitos e não renováveis, como o petróleo, atendendo o ODS 12. O mesmo se aplica ao subsetor energético, que tem em mãos a possibilidade de desenvolver e implementar novas formas de obtenção de energia, à luz dos ODS 7 e 13.

Ademais, tendo em vista que a dimensão Prosperidade foi enfatizada na maioria dos relatórios de sustentabilidade das empresas analisadas, e, considerando a intrínseca relação entre o bom desempenho das organizações responsáveis no mercado, a própria publicação desse documento pode constituir um fator de sustentabilidade socioeconômica. Além disso, pautas como inovação, geração de empregos diretos e indiretos e o trabalho decente foram

recorrentemente citadas nos documentos, explicando como o pilar econômico assumiu a segunda posição após a parametrização dos ODS.

Os eixos Pessoas, Paz e Parcerias também foram contemplados, enfatizando o papel das empresas na sociedade. No entanto, considerando o potencial econômico e estrutural das grandes indústrias brasileiras, essa atuação deve ser reforçada. Com efeito, em artigo publicado em um jornal de grande circulação, o empresário Marcel Fukayama (2018, s. p.), um dos fundadores e, também, membro curador do Sistema B Brasil¹⁸, explicitou que “as empresas podem ser uma poderosa plataforma para, além de gerar riqueza, também distribuí-la e, com isso, contribuir para um dos principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o número 10 – redução de desigualdades”.

Isto posto, atendendo ao exposto no referencial teórico e baseando-se nos variados modelos que buscam estabelecer um *framework* para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, sugerem-se alguns questionamentos, à luz das premissas ecológico-econômicas exploradas anteriormente, que podem aproximar as ações social e ambientalmente responsáveis das empresas às dimensões propostas na Agenda 2030, extrapolando a simples menção dos ODS em seus relatórios de sustentabilidade. As atitudes devem respeitar os limites do Planeta, impactar positivamente a vida das Pessoas, garantir a Prosperidade da organização, ser envolvidas pela Paz e viabilizadas pelas Parcerias, conforme exemplificado na Figura 14.

Figura 14 – Esquemática para reorientação das dimensões do desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaborada pelo autor.

¹⁸ De acordo com o sítio eletrônico do Sistema B Brasil (2020), a organização busca uma nova “genética” econômica que permita que os valores e a ética inspirem soluções coletivas sem esquecer-se das necessidades particulares. Essa nova economia deve incluir todas as pessoas e criar valor integral para o mundo e para a Terra, promovendo formas de organização econômica que possam ser medidas com base no bem-estar dos seres humanos, das sociedades e da Terra de forma simultânea, e com considerações de curto e longo prazo.

Em vista desse conjunto linear de perguntas, pode-se indagar: caso uma empresa aposte em ações empresariais que não necessariamente sejam lucrativas, ou financeiramente sustentáveis, e isso eventualmente comprometa a perenidade de seus negócios, como ela poderia continuar desenvolvendo ações em prol de um mundo melhor, se estivesse fadada a fechar as portas?

A resposta é demasiadamente simples, mas exige uma compreensão da situação atual e do conjunto de “sintomas de insustentabilidade ambiental” (MUNDA, 1997, p. 213) que nos rodeia. Se a destruição da camada de ozônio, a perda da biodiversidade, a poluição tóxica no ar, em rios, lagos e solos, e a completa depleção dos recursos naturais não renováveis continuarem, a própria atividade produtiva e comercial estará automaticamente comprometida. Caso contrário, se a humanidade não estiver disposta a abraçar esse novo modelo, “talvez o destino do homem seja viver uma vida breve, mas febricitante, excitante e extravagante, em vez de uma existência longa, vegetativa e monótona. Se assim, for, que outras espécies desprovidas de ambição espiritual – as amebas, por exemplo – herdem uma Terra que se banhará ainda por muito tempo numa plenitude de luz solar!” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 134-135).

Admitindo que, nas empresas, a sustentabilidade pode estar atrelada a vantagens competitivas, ainda que, em alguns casos, gestoras e gestores comprometam-se efetivamente com a construção de “negócios generosos e regenerativos” que apresentem um “objetivo de vida” (RAWORTH, 2019), ou com acordos globais pelo desenvolvimento sustentável, como a Agenda 2030, a ausência de um sentido estrito para a sustentabilidade organizacional pode perverter a possibilidade de ações responsáveis do ponto de vista socioambiental, de maneira a atender interesses estranhos ao desenvolvimento sustentável.

“Se não buscarmos o impossível, acabamos por não realizar o possível.”
(Leonardo Boff)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável tem conquistado corações e mentes nas últimas décadas, tendo em vista que esse paradigma oferece a possibilidade de um incremento no bem-estar humano sem a extrapolação dos limites biofísicos do planeta.

Um caminho seguro para aproximar a humanidade dessa utopia percorre o atingimento dos objetivos e metas globais que integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promulgada pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas. Contudo, essa proposta não está restringida aos governos nacionais, pois seu êxito está ancorado em parcerias multiatores, multisetoriais e multiníveis, contemplando pequenas, médias e grandes empresas, Organizações da Sociedade Civil, instituições religiosas, fundações, institutos, associações, sindicatos, movimentos sociais, universidades e todos os indivíduos.

Sendo assim, este trabalho verificou se as práticas de sustentabilidade apresentadas pelas grandes empresas do setor industrial atuantes no Brasil atendem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em linhas gerais, os resultados acenam positivamente para a internalização dos ODS nas práticas das empresas selecionadas para a pesquisa. Dos 20 relatórios de sustentabilidade analisados, 17 mostraram-se afeitos à Agenda 2030, elencando ações sustentáveis nominalmente relacionadas aos Objetivos Globais. Os demais, apesar de não mencionarem a agenda global para o desenvolvimento sustentável, também destacaram práticas consideradas sustentáveis, porém, com menor intensidade e profundidade.

Para os três objetivos específicos, foram encontrados os seguintes desdobramentos:

i) assinalar a contribuição efetiva das empresas analisadas nas cinco dimensões do desenvolvimento sustentável estipuladas pela Agenda 2030, Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, à luz dos ODS, com o intuito de elencar as práticas sustentáveis detectadas nas corporações estudadas:

Percebe-se que muitos conteúdos são repetidos nos relatórios estudados, demonstrando um alinhamento das ações sustentáveis nas grandes empresas do setor industrial, com pequenas nuances de acordo com o subsetor ao qual pertencem.

Para a dimensão Pessoas, reiteram-se duas frentes de trabalho: a primeira, que congrega as ações empresariais para promoção da saúde, do bem-estar, da igualdade de oportunidades e da formação dos colaboradores; e a proximidade da maioria das empresas selecionadas às comunidades em que estão inseridas, por meio do fomento de projetos sociais destinados ao incremento do desenvolvimento humano.

A dimensão Planeta observa recorrentes políticas empresariais no sentido da mitigação das mudanças climáticas, tratamento e destinação correta de resíduos, proteção da biodiversidade, eficiência energética e gestão de recursos hídricos e efluentes. Contudo, o decrescimento da produção e a substituição gradual de matérias-primas que impactem negativamente o meio ambiente para sua extração não foram mencionados. Reitera-se que, apesar de parecer uma contradição para o capitalismo, a transição para a sustentabilidade figura como a garantia da perenidade dos negócios.

Na dimensão Prosperidade, o fomento à inovação e à ecoeficiência, bem como parcerias com *startups*, inclusive por meio de aceleradoras, ações de promoção do desenvolvimento local e Investimento Social Privado foram encontradas na maior parte das empresas. Entretanto, alternativas sustentáveis para a manutenção da produção, como a geração de empregos verdes, foram identificadas em apenas uma parte minoritária das organizações selecionadas. Diminuir a velocidade de um carro que é guiado em direção a um precipício pode adiar a tragédia, mas não impedi-la. Dessa forma, o referido eixo deve ser reorientado para mitigar, ou até negativar, sua pressão aos ecossistemas, ao passo que incrementa o bem-estar social.

Em relação à dimensão Paz, os esforços concentram-se em políticas de *compliance*, de maneira a combater atividades ilícitas, corrupção, inconformidades em relação à legislação ambiental e trabalho escravo ou análogo à escravidão. A vinculação de empresas a acordos globais em favor dos direitos humanos e de boas condutas em negócios também foi observada na maior parte das empresas.

Finalmente, para a dimensão Parcerias, foram verificadas numerosas formas de atuação *multistakeholders* e multiatores, englobando desde ações comunitárias envolvendo Poder Público, setor privado e Organizações da Sociedade Civil, até a Educação Ambiental e o voluntariado. Ainda, algumas empresas mantêm institutos, fundações e/ou programas específicos para atuarem em parceria com outras organizações e com o Estado, de maneira a promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades ao redor delas, em confluência com as dimensões supracitadas.

ii) aferir de que maneira essas políticas empresariais contribuem para a mobilidade social, a redução das desigualdades, o cuidado com o meio ambiente e a criação de consciência socioambiental:

As ações enumeradas nas seções anteriores, em confluência com a literatura abordada no referencial teórico, demonstram que as empresas efetivamente têm muito a contribuir para o atingimento da justiça social e para que a produção e o consumo não extrapolem os limites biofísicos do planeta.

Todavia, este não é um apelo ao *laissez-faire*: reforça-se que, apesar das demandas socioeconômicas e socioambientais recaírem também ao setor privado, experiências anteriores já demonstraram que o mercado é incapaz de se autorregular, necessitando do Estado para que o desenvolvimento seja alcançado. Isso se faz ainda mais evidente em um país profundamente desigual como o Brasil, que necessita de políticas públicas capazes de responder a esses desafios, que, em casos pontuais, podem contar com o auxílio de empresas – e, também, de Organizações da Sociedade Civil –, conforme exemplificado nos relatórios analisados.

Para que isso se concretize e seja mensurável, os relatórios de sustentabilidade devem ser utilizados como ferramenta de gestão, atuando de forma intrínseca a indicadores. Metas devem ser estabelecidas, possibilitando assim, a incorporação dos ODS de maneira efetiva. Afinal, a simples publicação dos relatórios, desconsiderando o avanço das metas ano a ano, não garante a evolução da empresa rumo ao desenvolvimento sustentável.

iii) investigar se há entes governamentais, organizações não governamentais, startups, instituições acadêmicas e/ou outros stakeholders empenhados em fomentar práticas sustentáveis em rede com as empresas abordadas no estudo:

As parcerias são tão importantes para o alcance do desenvolvimento sustentável que foram consideradas uma dimensão dele e, ao mesmo tempo, um ODS. As empresas selecionadas para a pesquisa evidenciaram compreensão desse fator indispensável, pois a ampla maioria sinalizou ao menos uma ação ou política envolvendo outros atores.

É de se esperar que a produção acadêmica sobre sustentabilidade organizacional continue em ascensão, tanto em quantidade, quanto em qualidade, ao passo que o modelo de produção e consumo capitalista é colocado em xeque e, suas contradições expostas. Os impactos das mudanças climáticas são mundiais e as empresas, na globalização, podem ser aliadas na criação de uma solidariedade que extrapole as fronteiras nacionais, orientada para o desenvolvimento sustentável.

Sendo a sustentabilidade também um fator competitivo decisivo, a aposta dessas organizações deve ser reorientada, permitindo que suas atividades não sejam danosas às pessoas e ao planeta. A necessidade de uma decidida conversão a um desenvolvimento genuinamente sustentável faz-se pressuroso.

O relatório é um elemento importante da sustentabilidade nas corporações e deve abordar todas as suas repartições. Entretanto, apresentá-lo anualmente não transforma a empresa em uma organização automaticamente sustentável. É necessário colocar em prática tudo que foi constatado, no que tange as melhorias e mudanças, buscando causar o menor impacto no meio ambiente e maior impacto social e econômico.

Finalmente, defende-se a padronização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como caminhos para a implementação de ações sustentáveis nas empresas e, por conseguinte, para a construção de relatórios de sustentabilidade cada vez melhores. Isso pode favorecer análises comparativas entre organizações semelhantes e, sobremaneira, a efetivação de práticas sustentáveis capazes de responder aos desafios do Século XXI.

“Para falar ao vento bastam palavras, para falar ao coração são necessárias obras.”
(Padre Antônio Vieira)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da Economia Verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

AFLALO, Hannah Maruci. O Instituto Ethos e a responsabilidade social: transparência e monitoramento. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 2, p. 159-161, 2011-2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/viewFile/9086/7691>. Acesso em: 13 dez. 2019.

ALHADDI, Hanan. Triple Bottom Line and Sustainability: A Literature Review. **Business and Management Studies**. v. 1, n. 2, set. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277609498_Triple_Bottom_Line_and_Sustainability_A_Literature_Review. Acesso em: 12 dez. 2019.

ALMEIDA, Fernando. **Os Desafios da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 14-33, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v16n35/a02v16n35.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Teoria geral da administração**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2017.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?. **Revista USP**, n. 103, p. 13-24, nov. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BARAIBAR-DIEZ, Elisa; SOTORRIO, Ladislao Luna. O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 5-21, mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-48922018000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mai. 2019.

BARBIER, Edward. B. The concept of sustainable economic development. **Environmental Conservation**, v. 14, n. 2, p. 101-110, 1987. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/environmental-conservation/article/concept-of-sustainable-economic-development/33A3CD3BD12DE8D5B2FF466701A14B4A>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BARCELOS, Eduardo A. S. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 31, n. 1, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/356>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARNEY, Jay Brian. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, p. 99-120, 1991. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/014920639101700108>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BARNEY, Jay Brian; WRIGHT, Mike; KETCHEN JR., David J. The resource-based view of the firm: Ten years after 1991. **Journal of Management** v. 27, p. 625-641, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0149206301001143>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECHARA, Evanildo. Sustentabilidade. *In: Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Vozes: Petrópolis, RJ, 2012.

BONELLI, Valério Vitor; LAZZARESCHI, Noêmia. Empregos verdes e sustentabilidade: tendências e desafios no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 221-242, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revciensio/article/view/2440/1907>. Acesso em: 21 mai. 2020.

BORBA, Francisco S. Sustentabilidade. *In: Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo, Editora UNESP, 2011.

BORGES, Izaías de Carvalho. Estudo temático. Uma análise do Alcance das Metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Região Metropolitana de Campinas. **Observatório PUC-Campinas**, Campinas, ano 1, n. 1, 2018.

BOULDING, Kenneth Ewart. The economics of the coming spaceship Earth. *In: JARRETT, H. (Ed.). Environmental Quality in a Growing Economy, Resources for the Future*. Johns Hopkins University Press: Baltimore, MD. p. 3-14, 1966. Disponível em: http://arachnid.biosci.utexas.edu/courses/THOC/Readings/Boulding_SpaceShipEarth.pdf. Acesso em: 11 dez. 2019.

BOULDING, Kenneth Ewart. The economics of the coming spaceship earth. *In: DALY, H. E.; TOWNSEND, K. N. Valuing the Earth: economics, ecology, ethics*. Cambridge MA: The MIT Press, 1993. p. 297-309.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOWEN, Howard Rothmann. **Social responsibilities of the businessman**. New York: Harper & Row, 1953.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 set. 1981. Seção 1.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 2000. Seção 1.

BRASIL. Decreto de 3 de fevereiro de 2004. Cria, no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, do Conselho de Governo, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 fev. 2004. Seção 1.

BRAULT, Marie A.; MWINGA, Kasonde; KIPP, Aaron M.; KENNEDY, Stephen B.; MAIMBOLWA, Margaret; MOYO, Precious; NGURE, Kenneth; HALEY, Connie A.; VERMUND, Sten H. Measuring child survival for the Millennium Development Goals in Africa: what have we learned and what more is needed to evaluate the Sustainable Development Goals?, **Global Health Action**, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/16549716.2020.1732668>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação, Governo Federal, Recife, Brasil, 1994. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/uploads/20121129023744/cavalcanti1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

CARROLL, Archie B. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/000768139190005G>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CARROLL, Archie. B. Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. **Organizational Dynamics**, v. 44, p. 87-96, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0090261615000170>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

CARTA DA TERRA, 1992. Disponível em: www.cartadaterra.com.br. Acesso em: 25 out. 2019.

CASTRO, Aline Eggres de; CAMPOS, Simone Alves Pacheco de; TREVISAN, Marcelo. A Institucionalização (Ou Banalização) da Sustentabilidade Organizacional à Luz da Teoria Crítica. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 12, n. 3, p. 110-123, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/pca/article/view/12552>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CASTRO, Biancca Scarpeline de; FARES, Lucas Rolo; GONÇALVES, Rodrigo Fernandes; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Avaliação das fontes potenciais de financiamento para projetos de caráter ambiental relacionados aos ODS no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 31, n. 1, p. 29-45, 2019. Disponível em: <https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/358/227>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CAVALCANTI, Clóvis. Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico. **Trabalhos para discussão, n.104/2001**. Fundação Joaquim Nabuco: Recife, PE, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200005. Acesso em: 12 dez. 2019.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 73-84, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2003000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 dez. 2019.

CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100007. Acesso em: 12 dez. 2019.

CEBRAP. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc-CEBRAP, 2016. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/unidades/abas/6e0ab6db/a514/4d38/8b19/3f2e5ce48e92.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

CEPAL. **A ineficiência da desigualdade**. Síntesis (LC/SES.37/4): Santiago, 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43567/1/S1800302_es.pdf. Acesso em: 05 abr. 2019.

CFA. **Responsabilidade social empresarial**. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/acoes-cfa/artigos/usuarios/responsabilidade-social-empresarial>. Acesso em: 14/02/2017.

CEBDS. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <https://cebds.org/>. Acesso em: 08 abr. 2019.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, out./nov./dez. 2008. Disponível em: <http://200.232.30.99/download.asp?file=v4304289.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>. Acesso em: 12 dez. 2019.

COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima; GODOI, Christiane Kleinübing; COELHO, Christiano. Análise Sócio-hermenêutica do Discurso da Sustentabilidade a Partir de Materiais Visuais. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, art. 6, pp. 649-670, set./out. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552015000500649&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 04 jul. 2020.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

COMUNITAS. **Relatório BISC 2019**. São Paulo: Comunitas, 2019. Disponível em: https://bisc.org.br/wp-content/uploads/2020/02/BISC_2019_Relat%C3%B3rioFinal.pdf. Acesso em: 27 fev. 2020.

CORREA, Marcos Vinícius Pereira; RESE, Natália; SANDER, Josué Alexandre; FERREIRA, Jane Mendes. O Papel do *Sensemaking* nos Processos de Mudança nas Organizações. In: Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 8., Gramado-RS, 2014. **Anais...**, Gramado-RS, 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnEO162.pdf. Acesso em: 03 out. 2019.

DALY, Herman E. **Beyond growth**. Boston: Beacon Press, 1996.

DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 197-202, dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 mai. 2020.

DAVIS, Keith. Can business afford to ignore social responsibilities? **California Management Review**, v. 2, p. 70-76, 1960. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781315259222/chapters/10.4324/9781315259222-10>. Acesso em: 22 jun. 2020.

DEGENHART, Larissa; VOGT, Mara; HEIN, Nelson. Relação do desempenho econômico-financeiro com a responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1283>. Acesso em: 12 dez. 2019.

DIAS, Lucas Seolin, MARQUES, Maurício Dias. Organizações e sustentabilidade: aproximações, cooperação e distanciamentos. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 15, n. 1, p. 73-85, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/22224>. Acesso em: 13 dez. 2019.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2019.

DOVERS, Stephen R.; HANDMER, John W. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, v. 2, n. 4, p. 262-276, 1992. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0959378092900448>. Acesso em: 12 dez. 2019.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ECLAC. **The Inefficiency of Inequality**. Summary (LC/SES.37/4): Santiago, 2018.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade – Canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books, 2012.

ELKINGTON, John. 25 Years Ago I Coined the Phrase “Triple Bottom Line”. Here’s Why It’s Time to Rethink It. **Harvard Business Review**, 25 de junho de 2018. Disponível em: <https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-why-im-giving-up-on-it>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from national systems and “Mode 2” to a triple-helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, v. 29, n. 22, p. 100-123, 2000. Disponível em: <http://www.oni.uerj.br/media/downloads/1-s2.0-S0048733399000554-main.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, mai. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FAYOL, Henri. **Administration industrielle et générale**. Paris: Dunod, 1931.

FEIL, Alexandre André; STRASBURG, Virgílio José; NAIME, Roberto. Harb. Análise sobre as normas e dos indicadores de sustentabilidade e a sua integração para gestão corporativa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, n. 2, p. 21-36, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/18216/analise-sobre-as-normas-e-dos-indicadores-de-su-->. Acesso em: 04 jan. 2020.

FERREIRA, Leila da Costa. **O desafio das mudanças climáticas: Os casos Brasil e China.** Campinas: Paco Editorial, 2010.

FGVCES. **O que, como, por que.** 2018. Disponível em: <http://gvces.com.br/o-que-como-por-que?locale=pt-br>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FGVCES. **Desafios da sustentabilidade para os negócios: contribuições das Iniciativas Empresariais.** Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, SP. 2019. Disponível em: <http://www.gvces.com.br/desafios-da-sustentabilidade-para-os-negocios-contribuicoes-das-iniciativas-empresariais?locale=pt-br>. Acesso em: 28 mai. 2020.

FGVCES. **Desenvolvimento local, gestão empresarial e políticas públicas locais: um registro de reflexões e experiências.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2019. 48 p. Disponível em: http://www.gvces.com.br/desenvolvimento-local-gestao-empresarial-e-politicas-publicas-um-registro-de-reflexoes-e-experiencias?locale=pt-br&fbclid=IwAR0KHKDKII-dwMPoWt3SGldqJWCiYg_4Yle3Hm-1Webb2JhY7tE0KlmXbI-o. Acesso em: 02 jul. 2020.

FRANCISCO. **Carta encíclica Laudato si'**: Sobre o Cuidado da Casa Comum. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2015.

FREITAS, Carlos Machado de; BARCELLOS, Christovam; ASMUS, Carmen Ildes Rodrigues Fróes; SILVA, Mariano Andrade da; XAVIER, Diego Ricardo. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, e00052519, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000600502&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jan. 2020.

FRIEDMAN, Milton. The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. **The New York Times Magazine**, 13 set. 1970. Disponível em: <http://umich.edu/~thecore/doc/Friedman.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

FROEHLICH, Cristiane. Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. **DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 3, n. 2, set. 2014. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/1316/1182>. Acesso em: 01 jul. 2020.

FUKAYAMA, Marcel. O papel das empresas na redução das desigualdades. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2018/06/o-papel-das-empresas-na-reducao-de-desigualdades.shtml>.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The Entropy Law and the Economic Process.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento**: Entropia, ecologia e economia. São Paulo, SP: Senac, 2012.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS – GIFE. **Investimento Social Privado**. 2020a. Disponível em: <https://gife.org.br/investimento-social-privado/>. Acesso em: 31 jan. 2020.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS – GIFE. **Relatório da ONU destaca efeito da desigualdade no desenvolvimento de países e alcance dos ODS**. 2020b. Disponível em: <https://gife.org.br/relatorio-da-onu-destaca-efeito-da-desigualdade-no-desenvolvimento-de-paises-e-alcance-dos-ods/>. Acesso em: 11 jan. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2019.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. **Data and Methodology**. 2019. Disponível em: <https://www.footprintnetwork.org/resources/data/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

GOODLAND, Robert. The Concept of Environmental Sustainability. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v. 26, p. 1-24, 1995. Disponível em: www.jstor.org/stable/2097196. Acesso em: 09 jul. 2020.

GORZ, André. **Ecológica**. São Paulo: Annablume, 1 ed., 2010.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza**: Ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

HIDS – HUB INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **As diferentes perspectivas da sustentabilidade**. 2019. Disponível em: <http://www.hids.depi.unicamp.br/as-diferentes-perspectivas-da-sustentabilidade/?fbclid=IwAR0dosasiGmzSwFY2eojg2V6RMPqphS1dVrbwgPJx5clJM72pm0JxwUqGuY>. Acesso em: 15 ago. 2019.

HUACCHO-HUATUCO, Luisa; BALL, Peter D. The quest for achieving United Nations sustainability development goals (SDGs) Infrastructure and innovation for responsible production and consumption. **RAUSP Management Journal**, São Paulo, v. 54, n. 3, p. 357-362, set. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2531-04882019000300357&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mai. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2020. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 08 jul. 2020.

ILLICH, Ivan. **A Convivialidade**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

INSTITUTO ETHOS. **Sobre o instituto**. 2019. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

INMETRO. **ISO 26000**. 2010. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp. Acesso em: 01 jul. 2020.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; VERGARA, Sylvia Constant; ARAUJO, Rafaela Garcia. Responsabilidade Social Corporativa: o que revelam os relatórios sociais das empresas. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 24, n. 80, p. 73-88, mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302017000100073&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2019.

JACKSON, Tim. **Prosperity without growth: economics for a finite planet**. London, UK: Earthscan, 2009.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742003000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 dez. 2019.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**. Um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 2003.

KRAMER, Mark R. Why Robert Reich Is Wrong About Corporate Social Responsibility. **Harvard Business Review**. 13 de setembro de 2007. Disponível em: <https://hbr.org/2007/09/why-robert-reich-is-wrong-abou>. Acesso em: 01 mai. 2019.

LARA, Luiz Gustavo Alves de; OLIVEIRA, Samir Adamoglu de. The ideology of economic growth and the business discourse of sustainable development. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 326-348, jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000200326&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2019.

LÁSZLÓ, Ervin. **Entrevista concedida à revista Página 22**. Out. 2007. Disponível em: <http://pagina22.com.br/2007/08/01/uma-evolucao-a-sustentar/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LOVISCEK, Vittoria. Triple Bottom Line toward a holistic framework for sustainability: A systematic review. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, n. 3, p. 1-11, 2021. Disponível em <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1435/1553>. Acesso em: 01 dez. 2020.

LOZANO, Rodrigo. Envisioning sustainability three-dimensionally. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, n. 17, p. 1838-1846, 2008. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652608000401>. Acesso em: 30 set. 2020.

MACHADO, Diego de Queiroz; MATOS, Fátima Regina Ney. Reflexões sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: categorias polissêmicas. **REUNIR - Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 10, n. 3, p. 14-26, 2020. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/771>. Acesso em: 04 dez. 2020.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular**. Barcelona: Icaria. 1994.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração - Da Revolução Urbana à Revolução Digital**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAY, Peter H.; VINHA, Valéria da. Adaptation to climate change in Brazil: the role of private investment. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 229-246, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2020.

MAYO, Elton. **The Social Problems of an Industrial Civilization**. Routledge & Kegan Paul: London, 1933.

MAZON, Rubens. Negócios sustentáveis e seus indicadores. *In*: KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (Org.). **Organizações sustentáveis: utopias e inovações**. Annablume: São Paulo: Fapemig: Belo Horizonte, 2007.

MCNEILL, John Robert. **Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world**. New York, London: W. W. Norton & Company, Inc., 2000.

MCNEILL, John Robert; ENGELKE, Peter. **The Great Acceleration: An environmental history of the Anthropocene since 1945**. Massachusetts: Harvard University Press, 2016.

MEADOWS, Donela. H.; MEADOWS, Denis. L.; RANDERS, Jørgen. **Os limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environment impact assessment review**, v. 18, p. 493-520, 1998. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0195925598000195>. Acesso em: 13 dez. 2019.

MEDEIROS, Haroldo de Sá et al. Criação de valor compartilhado: um novo olhar sobre as organizações?. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 7, n. 1, p. 217-229, 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/319440472_Criacao_de_valor_compartilhado_um_novo_olhar_sobre_as_organizacoes. Acesso em: 12 dez. 2019.

MELGAR-MELGAR, Rigo E.; HALL, Charles A. S. Why ecological economics needs to return to its roots: The biophysical foundation of socio-economic systems. **Ecological Economics**, v. 169, mar. 2020. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800919310304?fbclid=IwAR1vbYNS8MMAr1mUMdw583xy2bcOTJj6do-4VQOXnHtveZsA96VmTT21_c#!. Acesso em: 29 abr. 2020.

MELLO, Fátima; TONI, Ana. **Sustentabilidade do Desenvolvimento no Brasil pós-Rio+20**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2013. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10454.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

MITCHAM, Carl. The Concept of Sustainable Development: its Origins and Ambivalence. **Technology in Society**, n. 17, v. 3, p. 311-326, 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222493725_The_concept_of_sustainable_development_its_origins_and_ambivalence. Acesso em: 12 dez. 2019.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 47, p. 89-101, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772008000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jan. 2020.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira**: Resultado da Consulta Nacional. Brasília: MMA/PNUD, 2002. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/resultcons.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 brasileira**: Ações prioritárias. Brasília: MMA, 2004. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/acoesprio.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

MORAES, Nelson. Russo; MARQUES, Allan Rodrigues dos Santos; HAMADA, Caroliny dos Santos; RUIZ, Stephani Cetímia Mariotti. Responsabilidade social empresarial, dever ou ética? Conceitos, evolução e abordagens. **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 1, n. 3, p. 235-256, dez. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4517>. Acesso em: 17 mar. 2020.

MORIOKA, Sandra Naomi; CARVALHO, Marly Monteiro de. Discussing sustainability in business context and in performance disclosures: analysis of Brazilian case studies. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 514-525, set. 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2017000300514&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 ago. 2019.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MUNDA, Giuseppe. Environmental Economics, Ecological Economics, and the Concept of Sustainable Development. **Environmental Values**, v. 6, n. 2, p. 213-233, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30301601>. Acesso em: 01 jul. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 23 fev. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Apenas 32% das empresas do mundo têm planos ambiciosos para atingir objetivos globais**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/apenas-32-das-empresas-do-mundo-tem-planos-ambiciosos-para-atingir-objetivos-globais/>. Acesso em: 02 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Nova ferramenta ajuda empresas a adotar medidas para alcançar os ODS**. 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/nova-ferramenta-ajuda-empresas-a-adotar-medidas-para-alcancar-os-ods/?fbclid=IwAR3cPpSJn0_o2fnzqdRursgOZzkvW3FIQHG3u69224hJ5nXGYPPPhJZHqsfY. Acesso em: 14 fev. 2020.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 dez. 2019.

NEIMAN, Zysman; BARROS-FREIRE, Juliana Maria de; LEITÃO, Pedro. Política e sustentabilidade. In: NEIMAN, Zysman; BARROS-FREIRE, Juliana Maria de; CONTI, Diego de Melo (Orgs.). **Sustentabilidade: uma política para o século XXI**. São Paulo: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2020.

NETO, Siqueira de Moraes, PEREIRA, Maurício Fernandes; MORITZ, Gilberto de Oliveira. Novo capitalismo: Criação de Valor Compartilhado e Responsabilidade Social Empresarial. **Revista Pretexto**. v. 13, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/1260/pdf>. Acesso em: 11 mar. 2017.

NIEUWENKAMP, Roel. **Ever heard of SDG washing?** The urgency of SDG Due Diligence. OECD Development Matters. Disponível em: <https://oecd-development-matters.org/2017/09/25/ever-heard-of-sdg-washing-the-urgency-of-sdg-due-diligence/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

NORDHAUS, Ted. The Earth's Carrying Capacity for Human Life is Not Fixed. **Aeon**, 5 de julho de 2018. Disponível em: <https://aeon.co/ideas/the-earths-carrying-capacity-for-human-life-is-not-fixed>. Acesso em: 10 nov. 2020.

NORDHAUS, Ted; SHELLENBERGER, Michael; BLOMQVIST, Linus. **The Planetary Boundaries Hypothesis: A Review of the Evidence**. Oakland: The Breakthrough Institute, 2012.

OCDE. **A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility**. OECD Publishing: Paris. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264301085-en>. Acesso em: 15/06/2018.

ODS BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2020. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração On Line**, São Paulo, v. 2, n. 3, jul./set. 2001. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_ao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf. Acesso em: 27 mai. 2020.

OLIVEIRA, Valdir de Castro; OLIVEIRA, Daniela de Castro. A semântica do eufemismo: mineração e tragédia em Brumadinho. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 1, mar. 2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1783/2249>. Acesso em: 27 mai. 2020.

ONU. **Report of the World Commission on Environment and Development**. 1987. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>. Acesso em: 17 mar. 2019.

ONU. **The Millennium Development Goals Report**. 2015. Disponível em: https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20PR%20Key%20Facts%20Global.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.

ONUBR. **América Latina e Caribe é região mais desigual do mundo, revela comissão da ONU**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/america-latina-e-caribe-e-regiao-mais-desigual-do-mundo-revela-comissao-da-onu/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

ONUBR. **Emissões de dióxido de carbono sobem pela 1ª vez em quatro anos, diz agência da ONU**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/emissoes-de-dioxido-de-carbono-sobem-pela-1a-vez-em-quatro-anos-diz-agencia-da-onu/>. Acesso em: 08 abr. 2019.

ONUBR. **Conferências de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: um miniguia da ONU**. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conferencias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel-miniguia-da-onu/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ONUBR. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/odm/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

OPHULS, William. **Ecology and the Politics of Scarcity**: Prologue to a Political Theory of the Steady State. San Francisco: W.H. Freeman, 1977.

ORSIOLLI, Thálita Anny Estefanuto; NOBRE, Farley Simon. Sustainable Entrepreneurship and Supplier Stakeholders: Creating Value for Sustainable Development. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 20, n. 4, p. 502-523, ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552016000400502&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 dez. 2019.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2009.

OXFAM International. **Richest 1 percent bagged 82 percent of wealth created last year - poorest half of humanity got nothing**. 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2018-01-22/richest-1-percent-bagged-82-percent-wealth-created-last-year>. Acesso em: 03 set. 2019.

PACTO GLOBAL. **A iniciativa**. 2019. Disponível em: <https://pactoglobal.org.br/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

PACTO GLOBAL. **Como difundir os ODS dentro de sua organização?** 2019. Disponível em: <https://pactoglobal.org.br/noticia/285>. Acesso em: 03 mai. 2019.

PEREIRA, Elenita Malta. Sensibilidade ecológica e ambientalismo: uma reflexão sobre as relações humanos-natureza. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 49, p. 338-367, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v20n49/1807-0337-soc-20-49-338.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019**. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. New York, 2019. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>. Acesso em: 23 dez. 2019.

PORTER, Michael; KRAMER, Mark. Criação de valor compartilhado. **Harvard Business Review Brasil**. 7 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://hbrbr.com.br/criacao-de-valor-compartilhado/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PORTER, Michael. **O caso para permitir que negócios resolvam problemas sociais**. 2013. Disponível em: https://www.ted.com/talks/michael_porter_why_business_can_be_good_at_solving_social_problems?language=pt-br#t-38914. Acesso em: 07 set. 2017.

PRIBERAM. Sustentabilidade. *In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. 2013. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/sustentabilidade>. Acesso em: 15 ago. 2019.

QUEIRÓS, Margarida. Questões para uma Agenda Contemporânea do Desenvolvimento Sustentável. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, v. XIX, série 1, p. 331-343, 2003. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/geografia/article/view/7704>. Acesso em: 18 set. 2020.

QUEIROZ, Leila Lemgruber. **A atuação do design no cenário da (in)sustentabilidade**. 2009. 202 f. Tese (Doutorado em Design) – Departamento de Artes e Design da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13637@1. Acesso em: 29 abr. 2019.

RAMCILOVIC-SUOMINEN, Sabaheta; PÜLZL, Helga. Sustainable development – A ‘selling point’ of the emerging EU bioeconomy policy framework?. *Journal of Cleaner Production*, v. 172, n. 20, p. 4170-4180, jan. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S095965261632220X>. Acesso em: 04 set. 2020.

RAWORTH, Kate. **Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. São Paulo: Zahar, 2019.

ROCKSTRÖM, Johan et al. A safe operating space for humanity. *Nature*, v. 461, p. 472-475, set. 2009.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Publifolha, 2010.

ROMA, Júlio César. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan. 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 mai. 2020.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-40142012000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 dez. 2019.

ROMEIRO, Ademar Romeiro. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. *In: MAY, Peter H. (org.). Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

ROSATI, Francesco; FARIA, Lourenço, G. D. Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, v. 215, p. 1312-1326, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652618338150>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SAAD, Pedro Fernandes. **Empresas e ODS**: priorizando as ações sustentáveis de maior retorno econômico, social e ambiental para a humanidade. 2018. 124 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21547>. Acesso em: 03 set. 2019.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1981.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. *In*: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Jeffrey. **The Age of Sustainable Development**. New York, NY: Columbia University Press, 2015. 544 p.

SAGAR, Ambuj D.; NAJAM, Adil. The human development index: a critical review. **Ecological Economics**, v. 25, n. 3, p. 249-264, jun. 1998. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800997001687>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 01-22, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 ago. 2019.

SAVITZ, Andrew; WEBER, Karl. **The Triple Bottom Line**: how today's best-run companies are achieving economic, social and environmental success. San Francisco: John Wiley. 2007.

SDG COMPASS. 2015. Disponível em: <https://sdgcompass.org/>. Acesso em: 01 fev. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Patricia Kunrath. A outra face da desigualdade: a articulação das elites no campo da filantropia e investimento social privado. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, p. 135-173, 2016. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/184>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SILVA, Luiz Henrique Vieira da; DE BENEDICTO, Samuel Carvalho; LONGO, Regina Márcia. Análise bibliométrica da produção acadêmica sobre Sustentabilidade nos Periódicos da

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). **Periódico Eletrônico "Fórum Ambiental da Alta Paulista"**, v. 15, n. 2, p. 56-70, 2019. Disponível em: https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/2181. Acesso em: 24 jan. 2019.

SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; SANCHES, Samyra Haydêe Dal Farra Napolini. **Direito e Desenvolvimento**, v. 6, n. 12, p. 145-156, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/293/275>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SISTEMA B. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <https://sistemab.org/br/quem-somos/>. Acesso em: 28 set. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 dez. 2019.

SOUZA, Ana Augusta Almeida de; PALHARES, José Vitor; SANTOS, Thiago Lima Bahia; ROSA, Marina Estela Almeida. Empresa inclusiva? Uma análise comparativa entre os discursos de trabalhadores com deficiência e os de gestores de uma empresa cooperativa. **Gestão e Planejamento**, v. 20, p. 218-238, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/5688>. Acesso em: 24 set. 2020.

SOUSA FILHO, José Milton de. et al. Strategic corporate social responsibility management for competitive advantage. **BAR, Brazilian Administration Review**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 294-309, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-76922010000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 fev. 2018.

STEFFEN, Will; RICHARDSON, Katherine; ROCKSTRÖM, Johan; CORNELL, Sarah E.; FETZER, Ingo; BENNETT, Elena M.; BIGGS, Reinette; CARPENTER, Stephen R.; DE VRIES, Wim; DE WIT, Cynthia A.; FOLKE, Carl; GERTEN, Dieter; HEINKE, Jens; MACE, Georgina M.; PERSSON, Linn M.; RAMANATHAN, Veerabhadran; REYERS, Belinda; SÖRLIN, Sverker. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, v. 347, n. 6223, fev. 2015. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/347/6223/1259855>. Acesso em: 17 set. 2020.

STEFFEN, Will et al. Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. **PNAS Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 115, n. 33, p. 8252-8259, ago. 2018. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/115/33/8252>. Acesso em: 10 dez. 2020.

STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya.; FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. 2009. Disponível em: www.stiglitz-sen-fitoussi.fr. Acesso em: 01 jul. 2020.

STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE. **How food connects all the SDGs**. 2016. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/research/research-news/2016-06-14-how-food-connects-all-the-sdgs.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **A nova Constituição equatoriana**. 2020. Disponível em: <https://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortallInternacionalFoco&idConteudo=195972>. Acesso em: 22 mai. 2020.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Conferences**. 2019. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/conferences>. Acesso em: 21 mar. 2019.

TAYLOR, Frederick W. **Principles of Scientific Management**. New York: Harper & Row, 1911.

THE ECONOMIST. **Of chainsaws and supply chains: how big beef and soya firms can stop deforestation**. 2020a. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/06/11/how-big-beef-and-soya-firms-can-stop-deforestation>. Acesso em: 01 jul. 2020.

THE ECONOMIST. **The roots of the problem: a study names firms who buy products from areas with deforestation**. 2020b. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/06/11/a-study-names-firms-who-buy-products-from-areas-with-deforestation>. Acesso em: 01 jul. 2020.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento, Meio Ambiente, Território: Qual Sustentabilidade?. **Desenvolvimento em Questão**, v. 4, n. 8, p. 11-34, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/128>. Acesso em: 30 mai. 2020.

TOSI, Henry. L.; SLOCUM, John. W. Contingency theory: some suggested directions. **Journal of Management**, v. 10, n. 1, p. 9-26, 1984. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247569591_Contingency_Theory_Some_Suggested_Directions. Acesso em: 12 dez. 2019.

UNISINOS, Instituto Humanitas. Quem pode parar a crise climática: empresas ou consumidores? **Revista IHU Online**, São Leopoldo-RS, 18 jun. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/590123-quem-pode-parar-a-crise-climatica-empresas-ou-consumidores>. Acesso em: 18 jun. 2019.

UNIVERSITY OF LEEDS. **Country Comparisons, A Good Life For All Within Planetary Boundaries**. 2020. Disponível em: <https://goodlife.leeds.ac.uk/countries/#Brazil>. Acesso em: 17 set. 2020.

VALOR ECONÔMICO. **Amsterdã adota ‘teoria da rosquinha’ para aplacar efeitos econômicos da COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/04/11/amsterda-adota-teoria-da-rosquinha-para-aplacar-efeitos-economicos-da-covid-19.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2020.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VEIGA, José Eli da. **José Eli da Veiga explica o conceito de desenvolvimento sustentável**. Entrevista à Rádio USP. 2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/jose-eli-da-veiga-explica-o-conceito-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 28 mai. 2019.

VIEIRA, Elias Antonio. A (in) sustentabilidade da indústria da mineração no Brasil. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 1, n. 2, p. 01-15, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/248>. Acesso em: 22 mai. 2020.

VINHA, Valéria da; DUARTE, Francisco José Mendes; DABUL, Marcia Silva. As Empresas e o Desenvolvimento Sustentável: A Trajetória da Construção de uma Convenção. *In*: MAY, Peter H. (org.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

VILDÅSEN, Sigurd Sagen; KEITSCH, Martina; FET, Annik Magerholm. Clarifying the Epistemology of Corporate Sustainability. **Ecological Economics**, v. 138, p. 40-46, 2017. Disponível em: <https://www-sciencedirect.ez128.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0921800916301756>. Acesso em: 12 set. 2019.

WBCSD, World Business Council for Sustainable Development. **Workshop sobre ecoeficiência na Antuérpia**. 1993.

WEICK, Karl. E. **Sensemaking in organizations**. London: Sage, UK. 1995.

WIECZYNSKI, Marineide; ANDREOLLA, Elisiane. As ferramentas da gestão social utilizada pelas organizações que prestam serviços sociais à comunidade e pertencem à microrregião do extremo oeste do Estado de Santa Catarina. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1008>. Acesso em: 12 dez. 2019.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. Economics and organization: a primer. **California Management Review**, v. 38, n. 2, p. 131-146, 1996. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2307/41165836?journalCode=cmra>. Acesso em: 12 dez. 2019.

WORLD BANK. **GINI index (World Bank estimate)**. 2014. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI/?view=map&year=2014&year_high_desc=false. Acesso em: 05 abr. 2019.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZANIN, Elis Regina Mulinari; PARISOTTO, Iara Regina dos Santos. Responsabilidade social em pequenas empresas: efeito sobre a desigualdade social. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, Recife, v. 8, n. 3, p. 35-51, 2014. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/988>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ANEXO A – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM)

1. Acabar com a fome e a miséria

- Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia.
- Alcançar o pleno emprego e assegurar a todas as pessoas, incluindo as mulheres e os jovens, um trabalho digno e produtivo.
- Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população que sofre de fome.

2. Oferecer educação básica de qualidade para todos

- Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino primário.

3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

- Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

4. Reduzir a mortalidade infantil

- Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2005, taxa de mortalidade de menores de cinco anos.

5. Melhorar a saúde das gestantes

- Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna, entre 1990 e 2005.
- Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva.

6. Combater a Aids, a malária e outras doenças

- Deter e começar a reduzir, até 2015, a propagação do VIH/SIDA.
- Assegurar, até 2010, o acesso universal ao tratamento contra o VIH/SIDA a todas as pessoas que dele necessitam.
- Até 2015, deter e começar a reduzir a incidência da malária e de outras doenças.

7. Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente

- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais.

- Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma diminuição significativa da taxa de perda.
- Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico.
- Até 2020, melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 milhões de pessoas que vivem em bairros degradados.

8. Estabelecer parcerias para o desenvolvimento

- Continuar a criar um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.
- Responder às necessidades especiais dos países menos avançados, dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
- Tratar de uma maneira global os problemas da dívida dos países em desenvolvimento.
- Em cooperação com as empresas farmacêuticas, assegurar o acesso a medicamentos essenciais a preços comportáveis, nos países em desenvolvimento.
- Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial nas áreas da informação e da comunicação (TIC).

ANEXO B – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo

3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado

3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos

3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em

desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado

6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos

6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa

7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados

9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações

10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas

10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas

10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC

10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais

10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos¹⁹

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível

13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

() Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

¹⁹ Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos

14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias

15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas

15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Finanças

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

Tecnologia

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

Capacitação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os

objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

Comércio

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

As parcerias multissetoriais

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

ANEXO C – RANKING PARA SELECIONAR AS EMPRESAS

500 maiores VENDAS

1 PETROBRAS
A partir da nova marca de 79 bilhões de vendas em 2020.
Atividade em setores diversos dentro as empresas detalha lista

52%
Hoje o retorno sobre o patrimônio líquido está estimado em 52% para a Petrobras em 2020, atribuído a 13 bilhões de dólares

500 MAIORES VENDAS 1 - 50				500 MAIORES VENDAS 51 - 100					
CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA / SEDE	SETOR	VALOR DAS VENDAS (em milhões de reais)	VALOR DAS VENDAS (em milhões de reais)	CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA / SEDE	SETOR	VALOR DAS VENDAS (em milhões de reais)	VALOR DAS VENDAS (em milhões de reais)
1	Petrobras ¹ Rio de Janeiro, RJ	Energia	985.715,4	773.283,3	100	7.995,2	6.653,0	74.550,9	71.545,6
2	Pineapple Distribution ² Rio de Janeiro, RJ	Alimentação	86.093,5	75.443,2	114	809,0	830,0	2.575,7	2.460,7
3	Vale ³ São Paulo, SP	Mineração	82.449,8	71.292,3	223	6.443,3	6.825,5	44.737,2	43.877,2
4	Vale ³ São Paulo, SP	Mineração	75.529,9	70.463,1	8,2	120,4	132,4	1.420,7	1.317,7
5	Banco Bradesco ⁴ São Paulo, SP	Bancos	67.800,8	67.496,9	5,9	433,3	427,3	763,0	743,2
6	Caixa Econômica ⁵ São Paulo, SP	Bancos	48.971,4	41.864,2	279	158,9	160,7	1.324,4	1.309,4
7	ADM ⁶ Vitória, ES	Bens de Consumo	44.320,8	41.438,2	104	81,1	739,8	1.814,0	1.751,7
8	Braskem ⁷ Campinas, BA	Química e Petroquímica	42.548,8	40.989,4	107	81,1	739,8	1.814,0	1.751,7
9	Braskem ⁷ São Paulo, SP	Química e Petroquímica	39.698,3	39.962,4	-8,8	2.551,5	2.304,2	18.880,7	18.489,2
10	Braskem ⁷ Vitória, ES	Química e Petroquímica	37.126,3	39.592,0	211	201,1	232,1	2.123,8	2.109,8
11	Ambev ⁸ São Paulo, SP	Bebidas	34.952,5	39.025,5	6,6	400,5	429,4	3.444,0	3.383,5
12	FCM Automoveis ⁹ Belfim, MG	Automotivas	32.509,2	33.989,9	NA	NI	NI	NI	NI
13	Unilever ¹⁰ São Paulo, SP	Produtos de Consumo	29.998,8	31.724,4	-6,8	520,5	352,7	4.547,7	3.989,2
14	Braskem ⁷ Rio de Janeiro, RJ	Energia	28.595,4	27.824,3	120	-17,6	6,5	617,4	618,9
15	GRU ¹¹ São Paulo, SP	Alimentação	26.827,0	26.871,8	-2,7	20,7	307,9	2.909,2	2.880,3
16	Academy Braem ¹² Belo Horizonte, MG	Bens de Consumo	24.811,1	24.461,1	-7,8	119,3	114,9	1.916,6	1.719,4
17	Braskem ⁷ São Paulo, SP	Bens de Consumo	23.956,1	23.639,4	3,1	2.823,1	2.842,2	14.633,1	14.540,3
18	Ambev ⁸ São Paulo, SP	Bebidas	23.839,8	23.839,8	15,9	238,6	238,6	119,9	106,8
19	Ambev ⁸ São Paulo, SP	Bebidas	22.923,9	22.923,9	NA	NI	NI	NI	NI
20	Ambev ⁸ São Paulo, SP	Bebidas	22.222,9	22.222,9	NA	NI	NI	NI	NI
21	Unilever ¹⁰ São Paulo, SP	Produtos de Consumo	20.956,4	20.956,4	4,8	-0,4	1,7	2.875,7	2.989,0
22	Unilever ¹⁰ São Paulo, SP	Produtos de Consumo	20.956,4	20.956,4	4,8	-0,4	1,7	2.875,7	2.989,0
23	Samarco ¹³ Minas, MA	Mineração	19.412,4	17.728,5	1,2	461,1	-1,5	-309,8	-352,6
24	Samarco ¹³ Minas, MA	Mineração	17.960,1	17.960,1	NA	NI	NI	NI	NI
25	UBS Foods ¹⁴ São Paulo, SP	Bens de Consumo	16.346,1	16.346,1	8,3	645,7	731,7	6.275,9	6.045,9
26	Saboya ¹⁵ São Paulo, SP	Alimentação	15.771,8	15.771,8	17,5	80,2	80,2	79,6	79,6
27	Ambev ⁸ Belo Horizonte, MG	Alimentação	15.639,3	15.639,3	25,8	149,2	154,2	601,7	594,3
28	Magnata Lacta ¹⁶ Foz de Iguaçu, PR	Laticínios	14.739,0	14.739,0	NA	NI	NI	NI	NI
29	Walmart Brasil ¹⁷ Baurilândia, SP	Varejo	14.727,7	14.727,7	NA	NI	NI	NI	NI
30	Walmart Brasil ¹⁷ Baurilândia, SP	Varejo	14.727,7	14.727,7	NA	NI	NI	NI	NI
31	Walmart Brasil ¹⁷ Baurilândia, SP	Varejo	14.727,7	14.727,7	NA	NI	NI	NI	NI
32	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	14.507,2	14.507,2	NA	NI	NI	NI	NI
33	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	14.351,1	14.351,1	7,1	125,6	125,6	920,0	903,2
34	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	14.291,5	14.291,5	7,2	125,6	125,6	920,0	903,2
35	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	14.119,9	14.119,9	7,8	125,6	125,6	920,0	903,2
36	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.987,2	13.987,2	7,8	125,6	125,6	920,0	903,2
37	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
38	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
39	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
40	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
41	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
42	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
43	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
44	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
45	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
46	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
47	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
48	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
49	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI
50	Entrypol ¹⁸ Baurilândia, SP	Energia	13.721,6	13.721,6	NA	NI	NI	NI	NI